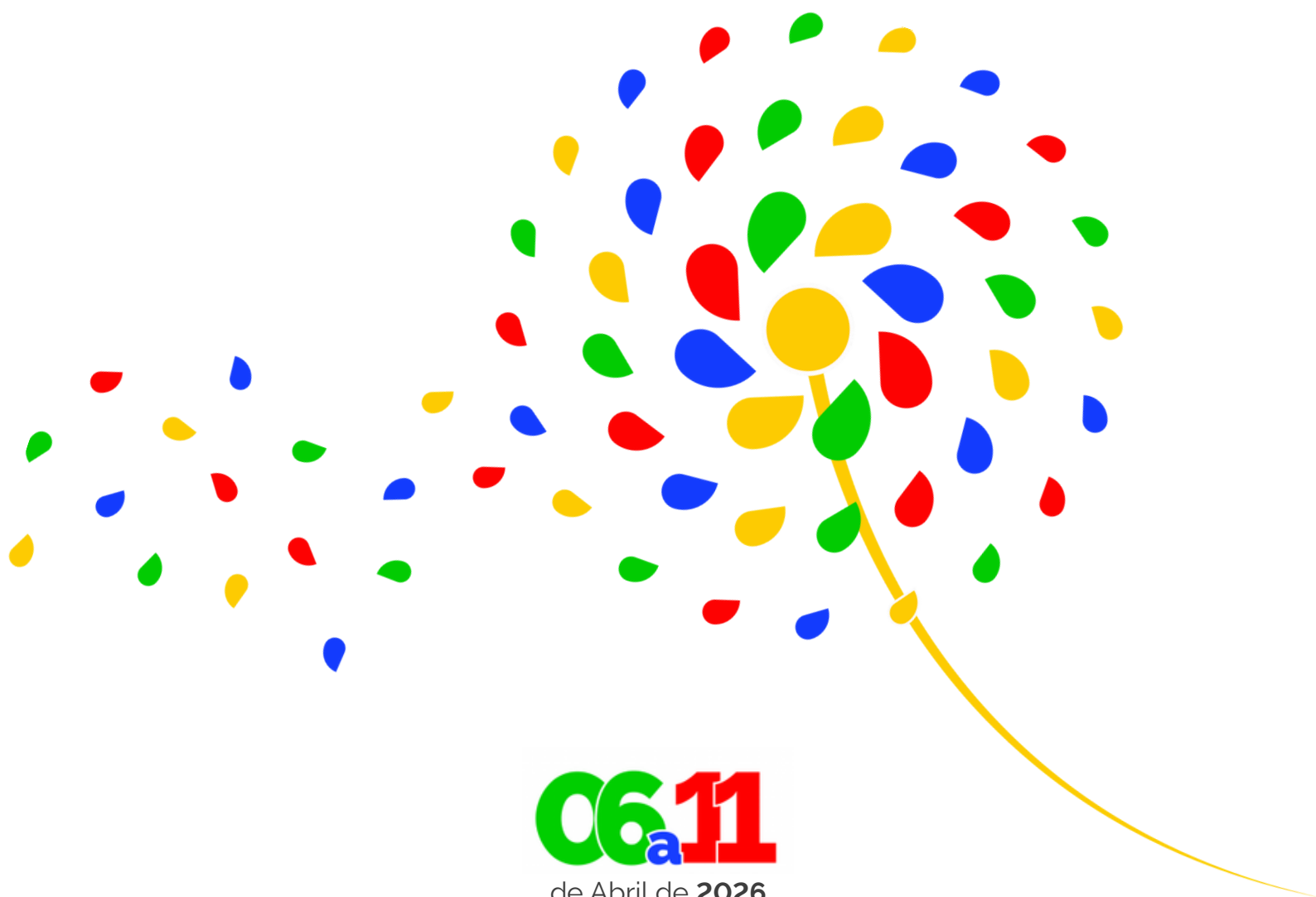


ANAIIS

**II Encontro Nacional de Educação em
Direitos Humanos e Diversidades**
com Profissionais da Educação Básica
Educação Midiática nas Escolas

RESUMOS EXPANDIDOS



06^a11

de Abril de **2026**
Uberlândia - MG

REALIZAÇÃO:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO - SECADI

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM DIREITOS HUMANOS -
CGDH

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

INSTITUTO DE GEOGRAFIA, GEOCIÊNCIAS E SAÚDE COLETIVA - IGESC

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM EDUCAÇÃO MIDIÁTICA PARA A PROMOÇÃO E DEFESA
DOS DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES

PARCERIA:

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SECOM

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA - PROEXC/UFU

CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CEAD/UFU

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO - FAU

II Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades com Profissionais da Educação Básica Educação Midiática nas Escolas

Coordenação Geral:

Glaucia Carvalho Gomes
Marlei José de Souza Dias
Valéria Maria Rodrigues

Comissão Científica:

Ana Angélica Belório
Glaucia Gomes de Carvalho
Isabela Cazarini do Prado
Marlei José de Souza Dias
Regina Nascimento Silva
Valeria Maria Rodrigues

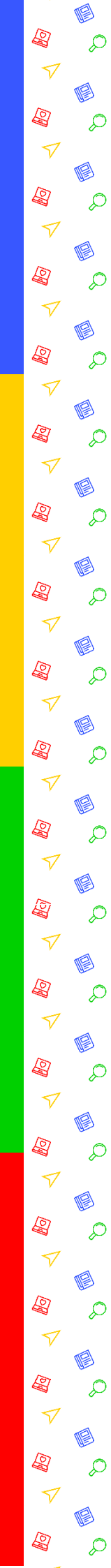
Comissão Organizadora:

Alison Nascimento Teixeira
Ana Angélica Belório
Darcus Ferreira Lisboa Oliveira
Durval Saturnino Cardoso de Paula
Fernanda Ferreira Genaro
Gabriel da Ribeira Ballador
Glaucia Gomes de Carvalho
Gustavo Bruno do Vale
Isabela Cazarini do Prado
Ivanielly Aparecida de Oliveira
Karen Regina Silva Costa
Marlei José de Souza Dias
Melina Rosa Gomes
Nasser de Freitas Pena
Nathalia Lima Pereira Brigatto
Otaviano Ferreira Guimarães
Regina Nascimento Silva
Sarah Mendonça de Araújo
Tamiris Santos de Camargo
Valeria Maria Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

E56	Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades com Profissionais da Educação Básica (2 : 2026 : Uberlândia/MG) Anais do Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades com Profissionais da Educação Básica [recurso eletrônico] : resumos expandidos / organização de Gláucia Carvalho Gomes, Marlei José de Souza Dias, Regina Nascimento Silva, Valéria Maria Rodrigues. -- Uberlândia : PROEXC/UFU, 2026. 186 p. ISBN: 978-65-6172-021-2 Inclui bibliografia. 1. Educação em Direitos Humanos. 2. Educação Midiática. 3. Diversidade. I. Gomes, Gláucia Carvalho (Org.). II. Dias, Marlei José de Souza (Org.). III. Silva, Regina Nascimento (Org.). IV. Rodrigues, Valéria Maria (Org.). V. Título. CDU: 37:342.7
-----	--

Bruna dos Santos Pinheiro
Bibliotecário(a)-Documentalista - CRB-6/3805



SUMÁRIO

Podcast como instrumento de comunicação e produção de conhecimentos em defesa de uma educação antirracista em uma escola estadual de Uberlândia-MG10

Adelino José de Carvalho Dias

Inclusões em processos: escola, ex-isto e agora? 15

Adiel Philipe Leão da Silva

Educação financeira e direitos humanos na escola pública: a matemática na formação cidadã do Ensino Fundamental II 20

Almir Cecchin

Divisões entre escolas públicas e privadas: hierarquias sociais e discursos de aporofobia24

Ana Clara Vieira

Neusa Aparecida Pereira Vieira

Ensino de direitos humanos em comunidade indígena de Grajaú-MA: relato de experiência docente 28

Ana Paula dos Santos Reinaldo Verde

Educação midiática e justiça social: o uso crítico das mídias na promoção da diversidade e da inclusão escolar32

André Menezes de Jesus

Pertencer para permanecer: educação midiática antirracista e trajetórias escolares de estudantes negros/as35

Antonio Eudes Lima da Cruz

Educação midiática crítica como intervenção pedagógica: reflexões sobre grupos minoritários39

Bruna Luísa Oliveira Soares Borges

Educação socioemocional e projeto de vida: contribuições para a formação cidadã no ensino médio42

Cássia Christina de Assis Almeida

Educação midiática crítica na escola em tempo integral: fundamentos epistemológicos e implicações para a promoção dos direitos humanos.....46

Cícero Vieira de Lima

Mídia, diversidade e cidadania: experiências de educação crítica sobre representações de negros e indígenas no contexto escolar.....49

Cleber Roberto Nascimento

Educação midiática e inclusão no Ensino Fundamental II: desafios docentes e ferramentas digitais adaptativas54

Danilo Lefundes Vilas-Boas

Desafios e possibilidades do uso das tecnologias na Educação de Jovens e Adultos: um estudo na Escola João Félix, em Jatobá do Piauí.....58

Domingos José dos Santos

Educação midiática como ferramenta para tornar o ensino de Geografia mais significativo no ensino básico63

Echilles João Sousa Oliveira

Entre números e narrativas: educação matemática, mídias e produção de sentidos 68

Élida de Sousa Peres

Ady Wallace Jaques Silva

Direitos humanos e educação midiática na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: panorama das estruturas institucionais..72

Erick Renan Xavier de Oliveira

Paternidade homoafetiva, mídia digital e educação em direitos humanos na formação crítica de estudantes.....76

Fernando dos Santos Oliveira Lopes

A educação midiática sob a lente da epistemologia feminista: caminhos para uma pedagogia da autonomia no ensino médio.....79

Francine Nascimento Abreu

Educação midiática em tempos de crise: caminhos de esperança contra a desinformação..... 82

Hugo Pinheiro Costa

Paulo Freire e os direitos humanos: em busca da justiça social.....87

Isabela Cazarini do Prado

Diálogos entre a educação midiática e o ensino de Geografia	90
--	-----------

Jairo Alves Felipe

Educação em Direitos Humanos e Diversidades: análise do potencial formativo de um componente curricular no Ensino Médio	94
--	-----------

Joelmir Cabral Moreira

Debates educacionais nas redes sociais: procedimentos metodológicos para a análise de postagens no Instagram.....	99
--	-----------

Jussara Lima Santos

Manipulação midiática e racismo estrutural: o caso dos quatro jovens de Las Malvinas no Equador	103
--	------------

Kayna Raysa Mina Ayovi

Educação em direitos humanos como instrumento de combate à violência misógina.....	106
---	------------

Leonardo Lima da Silva

Educação midiática antirracista: a educação e o serviço social na defesa de direitos	110
---	------------

Leonardo Pereira de Lima

Educação midiática, representatividade e combate ao racismo estrutural na promoção dos direitos humanos.....	113
---	------------

Líliam Aparecida Olegário

Educação midiática e direitos humanos na formação de jovens atletas: desafios e possibilidades na EJA	116
--	------------

Luís Augusto Gomes Sacramento

Práticas multiletradas para o trabalho pedagógico sobre sexualidades dissidentes no Instagram.....	120
---	------------

Marcos da Silva Cruz

Educação midiática na formação docente como estratégia para a promoção dos direitos humanos	124
--	------------

Marieta Nobre de Moraes

Educação digital e cidadania na interação universidade-comunidade	129
--	------------

Martha Maria Bernhardt da Silveira Leite

Educação midiática, direitos humanos e inclusão em uma Escola do Campo: práticas pedagógicas com tecnologias no Atendimento Educacional Especializado..... 132

Milena Rosane da Silva

Protagonismo de professoras autistas para educação midiática em direitos humanos.....137

Neila Isabel Viana

Educação inclusiva e educação profissional e tecnológica: o direito à qualificação profissional sob a ótica dos direitos humanos.....141

Orlando de Lima Monteiro

Educação midiática e educação sexual na promoção do cuidado corporal e prevenção de IST 144

Ozeias Pereira Guimarães

A escola na cultura digital: educação midiática e direitos humanos diante das múltiplas demandas sociais147

Paula dos Santos Rêgo Cardoso

Educação midiática e formação cidadã na Educação Infantil e Fundamental I151

Raquel Teixeira de Andrade

Educação midiática e direitos humanos na formação continuada de profissionais da educação.....155

Renildo da Silva Ferreira

A construção da mulher sul-mato-grossense em jornais do século 19 no acervo da Hemeroteca Digital.....160

Rosália Aparecida da Silva

Ensino de história da comunicação por meio da educação midiática 163

Roseane Andrelo

Direito à educação de crianças migrantes em Marechal Cândido Rondon: uma análise do Conselho Municipal 166

Roseli de Fatima Castro

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Escrevendo resistência: mídias digitais, docência e valorização da escola pública 170

Sâmela Jannie Ribeiro Soares

A decorative vertical bar on the left side of the page, featuring a repeating pattern of small, colorful icons (yellow, red, blue, green) arranged in a vertical sequence.

Estudantes lésbicas, direitos sexuais e reprodutivos e aulas de Biologia em escolas estaduais de Minas Gerais.....173

Termisia Luiza Rocha

O uso de tecnologias assistivas na inclusão escolar: um direito fundamental à educação e à diversidade 176

Thais de Souza

A inclusão de estudantes cegos em uma escola pública na amazônia brasileira180

Vaneide Gomes de Souza

Caira Vitória Gomes da Cruz

Mediação familiar e escolar do uso de tecnologias digitais como estratégia de proteção à infância 184

Yaclara Laleska Alves Pereira

Podcast como instrumento de comunicação e produção de conhecimentos em defesa de uma educação antirracista em uma escola estadual de Uberlândia-MG

Adelino José de Carvalho Dias¹

1 Introdução

Trata-se de projeto em curso que conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), resultante de uma parceria entre pesquisadores/as do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Universidade de Uberaba (Uniube) e professores/as e alunos/as da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, na cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

O projeto foi iniciado em março de 2024, com duração prevista de 36 meses, e desenvolve-se a partir de ações de pesquisa, formação e intervenção na escola, por meio da elaboração e construção coletiva de instrumentos de comunicação de conhecimentos e práticas inovadoras e antirracistas, com destaque para a produção de um *podcast* criado, editado e publicado pelos/as alunos/as da escola sob a supervisão de seus/suas professores/as. Ao viabilizar a comunicação dos saberes já produzidos pela e com a escola, o projeto desenvolve-se a partir da integração de toda a comunidade escolar em defesa de uma educação antirracista.

O objetivo geral do projeto é contribuir para a transformação da escola em promotora de ações formativas, investigativas e interventivas, de modo a consolidar-se como referência na produção de uma educação antirracista e emancipatória na cidade de Uberlândia-MG. Como objetivos específicos, buscou-se criar um laboratório para produção do podcast sob a responsabilidade de alunos/as e professores/as, como instrumento para comunicação de conhecimentos sobre práticas escolares inovadoras e tecnologias sociais gestadas a partir de oficinas de formação-investigação e intervenção com a escola, e não para a escola.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; estágio pós-doutoral na Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil; professor na Universidade de Uberaba, Minas Gerais, Brasil; membro do Grupo de Pesquisa Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas (FORDAPP) e da Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão em escolas de Educação Básica (RECEPE). E-mail: adelino.dias@uniube.br.

Integram o projeto dois professores e duas professoras da Uniube, além de cinco bolsistas da comunidade escolar, sendo um professor e uma professora que atuam na escola e três estudantes do Ensino Médio.

2 Metodologia

A metodologia de trabalho adotada ancora-se na ideia de produção coletiva, interdisciplinar e transdisciplinar do conhecimento, no aprimoramento teórico-metodológico do processo investigativo qualitativo em educação e na possibilidade de aprofundar compreensões sobre práticas pedagógicas antirracistas para melhor intervir no contexto educativo escolar das classes populares, especialmente na escola participante do projeto. A pesquisa possui enfoque qualitativo, valendo-se da pesquisa documental e do trabalho de campo.

A pesquisa documental tomou como fontes os registros da formação docente, o projeto político-pedagógico (PPP) da escola, o Regimento Escolar e outras normativas, além dos Projetos de Ensino, sendo também objeto de investigação o Currículo Referência do Estado de Minas Gerais. A análise documental será realizada à luz dos estudos de Cellard (2008).

Já o trabalho de campo ocorre por meio de dois instrumentos: (1) Rodas de conversa sobre teorias e práticas antirracistas com os/as professores/as e outros/as profissionais da educação da escola, agendadas conforme as metas e etapas estabelecidas; (2) Oficinas de formação-intervenção com os/as professores/as e profissionais da educação da escola, envolvendo também os/as estudantes bolsistas do Ensino Médio.

Serão realizados registros fotográficos das rodas de conversa e das oficinas, a partir da adoção dos procedimentos éticos necessários. Para os registros das oficinas, serão utilizados diários de campo, de modo a documentar, por meio da observação participante, as atividades desenvolvidas em cada encontro.

Cabe esclarecer que as rodas de conversa, bem como as oficinas, estão sendo organizadas e realizadas pelos/as pesquisadores/as proponentes/as deste projeto, integrantes da Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão nas Escolas de Educação Básica (RECEPE), vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Uniube, à qual os membros deste projeto estão vinculados.

As rodas de conversa têm sido orientadas pelos temas eleitos para elaboração e execução do projeto, quais sejam: "Práticas Pedagógicas Inovadoras", com o

objetivo de identificar, mapear e compreender as práticas pedagógicas já desenvolvidas pela escola que podem ser fomentadas e suscitar a produção de outras práticas em defesa da educação antirracista e emancipatória; e “Como lidar com questões étnico-raciais?”, buscando elucidar experiências formativas que possam ser tomadas como meio para intervenção-formação junto à comunidade escolar.

É a partir desses movimentos que está sendo criado o podcast, produto voltado à comunicação do conhecimento produzido acerca da educação para as relações étnico-raciais e da educação antirracista, tendo como base conceitual os fundamentos da educação popular (Freire, 1996), Gomes (2021) e Souza e Novais (2021).

3 Resultados

Até o momento, o projeto revelou que as práticas pedagógicas existentes na escola, voltadas ao debate acerca das questões étnico-raciais e à defesa de uma educação antirracista e emancipatória, ocorrem de modo pontual, sem adesão significativa dos/as estudantes. Observa-se que tais práticas ainda não se constituem como eixo estruturante do PPP da escola. Contudo, existem experiências exitosas de ações pontualmente desenvolvidas que poderão fomentar outros projetos de formação e intervenção articulados à pesquisa, viabilizando a transformação desse cenário e desencadeando práticas pedagógicas inovadoras capazes de ressignificar o papel da escola em defesa de uma educação antirracista.

A análise dos documentos escolares revelou fragilidades em seu conteúdo, uma vez que se apresentam de forma genérica e padronizada, aparentemente sem considerar as especificidades da dinâmica e da realidade do espaço escolar. Tal aspecto torna-se relevante ao considerar que a escola está situada em uma área residencial de classes populares, surgida no final da década de 1980 a partir de movimentos de reivindicação por habitação popular, e atualmente circundada por recente expansão imobiliária composta por condomínios de luxo e de classe média alta.

Entretanto, o projeto identificou experiências de intervenção já existentes e contribuiu para o desenvolvimento de outras ações que inseriram a perspectiva antirracista no cotidiano escolar, mostrando-se relevantes para a formação de professores/as e estudantes.

Além disso, com o desenvolvimento do projeto e a realização do *podcast*, cuja elaboração, edição e publicação contam com a efetiva participação dos/as estudantes sob supervisão dos/as orientadores/as, observa-se maior envolvimento dos sujeitos participantes e transformações no cotidiano da comunidade escolar. Estima-se que isso ocorra porque os assuntos tratados estão sendo escolhidos pelos/as próprios/as alunos/as, contemplando questões e temáticas que fazem parte de suas realidades, trazendo suas vozes, escritas e conhecimentos, especialmente aqueles relacionados às questões étnico-raciais. Percebe-se também maior entusiasmo em relação à futura publicação do *podcast* em plataformas de *streaming* e no YouTube.

4 Considerações finais

Conclui-se que o projeto tem alcançado os objetivos previstos desde sua elaboração, não apenas cumprindo as metas estabelecidas até o momento, mas também promovendo o envolvimento da comunidade escolar nas atividades planejadas e legitimando novas práticas pedagógicas e tecnologias sociais desenvolvidas na e pela escola, vinculadas às questões étnico-raciais.

O envolvimento dos/as participantes na produção do *podcast* tem contribuído para que a escola se reconheça de forma mais efetiva como espaço de luta política contra o racismo estrutural, uma vez que possibilita a circulação permanente e sistemática dos conhecimentos e práticas já desenvolvidos pela instituição, fortalecendo a construção de um ambiente educador ancorado na educação antirracista.

Referências

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOMES, N. L. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 435-454, maio/ago. 2021. DOI: 10.7213/1980-5934.33.059.DS06. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/2799>. Acesso em: 4 out. 2025.



PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SOUZA, T. Z.; NOVAIS, G. S. (org.). **Projetos de intervenção com a educação básica**: experiências educativas e formativas. Curitiba: CRV, 2021. v. 1.

Inclusões em processos: escola, ex-isto e agora?

Adiel Philipe Leão da Silva¹

1 Introdução

A inclusão de estudantes com deficiência nos anos finais do Ensino Fundamental constitui um compromisso ético, pedagógico e social com a efetivação do direito à educação, orientado pelos princípios da equidade, do respeito às diferenças e da valorização da diversidade humana. Nesse contexto, a educação midiática apresenta-se como um campo relevante para o desenvolvimento de práticas educativas que promovam o pensamento crítico, a criatividade (Ostrower, 1999), a participação cidadã e o reconhecimento das múltiplas vozes presentes no espaço escolar. Ao articular inclusão escolar, direitos humanos e cultura digital, torna-se possível fomentar processos de aprendizagem baseados no fazer com o outro (Sennett, 2009), no trabalho coletivo e na construção compartilhada do conhecimento, fortalecendo relações pedagógicas pautadas na cooperação, na empatia e no reconhecimento das singularidades dos/as estudantes.

O presente trabalho situa-se no contexto de uma escola de Ensino Fundamental anos finais e discute a relevância da construção de práticas pedagógicas inclusivas (Brasil, 2025) em um cenário educacional contemporâneo marcado pela expansão da cultura digital, pelas desigualdades sociais e pelas disputas de narrativas no ambiente midiático. Considera-se que a inclusão escolar não se limita à presença física de estudantes com deficiência na sala de aula, mas implica a criação de estratégias pedagógicas que assegurem participação, aprendizagem significativa e respeito às diferenças.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar como práticas pedagógicas articuladas à educação midiática podem contribuir para a promoção da aprendizagem, do respeito à diversidade e da construção de uma cultura escolar inclusiva. A análise é orientada pela seguinte questão: de que modo a escola pode desenvolver práticas educativas que garantam equidade e reconhecimento da pluralidade cultural e das necessidades individuais dos estudantes com

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Brasil; pedagogo de educação especial da rede pública municipal de Cidreira, Rio Grande do Sul, Brasil; professor de educação especial na rede pública municipal de Capão da Canoa, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: adielph@gmail.com.

deficiência, neurodivergentes e com altas habilidades/superdotação no processo de ensino e aprendizagem? Dessa forma, busca-se evidenciar que a inclusão efetiva demanda práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social, com a formação ética dos estudantes e com a construção de um ambiente escolar que valorize a diversidade como princípio educativo.

2 Metodologia

A experiência foi desenvolvida em uma escola de Ensino Fundamental anos finais localizada no município de Cidreira, no estado do Rio Grande do Sul, envolvendo estudantes do Ensino Fundamental. A proposta pedagógica foi realizada ao longo do ano letivo e teve como foco a valorização da diversidade, da identidade e da participação dos estudantes no ambiente escolar.

A atividade integrou práticas de pesquisa, produção de materiais e elaboração de murais e painéis coletivos, buscando incentivar a criatividade, a expressão individual e o trabalho colaborativo entre os/as participantes. A iniciativa partiu da compreensão de que a escola é um espaço de convivência plural e de construção coletiva do conhecimento, no qual os/as estudantes podem refletir sobre si mesmos/as, sobre o outro e sobre as diferentes formas de ser e estar no mundo.

Entre as etapas desenvolvidas, destaca-se, inicialmente, a construção de uma árvore coletiva composta pelas digitais de todos os/as estudantes, simbolizando a singularidade de cada participante e, ao mesmo tempo, a construção de uma comunidade escolar diversa. Em seguida, foi elaborado um painel de identidades com autorretratos produzidos pelos/as próprios/as estudantes, possibilitando a expressão de características pessoais, culturais e sociais. A terceira atividade consistiu em uma pesquisa sobre diversidade, orientada pela pergunta "Quem sou eu?", na qual os/as estudantes refletiram sobre identidade, pertencimento e diferenças.

Para a realização das atividades, foram utilizados materiais diversos para a confecção de murais e painéis, além de recursos digitais, como pesquisas na internet e uso de impressora para apoio na produção dos materiais. As estratégias pedagógicas adotadas priorizaram a construção coletiva do conhecimento, a liberdade de expressão e a realização de rodas de conversa, criando espaços de diálogo e reflexão sobre diversidade, identidade e respeito às diferenças no contexto escolar.

3 Resultados

Os resultados da experiência evidenciaram um processo de envolvimento significativo dos/as estudantes, professores/as e famílias na construção de práticas educativas voltadas à valorização da diversidade e da identidade no ambiente escolar. Ao longo das atividades, observou-se que a produção coletiva dos murais, painéis e pesquisas mobilizou diferentes formas de participação, estimulando o diálogo entre os/as estudantes e ampliando a reflexão sobre quem são e como se reconhecem no espaço escolar.

A participação das famílias ocorreu principalmente por meio do acompanhamento das atividades, do compartilhamento de histórias e da valorização das produções dos estudantes, o que contribuiu para fortalecer os vínculos entre escola e comunidade. A atividade da árvore com as digitais, por exemplo, tornou-se um símbolo visível de pertencimento coletivo, reforçando a ideia de que cada estudante possui características únicas que compõem a diversidade do grupo. Já o painel de identidades e autorretratos permitiu que os estudantes expressassem aspectos pessoais, culturais e sociais, estimulando o respeito às diferenças e a escuta do outro durante as rodas de conversa.

Conforme o pensamento de Sennett (2009), é possível compreender essa experiência como um processo em que o fazer coletivo, o cuidado com o trabalho e a dedicação ao processo de criação tornam-se elementos centrais para a aprendizagem. A produção dos murais e painéis não se limitou a uma atividade manual, mas constituiu um exercício de construção compartilhada de sentidos, no qual os estudantes experimentaram o valor do trabalho colaborativo e do cuidado com o outro. Da mesma forma, as contribuições de Ostrower (1999) ajudam a compreender como a criatividade se manifesta como um processo que envolve sensibilidade, reflexão e interação com o contexto social. Ao criar autorretratos, pesquisar sobre diversidade e participar das rodas de conversa, os/as estudantes foram incentivados/as a elaborar percepções sobre si mesmos/as e sobre o coletivo, ampliando sua capacidade de expressão e compreensão das diferenças.

Os achados também indicam que práticas pedagógicas que articulam criação, diálogo e uso de recursos midiáticos podem contribuir para o fortalecimento de uma educação midiática crítica, ética e comprometida com os direitos humanos. O uso da internet para pesquisas, aliado à mediação pedagógica dos/as professores/as, permitiu discutir a importância de buscar informações confiáveis, refletir sobre representações da diversidade e reconhecer diferentes narrativas

presentes nos meios digitais. Nesse processo, observou-se que os/as estudantes passaram a demonstrar maior sensibilidade em relação ao cuidado com o outro, expressa em atitudes cotidianas de respeito, colaboração e apoio entre colegas. Em alguns momentos das rodas de conversa, por exemplo, estudantes compartilharam experiências pessoais relacionadas à identidade, à cultura familiar ou a dificuldades enfrentadas na escola, gerando um ambiente de escuta e empatia entre o grupo.

4 Considerações finais

Entre as aprendizagens identificadas, destaca-se o fortalecimento do sentimento de pertencimento à comunidade escolar, a ampliação do respeito às diferenças e o desenvolvimento da capacidade de expressão e reflexão crítica. Professores/as relataram que as atividades favoreceram maior integração entre os/as estudantes e estimularam práticas de cooperação no cotidiano da sala de aula. As famílias, por sua vez, reconheceram o valor das atividades ao perceberem seus/suas filhos/as refletindo sobre identidade, diversidade e convivência. Contudo, também foram identificados desafios e limites, como o tempo reduzido para aprofundar algumas discussões, a necessidade de ampliar o acesso a recursos tecnológicos e a importância da formação continuada para os/as professores/as no campo da educação midiática e da educação para a diversidade.

De modo geral, os resultados reforçam que a integração entre práticas criativas, diálogo coletivo e uso pedagógico das mídias pode contribuir para a construção de uma educação mais crítica e comprometida com a formação ética dos/as estudantes. A experiência demonstrou, por meio de exemplos concretos, que, quando o ambiente escolar promove o respeito à diversidade e incentiva a participação ativa dos estudantes, cria-se um espaço em que todos aprendem não apenas conteúdos escolares, mas também valores fundamentais para a vida em sociedade.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12686-20-outubro-2025-798166-publicacaooriginal-176779-pe.html>. Acesso em: 11 de mar. 2026.



OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1999

SENNETT, R. **O artífice**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2009.

Educação financeira e direitos humanos na escola pública: a matemática na formação cidadã do Ensino Fundamental II

Almir Cecchin¹

1 Introdução

A presença cada vez mais intensa das mídias digitais na sociedade contemporânea tem influenciado diretamente os comportamentos de consumo, especialmente entre crianças e adolescentes. Publicidades, redes sociais e conteúdos digitais estimulam práticas de consumo imediato, muitas vezes sem reflexão crítica sobre suas implicações econômicas e sociais. Nesse contexto, a escola desempenha papel fundamental na formação de estudantes capazes de interpretar informações, analisar discursos midiáticos e tomar decisões conscientes no cotidiano.

A educação midiática, articulada à promoção dos direitos humanos, contribui para o desenvolvimento de competências relacionadas à análise crítica das mensagens presentes nas mídias e à compreensão de seus impactos sociais. Ao mesmo tempo, a educação financeira tem sido reconhecida como importante instrumento para o desenvolvimento da autonomia e da cidadania, especialmente em contextos sociais marcados por desigualdades econômicas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca que o ensino de Matemática deve favorecer a resolução de problemas do cotidiano e a tomada de decisões fundamentadas, aproximando o estudante do meio social em que vive e garantindo, assim, igualdade de oportunidades (Brasil, 2018).

Diante desse cenário, a articulação entre Matemática, educação financeira e educação midiática apresenta-se como estratégia pedagógica relevante para promover o pensamento crítico e a formação cidadã. Este trabalho apresenta uma experiência pedagógica desenvolvida com estudantes do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental de uma escola localizada em Piracicaba-SP. O objetivo do estudo é analisar como práticas pedagógicas que integram Matemática, educação financeira e análise crítica das mídias podem contribuir para o desenvolvimento da

¹ Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Brasil; professor de Matemática no Ensino Fundamental na rede pública estadual de ensino de Piracicaba, São Paulo, Brasil. E-mail: cecchin.almir@gmail.com.

autonomia e da consciência crítica dos/as estudantes, fortalecendo princípios relacionados à educação em direitos humanos.

2 Metodologia

O estudo caracteriza-se como uma experiência pedagógica com abordagem qualitativa, inspirada nos princípios da pesquisa-ação, uma vez que envolve a análise de uma intervenção educativa realizada no contexto escolar. A experiência foi desenvolvida com turmas do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental II, envolvendo estudantes com idades entre 11 e 13 anos.

Inicialmente, foi realizado um diagnóstico por meio de questionários e rodas de conversa, com o objetivo de identificar conhecimentos prévios dos/as estudantes sobre consumo, planejamento financeiro, influência das mídias nas decisões de compra e direitos humanos. A partir dessas informações, foram planejadas atividades pedagógicas baseadas na resolução de problemas matemáticos contextualizados e em sua relação com a comunidade em que os estudantes vivem.

As atividades envolveram conteúdos como porcentagem, comparação de preços, cálculo de descontos, consumo consciente, dignidade, igualdade, análise de parcelamentos e planejamento de orçamento doméstico. Paralelamente, foram analisados exemplos de propagandas e conteúdos presentes em mídias digitais, permitindo aos/as estudantes identificar estratégias utilizadas pelo *marketing* para estimular o consumo. As atividades foram desenvolvidas em grupos, com momentos de discussão coletiva, registros reflexivos e socialização das aprendizagens. Ao final da intervenção, os estudantes participaram de atividades de reflexão e avaliação formativa, nas quais puderam comparar suas percepções iniciais e finais sobre consumo, planejamento financeiro, influência das mídias em suas escolhas e direitos do consumidor.

3 Resultados

Os resultados indicam que a integração entre Matemática, educação financeira, educação midiática e direitos humanos contribuiu para ampliar o pensamento crítico dos estudantes em relação ao consumo e às mensagens presentes nas mídias. No início das atividades, muitos/as alunos/as demonstravam pouca reflexão sobre a influência das propagandas em suas decisões de compra e apresentavam dificuldades em compreender conceitos básicos relacionados ao

planejamento financeiro. Durante as atividades, eles/elas passaram a identificar estratégias de persuasão presentes em anúncios publicitários, como promoções aparentemente vantajosas, uso de influenciadores digitais e discursos que associam produtos a status social ou felicidade. Essa análise possibilitou compreender que as mídias frequentemente utilizam recursos persuasivos para estimular o consumo.

Além disso, as atividades matemáticas relacionadas ao cálculo de descontos, à comparação de preços e à análise de parcelamentos contribuíram para ampliar a compreensão dos/as estudantes sobre os impactos financeiros de determinadas escolhas. Muitos/as deles/as relataram que passaram a perceber a importância de comparar preços, planejar gastos e refletir sobre a diferença entre necessidades e desejos. Também foram observados avanços no desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade nas decisões relacionadas ao consumo. Ao discutir temas como planejamento financeiro e consumo consciente, os/as estudantes demonstraram maior interesse em compreender como suas escolhas podem impactar sua realidade, a de suas famílias e seus direitos enquanto consumidores.

4 Considerações finais

A experiência pedagógica apresentada evidencia que a integração entre Matemática, educação financeira, educação midiática e direitos humanos pode contribuir significativamente para a formação cidadã dos estudantes. Ao analisar criticamente conteúdos presentes nas mídias e relacioná-los a situações concretas do cotidiano, os/as alunos/as desenvolvem habilidades importantes para interpretar informações e tomar decisões mais conscientes. Nesse sentido, a educação midiática torna-se um importante instrumento para a promoção da educação em direitos humanos, pois fortalece valores como autonomia, responsabilidade, igualdade de oportunidades e participação cidadã. Ao estimular o pensamento crítico e o diálogo sobre práticas de consumo, a escola contribui para a formação de sujeitos mais conscientes e preparados para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

Como continuidade da proposta, serão trabalhados outros temas que integrem educação financeira, educação midiática e direitos humanos no contexto escolar, tais como *fake news*, desigualdade social, economia e impactos sociais, informação e transparência e atendimento especial. Dessa maneira, fortalecem-se

práticas pedagógicas interdisciplinares que dialogam com os desafios da cultura digital e da formação cidadã dos estudantes.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Divisões entre escolas públicas e privadas: hierarquias sociais e discursos de aporofobia

Ana Clara Vieira¹

Neusa Aparecida Pereira Vieira²

1 Introdução

O presente trabalho busca refletir sobre discursos e falas que hierarquizam escolas públicas e privadas da Educação Básica e, conseqüentemente, depreciam toda a estrutura pública: alunos/as, professores/as, ambiente escolar e a instituição de modo geral. Esses pontos de vista são reforçados pelas mídias digitais, que noticiam acontecimentos, na maioria das vezes, negativos relacionados a esses espaços, construindo uma imagem única e estereotipada da escola pública como um lugar violento e perigoso.

Dessa forma, fatos relacionados a essas escolas frequentemente adquirem proporções muito maiores do que a realidade, quando não ganham dimensões irreais. O desconhecimento alimenta o preconceito, e a falta de uma discussão séria e aprofundada sobre o assunto favorece a repulsa aos ambientes públicos e aos indivíduos a eles vinculados.

Em nossa perspectiva, tais discursos podem ser compreendidos como manifestações de aporofobia, revelando-se como atos de violação da dignidade humana dos alunos matriculados na rede pública, além de enfraquecerem a democracia e alimentarem a segregação social.

2 Metodologia

Este trabalho foi elaborado a partir de percepções construídas dentro e fora de escolas da rede particular de ensino em uma cidade localizada no interior de Minas Gerais. Após a realização do Curso de Educação Midiática em Direitos Humanos, ofertado pela Universidade Federal de Uberlândia, e o estudo do conceito de "aporofobia", refletimos sobre os discursos que circulam na cidade a respeito da inferiorização das escolas públicas.

¹ Mestranda em Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil. E-mail: anaclaravieiraarcos@gmail.com.

² Graduanda em Pedagogia na Faculdade Venda Nova do Imigrante, Brasil. E-mail: neusa.ap45@outlook.com.

Seguindo a teoria de Cardoso (1999, p. 21), segundo a qual o discurso é sempre atravessado por elementos subjetivos e sociais, sendo “um lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos e psíquicos, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas”, analisamos como a reprodução de tais discursos veicula preconceitos históricos e ideológicos.

Ao observarmos a forma como muitos/as funcionários/as, alunos/as e familiares de estudantes de escolas privadas se referiam à comunidade escolar da rede pública, relacionamos tais falas às teorias estudadas e refletimos sobre como essa aversão ao ambiente educacional público está ligada à aporofobia, isto é, à aversão às pessoas pobres, conceito desenvolvido por Adela Cortina (2020).

3 Resultados

Os resultados obtidos apontam, primeiramente, para o poder da linguagem e para sua capacidade de transmitir e instigar visões preconceituosas e pouco críticas acerca das construções sociais e das desigualdades existentes.

Quando familiares e funcionários/as da escola transmitem às crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I da rede privada discursos que diferenciam a escola onde estudam de forma a depreciar a rede pública, essa comunidade escolar introjeta imaginários hierárquicos nos/nas alunos/as, que se encontram em um período de formação de opiniões e compreensões de mundo.

As mídias digitais contribuem para tal perspectiva, uma vez que noticiam fatos negativos relacionados às escolas públicas, os quais, muitas vezes, adquirem proporções muito maiores do que a realidade, quando não assumem dimensões irreais. Em contrapartida, raramente produzem reportagens que evidenciam os inúmeros projetos e atividades positivas desenvolvidos nessas instituições, reforçando, assim, o estereótipo negativo das escolas públicas.

Toda essa esfera de informações acríticas sobre a rede pública de educação induz à percepção de que esses ambientes escolares, por serem frequentados por pessoas pobres, são lugares violentos e desorganizados, enquanto os ambientes privados, frequentados por pessoas ricas, seriam exemplares em educação e comportamento.

Trata-se de uma simplificação estereotipada da educação como um todo, que induz ao pensamento equivocado de que: a) todas as pessoas vinculadas à rede pública são pobres; b) por isso, não se dedicam aos estudos e apresentam mau

comportamento; c) por outro lado, na rede privada, segundo esse pensamento, existiriam apenas alunos muito bem-educados e não haveria violência ou desorganização, como se a condição financeira fosse capaz de definir o caráter dos indivíduos.

Nessa perspectiva reducionista, diversas questões são ignoradas, como o fato de que a quantidade de alunos da rede pública é muito superior à da rede privada e, conseqüentemente, mais ocorrências são esperadas. Além disso, observa-se um esforço constante de preservação da imagem das escolas privadas, tanto por parte dos funcionários quanto das famílias, algo menos recorrente nos ambientes públicos brasileiros.

Outro ponto importante observado ao longo deste trabalho é que tais discursos, por parte da equipe das escolas privadas, configuram-se também como estratégias para angariar alunos; a suposta supremacia do ensino privado transforma-se, assim, em uma forma de sobrevivência dessas instituições.

Entretanto, ao retomarmos as ideias do educador Paulo Freire (1974) sobre a importância de uma educação libertadora, não pautada na opressão, percebemos o quanto tal estratégia fere os direitos humanos de inúmeros indivíduos. Além disso, a sociedade como um todo é prejudicada pela desunião entre as esferas pública e privada de ensino.

Quando a interação entre esses ambientes e seus estudantes poderia ser estimulada, contribuindo para discussões mais plurais e abrangentes sobre a educação, a segregação acaba se tornando predominante.

4 Considerações finais

Concluindo este percurso, chegamos ao entendimento de que a aporofobia está presente nos discursos que divulgam as escolas públicas como ambientes onde ninguém possui comprometimento com os estudos, onde não há respeito e onde a violência seria constante.

Conseqüentemente, ocorre uma desumanização desses sujeitos, que são estigmatizados por tais discursos e passam a receber tratamentos pejorativos por parte da sociedade em geral.

Na contemporaneidade, marcada pela intensa conexão com as mídias digitais, esses meios poderiam promover uma visão mais ampla e crítica das escolas

públicas, combatendo estereótipos e preconceitos. Ao dar visibilidade às inúmeras iniciativas positivas promovidas pelas escolas públicas e abrir espaço para que a comunidade escolar seja ouvida, as mídias digitais poderiam contribuir para a construção de uma imagem mais coerente, humana e empática dessas instituições tão diversas.

Esperamos, com este trabalho, abrir caminhos para discussões mais acolhedoras acerca da riqueza das diferenças presentes no campo educacional. Ao suscitarmos reflexões sobre a aporofobia escamoteada em discursos que hierarquizam as redes pública e privada de ensino, muitas vezes pautados em informações falsas ou exageradas, buscamos estimular um olhar mais atento, crítico e humano para esses ambientes.

Referências

CARDOSO, S. H. B. **Discurso e ensino**. São Paulo: Autêntica, 1999.

CORTINA, A. **Aporofobia**: a aversão ao pobre, um desafio para a democracia. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

Ensino de direitos humanos em comunidade indígena de Grajaú-MA: relato de experiência docente

Ana Paula dos Santos Reinaldo Verde¹

1 Introdução

A discussão sobre os direitos humanos constitui um elemento fundamental para a formação cidadã e para a construção de uma sociedade democrática, baseada no respeito à dignidade humana, à diversidade cultural e à justiça social. Nesse contexto, a educação assume um papel central na promoção de valores como igualdade, justiça e reconhecimento das diferenças culturais, especialmente diante dos desafios contemporâneos relacionados à cultura digital, às desigualdades sociais e às disputas de narrativas no ambiente midiático. Assim, a educação midiática torna-se um importante instrumento para desenvolver o pensamento crítico, possibilitando que estudantes analisem informações, questionem discursos e compreendam as diferentes representações sociais que circulam nas mídias.

Nessa perspectiva, este trabalho tem como propósito refletir sobre a relação entre educação midiática, direitos humanos e diversidade cultural a partir de uma experiência desenvolvida com acadêmicos de um curso superior, no âmbito da disciplina História da Educação e dos Direitos Humanos.

Fundamentado nas contribuições de Candau (2008) e Freire (1996), o estudo buscou analisar como práticas educativas voltadas para o debate sobre cidadania, democracia e direitos das mulheres podem contribuir para ampliar a consciência crítica e o reconhecimento das diversidades culturais. A questão que orienta a análise é compreender de que maneira ações educativas articuladas à educação em direitos humanos podem fortalecer o conhecimento sobre direitos sociais e promover reflexões críticas em contextos socioculturais diversos.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará, Brasil; professora adjunta da Universidade Federal do Maranhão, Brasil, Campus de Codó; pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Docência na Educação Básica e Superior (GDESB/UECE), do Núcleo de Extensão e Pesquisa com Populações e Comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas (NuRuNI) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Diversidade e Docência (EDDocência); líder do Grupo de Estudos Didática e Estágio. E-mail: ana.psrva@ufma.br.

2 Metodologia

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e reflexivo, articulando estudo teórico e intervenção pedagógica no campo da educação em direitos humanos. A experiência foi realizada no âmbito da disciplina História da Educação e dos Direitos Humanos, envolvendo acadêmicos de um curso superior, com o objetivo de promover reflexões sobre cidadania, democracia e direitos humanos a partir de uma atividade educativa desenvolvida em uma comunidade indígena.

O contexto da intervenção ocorreu na aldeia Arymy, pertencente à etnia Guajajara, do tronco linguístico tupi-guarani, localizada no estado do Maranhão, onde vivem aproximadamente vinte famílias. O espaço comunitário é composto por uma escola e uma igreja construídas pela própria comunidade, sendo a aldeia fundada no ano de 2010 pelas lideranças locais juntamente com as famílias residentes.

A construção da atividade ocorreu em etapas. Inicialmente, foi realizado um estudo teórico com os acadêmicos sobre os principais documentos que fundamentam os direitos humanos, como a Constituição Federal de 1988, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Pactos Internacionais e as Convenções Internacionais de Direitos Humanos. Em seguida, os estudantes organizaram seminários temáticos e materiais informativos sobre legislações relacionadas à proteção de grupos sociais, com destaque para a Lei Maria da Penha e a Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio).

Como recurso pedagógico, foram utilizados pôsteres informativos obtidos com a Secretaria da Mulher de São Luís, além de exposições dialogadas e momentos de conversa com os membros da comunidade. A atividade buscou utilizar estratégias pedagógicas participativas, valorizando o diálogo intercultural, a escuta e a troca de saberes entre universidade e comunidade.

3 Resultados

Os resultados evidenciaram que a atividade contribuiu significativamente para ampliar o conhecimento da comunidade indígena sobre a Lei Maria da Penha e os mecanismos de proteção às mulheres. Durante a intervenção pedagógica, os acadêmicos apresentaram a trajetória de Maria da Penha e discutiram a importância da legislação no enfrentamento da violência doméstica e familiar.

A distribuição de pôsteres informativos, obtidos junto à Secretaria da Mulher do Maranhão, possibilitou que as mulheres indígenas tivessem acesso a informações claras sobre seus direitos e sobre os canais de denúncia e proteção existentes. As mulheres da comunidade demonstraram grande interesse pelo material, apropriando-se rapidamente das informações apresentadas e participando ativamente das discussões.

Um momento significativo ocorreu quando o cacique da aldeia destacou, em sua fala, que a legislação também deveria ser respeitada pelos homens indígenas, afirmando que estaria atento à proteção de sua filha. Esse episódio evidenciou como o acesso à informação e ao debate coletivo pode contribuir para fortalecer a consciência sobre direitos e responsabilidades no interior da comunidade.

A situação vivenciada ilustra como práticas educativas pautadas na informação, no diálogo e no respeito às culturas locais podem estimular reflexões sobre as relações de gênero e sobre a importância do combate à violência contra as mulheres.

4 Considerações finais

A experiência desenvolvida evidenciou o potencial da educação em direitos humanos como estratégia para promover o diálogo, o reconhecimento das diferenças culturais e a construção de práticas educativas comprometidas com a cidadania e a justiça social. A intervenção realizada na aldeia Arymy possibilitou a articulação entre universidade e comunidade indígena, contribuindo para ampliar o conhecimento sobre a proteção legal das mulheres e fortalecer reflexões sobre os direitos humanos no cotidiano da comunidade. A abordagem pedagógica adotada favoreceu a participação ativa dos sujeitos envolvidos, valorizando seus saberes, experiências e contextos culturais.

Os resultados também reforçam a importância de práticas educativas inspiradas nas perspectivas de Candau e Paulo Freire, que defendem uma educação crítica, dialógica e comprometida com a transformação social. Nesse sentido, a atividade demonstrou que ações pedagógicas que articulam conhecimento acadêmico, educação midiática e diálogo intercultural podem contribuir para a formação de sujeitos conscientes de seus direitos e responsabilidades. Assim, iniciativas dessa natureza fortalecem a construção de uma educação ética, democrática e sensível às diversidades, ampliando o papel social da escola e da universidade na promoção e defesa dos direitos humanos.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 dez. 1973.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

CANDAU, V. M. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

Educação midiática e justiça social: o uso crítico das mídias na promoção da diversidade e da inclusão escolar

André Menezes de Jesus¹

1 Introdução

O avanço das tecnologias digitais e a crescente presença das mídias na vida cotidiana têm provocado transformações significativas nas formas de comunicação, produção de conhecimento e interação social. No campo educacional, essas mudanças impõem desafios e oportunidades para a formação de sujeitos críticos, capazes de interpretar as informações que circulam em diferentes plataformas digitais. Nesse contexto, a educação midiática surge como uma estratégia essencial para o desenvolvimento de competências relacionadas à análise crítica das mídias, ao exercício da cidadania e à promoção dos direitos humanos e da diversidade.

As mídias digitais não apenas ampliam as possibilidades de aprendizagem, mas também reproduzem desigualdades e reforçam preconceitos, sobretudo quando não há mediação crítica. Segundo Jenkins (2009), a cultura da convergência ampliou a participação dos sujeitos na produção e circulação de conteúdos, mas também intensificou a necessidade de análise crítica diante da multiplicidade de informações e discursos presentes no ambiente digital. Assim, este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel da educação midiática no fortalecimento da diversidade, da inclusão e da justiça social no ambiente escolar, investigando como o uso crítico das mídias pode contribuir para o enfrentamento de formas de discriminação e exclusão social.

2 Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e teórico-reflexiva, fundamentada em revisão bibliográfica sistemática e análise crítica de produções acadêmicas sobre educação midiática, cultura digital, diversidade e direitos humanos no contexto educacional. A abordagem qualitativa possibilitou analisar as relações entre mídias, práticas pedagógicas e promoção da inclusão

¹ Mestre em Ciências Ambientais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil; supervisor pedagógico do SESI Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, integrando a equipe de Interiorização da Educação. E-mail: andremenezes1983@gmail.com.

social, contemplando diferentes perspectivas teóricas e experiências documentadas.

A pesquisa foi conduzida em etapas: levantamento bibliográfico de obras clássicas e contemporâneas (Freire, 1996; Castells, 1999; Jenkins, 2009; Lévy, 1999; Buckingham, 2003) e de artigos acadêmicos recentes sobre diversidade, inclusão e letramento midiático; seleção de materiais com base na relevância para práticas educativas, análise dos desafios da cultura digital e uso pedagógico das tecnologias, utilizando bases como SciELO, *Google Scholar*, ERIC e Portal de Periódicos CAPES; leitura e análise crítica, considerando o potencial das mídias para inclusão, os desafios e limites do uso escolar e as contribuições para a formação cidadã; e síntese reflexiva, integrando os achados à realidade escolar, considerando desigualdades de acesso, desinformação e disputas de narrativas. Essa metodologia permitiu identificar oportunidades e limitações da educação midiática, oferecendo subsídios para que educadores desenvolvam estratégias pedagógicas críticas, éticas e inclusivas.

3 Resultados

A análise teórica revelou que a educação midiática possui grande potencial para fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão e a justiça social. Quando integrada de forma crítica ao currículo, possibilita que estudantes participem de debates sobre racismo, desigualdade social, diversidade cultural, identidade de gênero e direitos humanos. Buckingham (2003) destaca que a educação midiática permite desenvolver competências de interpretação e produção de conteúdos, preparando os estudantes para participar ativamente da sociedade digital de maneira crítica.

Segundo Freire (1996), a educação deve estimular a reflexão crítica sobre a realidade, permitindo que os sujeitos identifiquem estruturas sociais que produzem desigualdades. No contexto das mídias, isso implica analisar discursos discriminatórios, notícias falsas e estereótipos veiculados em diferentes plataformas digitais. A escola, portanto, atua como espaço de mediação crítica, orientando os estudantes a consumir e produzir conteúdos de forma ética e responsável.

Por outro lado, os estudos também evidenciam desafios significativos, como a desigualdade no acesso às tecnologias, a insuficiente formação docente para integrar mídias às práticas pedagógicas e a rápida circulação de desinformação.

Castells (1999) aponta que a sociedade em rede amplia as possibilidades de comunicação, mas também reforça exclusões sociais associadas à desigualdade digital. Diante disso, torna-se essencial que a escola promova o letramento midiático e digital, garantindo que os/as estudantes compreendam os impactos sociais, culturais e políticos das tecnologias.

Esses achados indicam que a educação midiática não apenas contribui para o desenvolvimento de competências digitais, mas também fortalece valores de respeito à diversidade, inclusão e equidade social, oferecendo caminhos para práticas pedagógicas mais democráticas e socialmente comprometidas.

4 Considerações finais

A educação midiática configura-se como ferramenta estratégica para promover diversidade, inclusão e justiça social no ambiente escolar. Ao estimular a análise crítica das mídias, a escola contribui para formar estudantes conscientes das desigualdades, capazes de questionar preconceitos e participar ativamente de práticas cidadãs nos espaços digitais e sociais.

Para consolidar essas contribuições, é fundamental investir na formação continuada de professores, no acesso equitativo às tecnologias e no desenvolvimento de estratégias pedagógicas que integrem as mídias de maneira crítica e ética. Como desdobramento, futuras pesquisas podem explorar experiências práticas de educação midiática, avaliando como iniciativas pedagógicas concretas impactam o fortalecimento da inclusão, da diversidade e da justiça social. Dessa forma, a educação midiática não se limita ao desenvolvimento de competências digitais, mas promove a construção de uma sociedade mais crítica, reflexiva e democrática.

Referências

- BUCKINGHAM, D. **Media education**: literacy, learning and contemporary culture. Cambridge: Polity Press, 2003.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

Pertencer para permanecer: educação midiática antirracista e trajetórias escolares de estudantes negros/as

Antonio Eudes Lima da Cruz¹

1 Introdução

A escola brasileira permanece atravessada por dinâmicas raciais que extrapolam manifestações explícitas de discriminação e se expressam na organização curricular, na seleção de referências culturais e nas interações cotidianas. A baixa representatividade negra em materiais didáticos e a centralidade de matrizes eurocentradas produzem invisibilização simbólica que impacta o pertencimento escolar, entendido como percepção de reconhecimento e valorização no ambiente educativo (Osterman, 2000). Estudos sobre racismo estrutural demonstram que tais experiências repercutem na autoestima, na construção identitária e na permanência escolar (Almeida, 2019; Gomes, 2017; Munanga, 2005).

Na sociedade digital, essas dinâmicas ampliam-se para o campo midiático, no qual narrativas e imagens produzem sentidos sobre identidades, evidenciados na associação de pessoas negras à criminalidade, na sub-representação audiovisual e na circulação de conteúdos discriminatórios. Noble (2018) revela como algoritmos de busca reforçam estereótipos raciais, enquanto Steele (2010) demonstra que a internalização de imagens negativas compromete o desempenho intelectual de estudantes negros.

Diante desse contexto, o objetivo do trabalho é analisar, em perspectiva teórico-bibliográfica, como a educação midiática crítica pode atuar no enfrentamento do racismo escolar, desconstruindo estereótipos e promovendo valorização identitária por meio da análise discursiva e da produção de contranarrativas.

2 Metodologia

A pesquisa, qualitativa e de caráter teórico-exploratório, foi desenvolvida mediante revisão integrativa da literatura. A busca ocorreu nas bases SciELO, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico, contemplando artigos, livros, capítulos e

¹ Mestrado em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente pela Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil; professor de Geografia na rede estadual de educação da Bahia, Brasil. E-mail: tom.eudes@gmail.com.

trabalhos completos publicados entre 2000 e 2025. O *corpus* reuniu produções sobre racismo estrutural, educação antirracista, colonialidade, pertencimento escolar e efeitos psicossociais dos estereótipos.

A análise temática orientou a sistematização dos dados, organizando os eixos interpretativos: visibilidade escolar, produção midiática de estereótipos e potencialidades da educação midiática crítica, permitindo interpretação analítica coerente com o objetivo investigativo e sustentada por referenciais consolidados.

3 Resultados

A síntese interpretativa do *corpus* evidencia que o pertencimento escolar de estudantes negros/as se configura como processo socialmente construído na intersecção entre experiências pedagógicas, reconhecimento simbólico e regimes de representação racial. A recorrente invisibilização de epistemologias afro-diaspóricas no currículo, associada à presença de microagressões e práticas pedagógicas pouco sensíveis às relações étnico-raciais, contribui para o enfraquecimento dos vínculos institucionais e para trajetórias escolares marcadas por desengajamento e silenciamento (Gomes, 2017; Silva, 2018).

Evidências da literatura indicam que contextos educacionais com baixa representatividade e limitada problematização do racismo ampliam sentimentos de não pertencimento e retraimento participativo, impactando dimensões cognitivas e socioemocionais do processo formativo (Walton; Brady, 2020). Nesse cenário, a colonialidade do saber opera como matriz estruturante de hierarquizações culturais, restringindo o reconhecimento de produções e referências negras e reiterando assimetrias simbólicas no espaço escolar (Quijano, 2005; Munanga, 2005).

No contexto midiático, os resultados apontam que representações raciais disseminadas em ambientes digitais atuam como pedagogias culturais difusas que moldam percepções identitárias e expectativas de desempenho, reforçando estereótipos e mecanismos de ameaça identitária (Noble, 2018; Steele, 2010). Em contraposição, experiências fundamentadas na educação midiática crítica demonstram potencial para tensionar tais regimes de representação ao promover leitura reflexiva de discursos, problematização de imagens e produção de contranarrativas. Essas práticas ampliam a agência estudantil e favorecem processos de ressignificação identitária, fortalecendo sentidos de pertencimento e reconhecimento no ambiente escolar (hooks, 2013; Almeida, 2019).

Contudo, a literatura evidencia que tais iniciativas permanecem majoritariamente circunscritas a experiências docentes isoladas, carecendo de institucionalização curricular e políticas formativas sistemáticas. Assim, a articulação entre justiça curricular, letramento midiático crítico e educação antirracista emerge como condição estruturante para a construção de ambientes educativos comprometidos com permanência, participação e equidade racial.

4 Considerações finais

O pertencimento escolar de estudantes negros/as é estruturalmente afetado por representações raciais desiguais presentes no currículo e nas narrativas midiáticas. A educação midiática antirracista revela-se estratégica ao formar sujeitos críticos capazes de produzir contranarrativas e disputar sentidos, configurando prática central para uma educação em direitos humanos comprometida com diversidade e equidade.

Para além da escola, o uso crítico das mídias favorece a participação cidadã em ambientes digitais marcados por disputas simbólicas. Sua efetivação demanda investimentos em formação docente, materiais curriculares alinhados à justiça racial e consolidação do antirracismo como política educacional estruturante.

Referências

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SILVA, P. B. G. e. Educação das relações étnico-raciais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 144, p. 567-584, jul./set. 2018. DOI: 10.1590/0104-4060.58097. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/xggQmhckhC9mPwSYPJWFbND/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2026.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2005.

NOBLE, S. U. **Algorithms of oppression**: how search engines reinforce racism. New York: New York University Press, 2018.

OSTERMAN, K. F. Students' need for belonging in the school community. **Review of Educational Research**, Washington, v. 70, n. 3, p. 323-367, fall 2000. DOI: 10.3102/00346543070003323. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/247662613_Students'_Need_for_Belonging_in_the_School_Community. Acesso em: 10 mar. 2026.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

STEELE, C. **Whistling Vivaldi**: how stereotypes affect us and what we can do. New York: W. W. Norton, 2010.

WALTON, G. M.; BRADY, S. T. The social-belonging intervention. *In*: WALTON, G. M.; CRUM, A. J. (ed.). **Handbook of wise interventions**: how social-psychological insights can help solve problems. New York: Guilford Press, 2020. p. 36-58.

Educação midiática crítica como intervenção pedagógica: reflexões sobre grupos minoritários

Bruna Luísa Oliveira Soares Borges¹

1 Introdução

Na última década, as mídias digitais passaram a ocupar um espaço cada vez mais significativo no cotidiano de crianças e adolescentes, influenciando formas de comunicação, acesso à informação e construção de percepções sobre o mundo social. Nesse contexto, a escola enfrenta o desafio de promover uma formação que possibilite aos/às estudantes desenvolver uma leitura crítica dos conteúdos que circulam nas mídias, compreendendo como discursos, imagens e narrativas são produzidos e disseminados no ambiente digital.

A educação midiática crítica surge, nesse cenário, como uma abordagem pedagógica relevante para promover reflexões sobre as representações sociais presentes nas mídias e suas implicações para a formação cidadã. Observa-se que determinados grupos sociais frequentemente são retratados de forma estereotipada ou permanecem invisibilizados nos conteúdos midiáticos, o que contribui para a reprodução de desigualdades simbólicas e preconceitos.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo discutir, a partir de uma abordagem teórico-reflexiva, de que modo a educação midiática crítica pode contribuir para problematizar a invisibilização de grupos minoritários no contexto da educação básica, articulando essa discussão com os princípios da educação em direitos humanos e da promoção das diversidades.

2 Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de produções acadêmicas e referenciais teóricos relacionados à educação midiática, à formação crítica e à promoção dos direitos humanos no contexto educacional.

¹ Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pelo Instituto Facuminas, Minas Gerasi, Brasil; professora e pedagoga–professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede municipal de ensino de Lagoa Formosa, Minas Gerais, Brasil. E-mail: bluisaoliveirasoaresborges@gmail.com.

A discussão fundamenta-se, principalmente, nas contribuições teóricas de Paulo Freire (1996), Dermeval Saviani (2008) e Sueli Carneiro (2011), autores que discutem a formação crítica, a função social da escola e a importância da educação para a construção de sujeitos capazes de interpretar e questionar a realidade social em que estão inseridos.

A análise desses referenciais buscou compreender de que maneira a educação midiática pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas voltadas à problematização das representações sociais presentes nas mídias e ao fortalecimento de valores relacionados à diversidade, à igualdade e à justiça social.

3 Resultados

A análise da literatura evidencia que as mídias desempenham papel relevante na construção de representações sociais, influenciando percepções sobre identidades, culturas e grupos sociais. Nesse processo, determinados grupos minoritários podem ser representados de forma estereotipada ou permanecer invisibilizados nas narrativas midiáticas, o que contribui para a manutenção de desigualdades simbólicas presentes na sociedade (Carneiro, 2011; Freire, 1996).

Nesse sentido, a educação midiática crítica apresenta-se como uma estratégia pedagógica importante para o desenvolvimento de competências interpretativas e reflexivas nos/as estudantes. Ao incentivar a análise dos discursos e das representações presentes nas mídias, a escola pode contribuir para que os/as alunos/as compreendam que os conteúdos midiáticos não são neutros, mas resultam de escolhas, interesses e processos de produção socialmente situados (Freire, 1996; Saviani, 2008).

As contribuições de Paulo Freire (1996) reforçam a importância de uma prática pedagógica comprometida com a formação de sujeitos críticos, capazes de interpretar a realidade e questionar discursos naturalizados. Dermeval Saviani (2008), por sua vez, traz à luz a discussão sobre a função social da escola na democratização do acesso ao conhecimento e na formação de indivíduos capazes de compreender as desigualdades que atravessam a sociedade. Já Sueli Carneiro (2011) destaca que mudanças significativas na sociedade dependem também da ampliação da representatividade de grupos historicamente marginalizados, tanto nas mídias quanto nos espaços de produção e circulação do conhecimento.

A persistente invisibilidade de determinados grupos nas mídias contribui para a manutenção de hierarquias sociais que naturalizam processos de exclusão. Como aponta Cardoso (2011), ao prefaciando a obra de Sueli Carneiro, quando determinados

grupos são historicamente representados como portadores de uma humanidade incompleta, torna-se socialmente aceitável que não participem de forma plena do acesso aos direitos humanos. Nesse contexto, a educação midiática pode favorecer a problematização dessas representações, estimulando a análise crítica das narrativas midiáticas e ampliando a compreensão dos estudantes acerca das desigualdades sociais.

Dessa forma, a articulação entre educação midiática e educação em direitos humanos pode contribuir para ampliar o repertório crítico dos estudantes e promover reflexões sobre diversidade, respeito às diferenças e justiça social no contexto escolar, fortalecendo práticas pedagógicas comprometidas com a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

4 Considerações finais

A crescente presença das mídias digitais no cotidiano de crianças e adolescentes torna fundamental que a escola desenvolva estratégias pedagógicas voltadas à formação crítica dos estudantes. Nesse contexto, a educação midiática crítica apresenta-se como uma abordagem relevante para promover reflexões sobre os conteúdos midiáticos e suas implicações na construção de representações sociais.

A partir da análise bibliográfica realizada, observa-se que a problematização das representações de grupos minoritários nas mídias pode contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a promoção dos direitos humanos e das diversidades. Assim, a educação midiática não se limita ao desenvolvimento de habilidades técnicas relacionadas ao uso das tecnologias digitais, mas envolve também a formação ética e cidadã dos estudantes, estimulando uma postura crítica diante das narrativas que circulam no ambiente midiático e favorecendo a construção de uma educação comprometida com a equidade e o respeito às diferenças.

Referências

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

Educação socioemocional e projeto de vida: contribuições para a formação cidadã no ensino médio

Cássia Christina de Assis Almeida¹

1 Introdução

O desenvolvimento de habilidades socioemocionais tem ganhado destaque nas discussões educacionais contemporâneas, especialmente diante das transformações sociais, tecnológicas e culturais que atravessam o cotidiano escolar. No contexto da cultura digital e da crescente presença das mídias na vida dos/as jovens, a escola assume papel fundamental na formação integral dos/as estudantes, promovendo não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também competências relacionadas à empatia, à autorregulação emocional, ao pensamento crítico e à tomada de decisão. Essas competências são reconhecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como fundamentais para a construção de projetos de vida e para o exercício da cidadania em uma sociedade marcada pela diversidade e pela pluralidade de experiências.

Nesse cenário, a educação socioemocional pode contribuir significativamente para fortalecer práticas educativas comprometidas com os direitos humanos, a inclusão e o respeito às diferenças. Ao favorecer o autoconhecimento, a reflexão crítica e a capacidade de lidar com desafios e conflitos, essas habilidades auxiliam os/as estudantes a compreenderem melhor a si mesmos, suas relações sociais e suas perspectivas de futuro. Além disso, no período da adolescência, fase marcada por intensas transformações psicológicas e sociais, o desenvolvimento socioemocional torna-se particularmente relevante para a elaboração de projetos de vida e para o planejamento de trajetórias acadêmicas e profissionais.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo investigar a relação entre o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a construção do plano de carreira de estudantes do Ensino Médio. Parte-se da hipótese de que jovens que apresentam maior desenvolvimento dessas competências demonstram maior clareza, autonomia e segurança na elaboração de seus projetos profissionais e na tomada de decisões relacionadas ao futuro.

¹ Mestranda em Psicologia na Universidade Federal de São João Del Rei, Minas Gerais, Brasil; psicóloga na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, Minas Gerais, Brasil; membro do grupo de Pesquisa do Cognição, Cotidiano e Desenvolvimento (CODE/CNPq). E-mail: cassia_assis_90@yahoo.com.br.

2 Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, com possibilidade de complementação quantitativa, assumindo caráter descritivo e analítico. O estudo busca compreender como o desenvolvimento de habilidades socioemocionais pode influenciar a forma como estudantes do Ensino Médio refletem sobre suas trajetórias acadêmicas e profissionais, especialmente no contexto educacional contemporâneo.

A amostra será composta por aproximadamente 200 a 300 estudantes do Ensino Médio, com idades entre 14 e 18 anos, matriculados em escolas públicas e privadas. A coleta de dados será realizada por meio de formulários on-line contendo questionários sociodemográficos, instrumentos de avaliação de habilidades socioemocionais baseados em referenciais do CASEL e do Instituto Ayrton Senna, além de instrumentos voltados à análise do planejamento de carreira, como o *Questionário de Educação à Carreira*.

Os dados quantitativos serão analisados por meio de softwares estatísticos, como SPSS e JASP, enquanto os dados qualitativos serão examinados por meio de categorização temática, permitindo identificar padrões e significados relacionados às percepções dos estudantes sobre seu desenvolvimento pessoal e profissional.

3 Resultados

Embora a pesquisa ainda esteja em fase de desenvolvimento, estudos anteriores indicam que o fortalecimento das habilidades socioemocionais pode contribuir significativamente para a construção de projetos de vida mais estruturados e alinhados às características individuais dos estudantes. Pesquisas apontam que competências como autorregulação emocional, tomada de decisão, persistência e capacidade de adaptação favorecem processos mais conscientes de escolha profissional e planejamento de carreira.

No contexto educacional contemporâneo, marcado pela circulação intensa de informações e pela presença constante das mídias digitais no cotidiano dos jovens, o desenvolvimento dessas habilidades torna-se ainda mais relevante. A capacidade de analisar criticamente informações, lidar com pressões sociais e construir perspectivas de futuro exige competências socioemocionais que auxiliem os estudantes a interpretar a realidade e tomar decisões de forma responsável e autônoma.

Assim, espera-se que a análise dos dados empíricos desta pesquisa permita aprofundar a compreensão sobre como as habilidades socioemocionais se relacionam com o planejamento de carreira dos jovens, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas e práticas educativas que integrem o desenvolvimento socioemocional à formação crítica dos estudantes e à construção de seus projetos de vida.

4 Considerações finais

O estudo evidencia a relevância do desenvolvimento das habilidades socioemocionais no contexto educacional, especialmente no que se refere à construção de projetos de vida e ao planejamento de trajetórias acadêmicas e profissionais. Ao promover competências como empatia, autorregulação, pensamento crítico e tomada de decisão, a escola contribui para a formação integral dos/as estudantes, fortalecendo sua autonomia e capacidade de realizar escolhas mais conscientes sobre o futuro. Nesse sentido, a educação socioemocional pode ser compreendida como uma estratégia importante para a promoção de práticas pedagógicas comprometidas com a formação cidadã, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade.

Além disso, os resultados esperados desta pesquisa podem contribuir para o desenvolvimento de ações educativas e programas escolares voltados ao fortalecimento das habilidades socioemocionais, favorecendo processos de orientação profissional mais reflexivos e inclusivos. Como perspectiva futura, destaca-se a importância de ampliar investigações sobre a relação entre desenvolvimento socioemocional, educação e construção de projetos de vida, especialmente considerando os desafios contemporâneos da cultura digital e das transformações no mundo do trabalho.

Referências

AMBIEL, R. A. M.; CAMPOS, M. I.; CAMPOS, P. P. T. V. Z. **Análise da produção científica brasileira em orientação profissional**: um convite a novos rumos. *Psico-USF*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 133-145, 2017. DOI: [10.1590/1413-82712017220112](https://doi.org/10.1590/1413-82712017220112). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/Yv8dyWx5zkK8rH5fsCSNnHn/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 26 fev. 2025.

FONSECA, P. N.; PALUDO, S. dos S. Competência socioemocional: conceitos e instrumentos associados. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 398-411, 2017. DOI: 10.5935/1808-5687.20170014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-56872017000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 18 fev. 2025.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional**: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. São Paulo: Objetiva, 1995.

HARTUNG, P. J.; SANTILLI, S. **My career story**: description and initial validity evidence. *Journal of Career Assessment*, Thousand Oaks, v. 26, n. 2, p. 308-321, 2017. DOI: [10.1177/1069072717692980](https://doi.org/10.1177/1069072717692980). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313495308_My_Career_Story_Description_and_Initial_Validity_Evidence. Acesso em: 12 abr. 2025.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Competências socioemocionais para estudantes**. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2015. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/o-que-defendemos/competencias-socioemocionais-estudantes/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SAVICKAS, M. L. *et al.* **Life designing**: a paradigm for career construction in the 21st century. *Journal of Vocational Behavior*, [s. l.], v. 75, p. 239-250, 2009. DOI: [10.1016/j.jvb.2009.04.004](https://doi.org/10.1016/j.jvb.2009.04.004). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222013431_Life_designing_A_paradigm_for_career_construction_in_the_21st_century. Acesso em: 12 abr. 2025.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, H. **Psicologia e pedagogia**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Educação midiática crítica na escola em tempo integral: fundamentos epistemológicos e implicações para a promoção dos direitos humanos

Cícero Vieira de Lima¹

1 Introdução

A consolidação da Educação em Tempo Integral no Brasil insere-se em um movimento histórico de ampliação do direito à educação e de resignificação da escola como espaço de formação humana integral. Em diálogo com as perspectivas críticas da educação, compreende-se que a ampliação da jornada escolar deve estar associada à construção de práticas pedagógicas emancipatórias, comprometidas com a justiça social e com a democratização do conhecimento.

No contexto da sociedade contemporânea, marcada pelo que Zygmunt Bauman (2001) denomina "modernidade líquida", as relações sociais tornam-se fluidas e mediadas por tecnologias digitais que influenciam identidades, valores e modos de participação política. Nesse cenário, a educação midiática crítica assume centralidade, pois, conforme Henri Giroux (2011), a pedagogia deve ser entendida como prática cultural e política capaz de problematizar as estruturas de poder presentes nos discursos midiáticos.

A partir da epistemologia do Sul, proposta por Boaventura de Sousa Santos (2019), defende-se que a escola precisa reconhecer saberes plurais e enfrentar as desigualdades produzidas historicamente por processos de exclusão social, racial e econômica. bell hooks (2013), ao tratar da educação como prática da liberdade, reforça a necessidade de construir espaços pedagógicos dialógicos, nos quais a escuta e o respeito às diferenças constituam princípios estruturantes.

Este estudo objetiva analisar como a educação midiática crítica, integrada à política de educação em tempo integral, pode fortalecer a promoção e a defesa dos direitos humanos e das diversidades no contexto da rede pública municipal de Estrela de Alagoas-AL.

¹ Doutorando em Políticas Públicas Educacionais na Universidade de Brasília, Brasil; professor do curso de Pedagogia da FAGEDDU, Cacimbinhas, Alagoas, Brasil; coordenador municipal do Tempo Integral do Município de Estrela de Alagoas, Alagoas, Brasil. E-mail: cicinholima13@gmail.com.

2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza interventiva, configurada como relato de experiência com fundamentação teórico-crítica. A proposta foi desenvolvida com turmas do Ensino Fundamental em regime de tempo integral, ao longo de um semestre letivo, articulando componentes curriculares da base comum e oficinas formativas do contraturno.

A intervenção organizou-se em três eixos: (1) análise crítica de discursos midiáticos; (2) problematização dos direitos humanos e dos marcadores sociais da diferença; (3) produção midiática autoral com intencionalidade ética. Foram utilizados dispositivos metodológicos como rodas de diálogo, análise comparativa de notícias, estudo de casos de desinformação e oficinas de produção audiovisual.

A análise fundamentou-se na perspectiva da pedagogia crítica, compreendendo a escola como espaço de disputa simbólica e formação política. Os dados foram sistematizados por meio de registros reflexivos, observação participante e análise das produções estudantis.

3 Resultados e Discussão

Os resultados indicam que a ampliação do tempo escolar favoreceu a construção de práticas dialógicas e interdisciplinares, possibilitando o aprofundamento das discussões sobre racismo estrutural, aporofobia, desigualdades de gênero e exclusões digitais. Observou-se desenvolvimento progressivo da consciência crítica dos estudantes quanto às estratégias de manipulação informacional e às relações entre mídia e poder.

Em consonância com Giroux (2011), verificou-se que a pedagogia crítica aplicada ao contexto midiático contribui para deslocar os estudantes da posição de consumidores passivos para a de sujeitos produtores de narrativas. As campanhas digitais elaboradas evidenciaram apropriação conceitual dos direitos humanos e valorização das identidades culturais locais.

À luz de Santos (2019), percebeu-se a valorização de saberes comunitários e o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. A prática revelou que a educação midiática, quando articulada à formação integral, pode operar como estratégia de enfrentamento às desigualdades epistêmicas e sociais.

Contudo, persistem desafios relacionados à necessidade de formação docente continuada e à consolidação de políticas públicas que institucionalizem a educação midiática como componente estruturante da política de tempo integral.

4 Considerações finais

A articulação entre educação midiática crítica e educação em tempo integral revela-se potente para a promoção dos direitos humanos e das diversidades. Ao integrar fundamentos da pedagogia crítica, da epistemologia do Sul e da educação como prática da liberdade, a escola amplia sua função social e fortalece processos emancipatórios.

Defende-se que a consolidação dessa proposta exige institucionalização no projeto político-pedagógico, investimento em formação docente e articulação com políticas públicas educacionais comprometidas com a equidade. A educação midiática crítica, nesse contexto, configura-se não apenas como estratégia pedagógica, mas como projeto político de formação cidadã.

Referências

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GIROUX, H. A. **On critical pedagogy**. New York: Continuum, 2011.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Mídia, diversidade e cidadania: experiências de educação crítica sobre representações de negros e indígenas no contexto escolar

Cleber Roberto Nascimento¹

1 Introdução

As pautas que debatem a educação midiática têm se tornado centrais no contexto educacional contemporâneo, principalmente diante da difusão da cultura digital e do intenso volume de informações e representações sociais nos diversos meios de comunicação. A escola, portanto, assume um papel crucial enquanto mediadora crítica dessas informações, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de interpretar e, sobretudo, questionar as imagens e os discursos que circulam nas mídias. Esse cenário, associado à promoção e à defesa dos direitos humanos e das diversidades, pode tornar-se uma poderosa ferramenta pedagógica voltada ao enfrentamento de desigualdades históricas, como o combate aos estereótipos e o fortalecimento de ações pautadas no respeito à diversidade cultural, étnica e social.

O presente estudo insere-se nesse contexto e foi desenvolvido junto aos estudantes do turno vespertino de uma escola municipal localizada no bairro Tocantins, região periférica da cidade de Uberlândia-MG. A comunidade escolar, em geral marcada cotidianamente por contextos de vulnerabilidade social, econômica e cultural, apresenta inúmeras necessidades, dentre as quais a proposta aqui apresentada pode contribuir.

A intervenção pedagógica teve como base a exibição de mídias audiovisuais que ressaltam o protagonismo negro e indígena, seguida de diálogos, rodas de conversa e momentos de reflexão coletiva sobre as questões étnico-raciais apresentadas nos materiais midiáticos. A iniciativa objetiva ampliar o conhecimento dos/as estudantes sobre a história, as tradições, os modos de vida e a ancestralidade dos povos africanos e indígenas, visando à efetivação de uma educação antirracista e consciente.

Os fundamentos dessa proposta estão respaldados nas Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que instituem a obrigatoriedade do ensino da

¹ Mestre em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professor na rede pública municipal de ensino de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; pesquisador do Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Ensino de Geografia na Perspectiva do Ser Humano Integral (GPEGPSHI/LAGEPOP/UFU). E-mail: professoreduka@hotmail.com.

história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Além disso, o trabalho foi complementado com a valorização das culturas populares, como contos, danças, cantigas, jogos e brincadeiras tradicionais.

A partir dessa abordagem, o estudo pretende orientar-se pela seguinte indagação: como a utilização de mídias audiovisuais em uma perspectiva crítica, associada ao diálogo contínuo e à valorização das expressões culturais populares, pode fortalecer a educação antirracista?

2 Metodologia

A metodologia desenvolvida caracteriza-se como uma experiência pedagógica de caráter qualitativo, com abordagem crítico-reflexiva. As intervenções foram aplicadas com estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental. A abordagem qualitativa foi conduzida por meio da pesquisa-ação, em virtude das possibilidades de contextualização que essa metodologia propicia. Thiollent (2011) explica que a pesquisa-ação é bastante viável quando associada ao exercício profissional, atuando na produção de conhecimento e favorecendo mudanças. A escolha metodológica, portanto, esteve alinhada ao objetivo proposto, possibilitando o desenvolvimento de atividades pedagógicas antirracistas mediadas por recursos audiovisuais.

Inicialmente, realizou-se a seleção de materiais audiovisuais, priorizando aqueles que abordassem dimensões históricas, culturais, sociais e identitárias dos povos negros e indígenas, com vistas à ruptura de imagens estereotipadas frequentemente reproduzidas pela mídia. Entre os recursos utilizados, destacam-se curtas-metragens, animações, vídeos musicais e narrativas audiovisuais que enfatizam elementos da cultura afro-brasileira e indígena.

Antes da exibição dos materiais, foram aplicados questionários com o objetivo de compreender a percepção inicial dos estudantes acerca das representações de negros e indígenas nas mídias e sua relação com a promoção dos direitos humanos. Após a exibição dos conteúdos selecionados, os questionários foram reaplicados, possibilitando uma base comparativa para identificar possíveis modificações de entendimento e posicionamento. No decorrer das atividades, foram realizadas rodas de conversa, nas quais os estudantes foram estimulados a compartilhar suas percepções.

3 Resultados

A pesquisa realizada sinaliza que o trabalho com audiovisuais voltados ao protagonismo de negros e indígenas contribuiu para ampliar a reflexão crítica dos estudantes sobre diversidade, identidade e direitos humanos no ambiente escolar. Nas rodas de conversa, os/as estudantes apontaram a tímida presença de sujeitos negros e indígenas em posições de destaque, além da recorrência de representações estigmatizadas. Stuart Hall (1997) desenvolve análises nessa perspectiva e, segundo o autor, “a representação é uma prática essencial da cultura, pois é por meio dela que os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma sociedade”. Assim, compreende-se que as mídias não apenas veiculam informações, mas também moldam sentidos sociais sobre dimensões identitárias.

Ao final das atividades, os/as estudantes demonstraram maior capacidade crítica para questionar discursos hegemônicos. Durante as oficinas, os/as participantes foram incentivados/as a produzir pequenos vídeos, *podcasts* e cartazes digitais relacionados à temática trabalhada. Nessa atividade, os resultados mostraram-se convergentes às reflexões de Paulo Freire (1996), segundo o qual ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. Ao produzirem suas próprias narrativas, os/as estudantes assumiram uma postura mais crítica diante dos problemas discriminatórios abordados.

Foram identificados desafios no processo de execução da proposta, dentre os quais se destacam a desigualdade de acesso aos recursos tecnológicos, o tempo reduzido para o desenvolvimento das atividades e a necessidade de maior formação docente voltada ao uso pedagógico das mídias. Contudo, as experiências vivenciadas demonstraram que a articulação entre educação midiática e educação em direitos humanos oferece amplas possibilidades para práticas pedagógicas mais inclusivas e justas.

Como afirma bell hooks (2013), ensinar na perspectiva da liberdade é uma prática que pode ser aprendida e exercida por qualquer indivíduo. Nesse sentido, a pesquisa demonstrou que o uso criterioso das mídias na escola pode contribuir para o reconhecimento das múltiplas identidades presentes no ambiente escolar, ainda que esse processo demande aprofundamento contínuo.

4 Considerações finais

As reflexões decorrentes das práticas antirracistas desenvolvidas mostram que a educação midiática pode constituir-se como importante aliada na valorização da

diversidade e no combate aos preconceitos historicamente construídos na sociedade brasileira. Entretanto, esse trabalho precisa ser mediado pela criticidade e pela leitura interpretativa em todas as suas etapas.

As atividades realizadas demonstraram que o contato crítico e reflexivo com diferentes mídias possibilitou aos/às estudantes ampliar o questionamento sobre os estereótipos relacionados às populações negras e indígenas. Além disso, passaram a reconhecer com maior clareza a importância da pluralidade cultural e da presença de narrativas mais inclusivas. Os resultados reforçam a compreensão de que a escola possui papel essencial na formação de sujeitos críticos, capazes de interpretar e produzir informações de maneira ética e responsável.

A pesquisa também evidenciou a necessidade de ampliação das práticas de educação midiática no cotidiano escolar, de modo que estejam mais integradas ao currículo e às propostas pedagógicas voltadas à educação em direitos humanos. A continuidade dessas iniciativas pode contribuir para a construção de ambientes escolares mais empáticos, nos quais os estudantes sejam incentivados à reflexão permanente sobre conteúdos midiáticos que valorizem identidades historicamente inferiorizadas.

Além disso, torna-se essencial investir na formação continuada dos docentes, tanto no âmbito dos recursos tecnológicos quanto nos princípios da educação antirracista. Como destaca Gomes (2003), o ensino comprometido com a diversidade requer a valorização das múltiplas experiências culturais presentes na escola, transformando-as em estratégias de aprendizagem e produção coletiva do conhecimento. Sendo assim, o uso crítico dos recursos midiáticos pode contribuir significativamente para a formação cidadã, a equidade e a justiça social.

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

HALL, S. **Representation**: cultural representations and signifying practices. London: Sage Publications; The Open University, 1997.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo Martins Fontes, 2013.

GOMES, N. L. G. Educação, identidade negra e formação de professores: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167–182, 2003. DOI: 10.1590/S1517-97022003000100012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2026.

MUNANGA, K. M.. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

SODRÉ, M. S. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

Educação midiática e inclusão no Ensino Fundamental II: desafios docentes e ferramentas digitais adaptativas

Danilo Lefundes Vilas-Boas¹

1 Introdução

A promoção da educação em direitos humanos e o respeito à diversidade constituem princípios fundamentais da escola contemporânea. No contexto da educação básica brasileira, especialmente no Ensino Fundamental II, observa-se uma ampliação do acesso de estudantes com diferentes perfis sociais, culturais e educacionais, incluindo alunos/as com necessidades educacionais especiais. Essa realidade exige que a escola desenvolva práticas pedagógicas capazes de garantir inclusão, equidade e participação efetiva no processo de aprendizagem.

Nesse cenário, a educação midiática e o uso de tecnologias digitais apresentam-se como possibilidades relevantes para apoiar práticas pedagógicas mais inclusivas. A reflexão apresentada neste trabalho baseia-se na experiência docente em escolas públicas municipais do interior da Bahia, nos municípios de Ipecaetá, Santa Inês, Amargosa e Itatim. Ao longo dessa trajetória profissional, tornou-se evidente que, embora existam avanços nas políticas públicas de inclusão, ainda persistem desafios relacionados à formação docente, à adaptação de conteúdos e à oferta de recursos pedagógicos adequados às diferentes necessidades dos estudantes.

Nesse diapasão, faz-se mister refletir sobre os desafios da inclusão escolar no Ensino Fundamental II e discutir o potencial da educação midiática e das tecnologias digitais como instrumentos de apoio ao professor na adaptação de atividades e materiais didáticos para estudantes com necessidades educacionais especiais. Na perspectiva de melhorar o processo de inclusão de estudantes atípicos, reside a égide deste trabalho.

2 Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência com abordagem reflexiva, fundamentado na prática docente em escolas públicas municipais do Ensino Fundamental II. As reflexões foram construídas a partir da observação do

¹ Especialista em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade Dominius, Bahia, Brasil; professor na rede municipal de ensino de Amargosa, Bahia, Brasil. E-mail: danilo.lefundes.vb@gmail.com.

cotidiano escolar, do diálogo com outros professores e da experiência acumulada ao longo da atuação em diferentes redes municipais de ensino.

A análise das experiências vivenciadas permitiu identificar desafios recorrentes relacionados à inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, especialmente no que se refere à adaptação de conteúdos, atividades e instrumentos de avaliação. Nesse contexto, foram consideradas as possibilidades de utilização da educação midiática e de ferramentas digitais, incluindo recursos baseados em inteligência artificial, como estratégias de apoio à elaboração de atividades pedagógicas adaptadas e à construção de práticas educacionais mais inclusivas.

3 Resultados

A experiência docente em diferentes escolas revelou que a inclusão escolar ainda enfrenta diversos desafios práticos. Um dos principais problemas observados refere-se à dificuldade dos professores em adaptar conteúdos e atividades para estudantes neurodivergentes, especialmente quando não possuem formação específica na área da educação especial.

Em muitas situações, o professor precisa planejar aulas para turmas heterogêneas, que incluem estudantes com diferentes níveis de aprendizagem e necessidades específicas. Esse foi o caso de uma professora chamada Esperança². Ao presenciá-la na tarefa de adaptar uma avaliação para uma estudante com deficiência auditiva, ouvi-a relatar que já estava havia mais de uma hora realizando a atividade e que ainda faltava muito a ser feito. Diante disso, resolvi ajudá-la.

A tarefa consistia em reestruturar as frases das questões da prova no que tangia ao tempo verbal, aos verbos conectivos, entre outros aspectos linguísticos. O intuito da professora era facilitar a compreensão da estudante atípica. Foi então que apresentei a essa dedicada professora a Inteligência Artificial (IA), instruindo-a a inserir a atividade na plataforma e solicitar a adaptação do conteúdo de acordo com as necessidades da estudante. Após o procedimento, a "mágica" aconteceu: em poucos segundos, a IA adaptou a tarefa. Depois da verificação realizada pela professora, percebeu-se que o resultado estava de acordo com a adaptação que ela vinha realizando, talvez até de forma mais eficiente.

² "Esperança" é um nome fictício criado para proteger a identidade da professora em tela.

Nesse contexto, a educação midiática mostrou-se importante aliada no processo de construção de práticas pedagógicas mais inclusivas. Ferramentas digitais e sistemas de inteligência artificial podem auxiliar na adaptação de atividades, na simplificação de textos, na criação de exercícios diferenciados e na elaboração de avaliações adaptadas às necessidades dos estudantes. Ao informar as características e limitações do aluno, essas ferramentas podem gerar sugestões de atividades que servem como ponto de partida para o trabalho do professor, contribuindo para ampliar as possibilidades de inclusão no ambiente escolar.

4 Considerações finais

A inclusão escolar constitui um dos pilares da educação em direitos humanos, pois busca assegurar que todos os estudantes tenham acesso às oportunidades de aprendizagem e participação no ambiente escolar. Entretanto, a realidade das escolas públicas demonstra que ainda existem desafios relacionados à formação docente, à disponibilidade de recursos pedagógicos e ao apoio especializado para o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais. Nesse contexto, assim como ocorreu no caso da professora Esperança, a educação midiática e o uso de tecnologias digitais podem representar importantes aliados na construção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

O desenvolvimento de ferramentas digitais capazes de auxiliar os/as professores/as na adaptação de conteúdos e atividades pode contribuir para reduzir dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, ampliando as condições de participação e aprendizagem dos/as estudantes e otimizando o tempo dos/das docentes.

Assim, investir na criação e disponibilização de plataformas digitais gratuitas voltadas à adaptação pedagógica pode representar um avanço significativo para a educação inclusiva, fortalecendo o trabalho docente e contribuindo para a efetivação dos princípios de equidade, diversidade e respeito aos direitos humanos no ambiente escolar.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática**. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023_secom-spdigi-estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf. Acesso em: 15 mar. 2026.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.

MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018.

UNESCO. **Educação para a cidadania global**: preparando alunos para os desafios do século XXI. Paris: UNESCO, 2015.

Desafios e possibilidades do uso das tecnologias na Educação de Jovens e Adultos: um estudo na Escola João Félix, em Jatobá do Piauí

Domingos José dos Santos¹

1 Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que se consolidou como política pública de inclusão educacional para pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade apropriada.

Essa modalidade é composta por um público heterogêneo, formado majoritariamente por adultos e idosos, mulheres chefes de família, pessoas de baixa renda e moradores de regiões rurais ou periféricas das cidades, características que evidenciam desigualdades socioeconômicas e educacionais persistentes no país (Silva, 2023). Freire (2024) também afirma que a EJA deve valorizar e reconhecer os saberes prévios dos estudantes, suas trajetórias de vida e os desafios estruturais que historicamente marcaram sua exclusão educacional.

O perfil nacional dos estudantes da EJA revela dificuldades recorrentes, como distorção idade-série, evasão, baixa escolarização e fragilidades nas habilidades básicas de leitura e escrita (Reis *et al.*, 2020). Além disso, muitos apresentam baixa familiaridade com as tecnologias, com acesso restrito a computadores, celulares ou conexão à internet, impactando diretamente o desenvolvimento do letramento digital.

No município de Jatobá do Piauí, com pouco menos de cinco mil habitantes e grande parte dos moradores vivendo na zona rural (IBGE, 2026), os desafios tornam-se ainda mais intensos. A Escola Municipal João Félix, situada na zona urbana do município, oferta uma turma noturna da EJA frequentada majoritariamente por adultos de meia-idade e idosos, muitos dos quais trabalhadores rurais ou informais (JATOBÁ DO PIAUÍ, 2026). Essa composição demográfica, também observada em estudos nacionais, como em Baptista e Teles (2024), evidencia a necessidade de abordagens pedagógicas diferenciadas e da inclusão de tecnologias no ambiente escolar.

¹ Especialista em Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Brasil; professor na Faculdade de Ciências Aplicadas Piauiense, Piauí, Brasil. E-mail: domingossantos@prp.uespi.br.

2 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, fundamentada em autores que investigam a EJA, suas políticas públicas e o papel das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem.

Para Gil (2008), a revisão bibliográfica permite sistematizar o conhecimento existente e interpretar contribuições teóricas relevantes para o tema analisado. A pesquisa considera artigos, relatórios oficiais e documentos selecionados em bases como SciELO, Google Acadêmico e periódicos especializados.

Além da revisão teórica, foram realizadas observações e reflexões na Escola Municipal João Félix, considerando dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Jatobá do Piauí. Esse procedimento permitiu articular a literatura às vivências escolares reais, conforme orientam Silva e Couto Junior (2020) acerca da importância de análises contextualizadas no campo educacional.

3 Resultados

Os resultados mostram que o uso das tecnologias em turmas da EJA, especialmente na Escola Municipal João Félix, é marcado por limitações estruturais e pedagógicas relacionadas ao perfil dos estudantes e às desigualdades socioeconômicas da região. Composta por pessoas adultas e idosas com histórico de interrupção escolar, baixa escolaridade e reduzido acesso a recursos digitais, a turma enfrenta dificuldades desde a digitação, navegação em *links*, uso de buscadores e interpretação de conteúdos multimodais, tanto por parte dos/as discentes quanto dos/as docentes.

Essa realidade confirma a análise de Baptista e Teles (2024), ao defenderem que a inclusão digital na EJA requer mediações humanizadas que considerem trajetórias marcadas pela exclusão tecnológica. Nascimento (2025) aponta que a revolução digital impacta diretamente a EJA, intensificando desafios relacionados ao letramento digital, como desigualdade no acesso a dispositivos e conectividade. No contexto da Escola João Félix, esses fatores manifestam-se no pouco domínio sobre celulares, na instabilidade da internet e na própria concepção, por parte de muitos adultos e idosos, de que as ferramentas digitais pertencem apenas ao universo da juventude.

Apesar dessas limitações, a revisão bibliográfica analisada demonstra que a EJA possui potencial para o uso pedagógico das tecnologias e mídias digitais como

forma de ampliar aprendizagens. Nascimento (2025) mostra que a integração de vídeos, recursos multimídia e atividades digitais orientadas favorece o letramento digital dos/as estudantes, desde que articulada às suas vivências e contextos. Essa compreensão dialoga com as análises de Fantin (2006), que destaca o docente como mediador na construção de uma relação crítica do/a aluno/a com as mídias.

Kenski (2012) defende que as tecnologias, quando empregadas com intencionalidade pedagógica, contribuem para a democratização do conhecimento e para o desenvolvimento de competências comunicativas e informacionais. No caso da Escola João Félix, a turma possui um grupo no aplicativo *WhatsApp*, no qual são repassadas informações sobre aulas, professores/as, planejamento, eventos, além do compartilhamento de fotos e vídeos das atividades desenvolvidas.

Assim, os resultados teóricos demonstram que, apesar da persistente exclusão digital identificada na EJA, as mídias apresentam potencial para fortalecer práticas educativas e constituem espaço privilegiado para promover justiça social e direitos humanos (Arroyo, 2017), desde que acompanhadas por formação continuada dos profissionais e por políticas públicas que assegurem infraestrutura adequada. No caso da Escola João Félix, ficou evidente que, quando as mídias foram incorporadas com intencionalidade pedagógica, os estudantes desenvolveram maior capacidade de interação e interpretação das informações.

4 Considerações finais

O estudo demonstrou que o uso das tecnologias digitais na EJA, na Escola Municipal João Félix, apresenta desafios significativos relacionados ao perfil dos/as estudantes, à exclusão digital e às desigualdades socioeconômicas locais. Contudo, quando utilizadas de forma orientada e respeitando os conhecimentos prévios de cada aluno/a, as mídias podem tornar-se ferramentas importantes para promover inclusão, ampliar aprendizagens e fortalecer valores relacionados aos direitos humanos.

Portanto, é necessário investir em formação docente, melhorias na infraestrutura tecnológica e práticas pedagógicas que valorizem as experiências dos estudantes. A educação midiática, articulada à realidade da EJA, apresenta-se como estratégia relevante para superar barreiras históricas e promover uma educação mais justa, crítica e inclusiva para jovens, adultos e idosos de Jatobá do Piauí.

Referências

ARROYO, M. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BAPTISTA, A. J. L.; TELES, J. Educação de Jovens e Adultos em um mundo híbrido: desafios da inclusão digital humanizada. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 76, p. 450-457, 2024. DOI: 10.12957/teias.2024.79029. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/79029?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 27 fev. 2026.

NASCIMENTO, J. M. de M. Educação de Jovens e Adultos e a revolução digital: impactos, potencialidades e desafios. **RIEJA**, Salvador, v. 8, n. 15, p. 61-72, 2025. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/rieja/article/view/24015>. Acesso em: 28 fev. 2026.

FANTIN, M.. **Mídia-educação**: conceitos, experiências, diálogos Brasil-Itália. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

FREIRE, P. Discurso do professor Paulo Freire em Angicos, ao encerramento do curso de alfabetização de adultos. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 2, p. 485-491, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/64079>. Acesso em: 10 fev. 2026.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Jatobá do Piauí**: panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/jatoba-do-piaui/panorama>. Acesso em: 27 fev. 2026.

JATOBÁ DO PIAUÍ. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Relatório de informações educacionais**: rede municipal. 2026. Disponível em: <https://jatobadopiaui.pi.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2012.

REIS, E. F. dos *et al.* O perfil dos estudantes da EJA: uma revisão bibliográfica acerca deste tema. In: ENCONTRO NACIONAL DA EJA-EPT (PROEJA) DA REDE

FEDERAL – IFAL, 3., 2020. **Anais** [...]. Disponível em:
<https://doity.com.br/anais/iii-encontro-nacional-da-eja-ept-proeja-da-rede-federal/trabalho/156818>. Acesso em: 28 fev. 2026.

SILVA, J. M. N. da. A educação de jovens e adultos integrada à educação profissional no Brasil: 13 anos depois. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 4, p. 169-185, 2023. DOI: 10.18764/2178-2229.v26n4p169-185. Disponível em:
<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13058>. Acesso em: 23 fev. 2026.

SILVA, R. B. L.; COUTO JUNIOR, D. R. Inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA): pensando a formação de pessoas da terceira idade. **ReDoC**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 1-15, 2020. DOI: 10.12957/redoc.2020.46818. Disponível em:
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/46818>. Acesso em: 28 fev. 2026.

Educação midiática como ferramenta para tornar o ensino de Geografia mais significativo no ensino básico

Echilles João Sousa Oliveira¹

1 Introdução

A educação brasileira vem enfrentando problemas relacionados à evasão escolar e à baixa produtividade acadêmica diante de uma geração marcada por interesses distintos daqueles observados em décadas anteriores. Dessa forma, torna-se necessário que o processo educativo se reinvente e busque atualizações, para que os discentes possam manter o interesse pelos conteúdos e sua permanência na escola.

As mudanças sociais e culturais resultaram em transformações na política educacional e na cultura escolar. Nesse processo, a educação geográfica tem enfrentado dificuldades ainda maiores em relação a outras disciplinas, uma vez que muitos estudantes a consideram monótona, excessivamente decorativa e com poucas aplicações na realidade em que vivem.

O ensino de Geografia no Brasil enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à motivação dos alunos e à relevância dos conteúdos abordados em sala de aula. Em um cenário marcado pela intensa circulação de informações, imagens e discursos no ambiente digital, a educação midiática surge como uma possibilidade pedagógica capaz de estimular o aprendizado geográfico de forma crítica, contextualizada e socialmente comprometida.

A educação midiática, também compreendida como educação para a comunicação ou mídia-educação, configura-se como um campo de estudo e prática que visa desenvolver a capacidade crítica e reflexiva dos indivíduos em relação aos meios de comunicação.

A articulação entre educação midiática e Geografia permite compreender o espaço geográfico como resultado de relações sociais, políticas, econômicas e culturais amplamente representadas e disputadas nas mídias. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar de que maneira o uso crítico e

¹ Mestrando em Estudos Territoriais pela Universidade do Estado da Bahia, Brasil; professor de Geografia na rede estadual de educação da Bahia, Brasil; Soldado do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, Brasil. E-mail: echilles@hotmail.com.

pedagógico das mídias digitais pode tornar o ensino de Geografia mais significativo na educação básica, contribuindo para a formação cidadã e para a promoção dos direitos humanos, da justiça social e do respeito às diversidades.

2 Metodologia

O trabalho possui abordagem qualitativa e caracteriza-se como pesquisa descritiva. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em artigos, livros e teses que compõem a base teórica do estudo. Ao abordar a relação entre educação geográfica e o uso de recursos midiáticos, torna-se necessária a compreensão dos recursos didáticos envolvidos no ensino de Geografia, como vídeos, reportagens, mapas interativos, imagens de satélite e redes sociais.

A pesquisa busca compreender o quanto o uso das mídias pode ser útil no processo de ensino-aprendizagem, promovendo a participação ativa dos estudantes e favorecendo a compreensão das relações entre espaço, sociedade e natureza, conceitos fundamentais na Geografia. A presença das mídias digitais no cotidiano dos estudantes, especialmente entre os mais jovens, é um fenômeno evidente (Lima *et al.*, 2025). A chegada das tecnologias móveis à sala de aula traz tensões, novas possibilidades e grandes desafios (Moran, 2018).

O estudo busca verificar as contribuições positivas e negativas que as mídias podem ocasionar, de forma a ampliar o interesse dos alunos pelos temas geográficos. Temas relevantes no contexto da sociedade atual, como desigualdades territoriais, racismo ambiental e acesso desigual a direitos, podem tornar-se mais atrativos dependendo da abordagem utilizada, proporcionando aos discentes uma compreensão mais ampla do espaço em que vivem.

3 Resultados

Os resultados preliminares da análise indicam que a incorporação da educação midiática no ensino de Geografia potencializa o processo de aprendizagem ao aproximar os conteúdos curriculares da realidade cotidiana dos estudantes. Embora os benefícios sejam perceptíveis, como o estímulo à criticidade e ao engajamento dos alunos, persistem barreiras estruturais, formativas e culturais que limitam o uso efetivo das tecnologias no cotidiano escolar (Lima *et al.*, 2025).

Observou-se que atividades mediadas por mídias digitais favorecem a compreensão de conceitos como território, paisagem, lugar e região, ao permitir que os alunos analisem situações concretas presentes em seu contexto social (Queiroz; Silva, 2024). Além disso, a problematização de discursos midiáticos contribui para o desenvolvimento da consciência crítica, especialmente no que se refere à identificação de estereótipos, desinformação e desigualdades socioespaciais.

A educação midiática não serve apenas para envolver o aluno no uso dos meios de comunicação como uma linguagem que precisa ser aprendida. Ela também deve contribuir para ampliar conhecimentos, incentivar a busca por novas informações e desenvolver a capacidade de avaliar se as fontes são confiáveis (Santos Neto, 2020). Dessa maneira, a prática docente passa a desvencilhar-se de uma abordagem protecionista, que concebe o aluno como sujeito passivo diante das mídias.

Um aspecto importante observado foi o fortalecimento da participação dos estudantes no processo educativo. Quando passam a produzir materiais, como vídeos curtos, mapas colaborativos ou análises de notícias, eles deixam de ocupar apenas a posição de ouvintes e assumem um papel mais ativo na aprendizagem. Nesse movimento, desenvolvem a capacidade de interpretar criticamente as mídias e de compreender o espaço geográfico como resultado de relações de poder e disputas por direitos (Eberth; Wagener; Zink, 2025, p. 220). A experiência evidencia, portanto, a importância de revisar práticas pedagógicas mais tradicionais e investir em estratégias que valorizem a realidade vivida pelos alunos como ponto de partida para a construção do conhecimento.

Assim, a educação midiática no ensino de Geografia pode ser desenvolvida por diferentes caminhos, explorando variadas linguagens e recursos que se transformam em ferramentas metodológicas eficazes para tornar o aprendizado mais significativo.

4 Considerações finais

O uso das mídias digitais como ferramenta de engajamento dos/as estudantes no processo de aprendizagem mostrou-se relevante na formulação de uma educação geográfica mais contemporânea e significativa. Contudo, é necessário também avaliar os riscos e as perdas presentes nesse processo, uma vez que, em um mundo cada vez mais informatizado, torna-se fundamental estimular nos

estudantes o hábito da leitura, da pesquisa e da reflexão crítica, evitando a dependência de respostas prontas fornecidas pelas mídias.

O senso crítico e os questionamentos fazem parte da educação geográfica e, para isso, é necessário que os/as estudantes problematizem e investiguem o espaço ao seu redor. A partir dessas reflexões, é possível compreender que a formação de professores de Geografia deve priorizar a articulação entre teoria e prática, promovendo a autonomia e a capacidade crítica dos futuros docentes.

A utilização de metodologias inovadoras, com o uso de recursos midiáticos diversos, como imagens, reportagens e filmagens, pode contribuir significativamente para a superação de práticas tradicionais de ensino, tornando o conteúdo mais significativo e relevante para os/as alunos/as.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

EBERTH, A.; WAGENER, J.; ZINK, R. Digital participation platforms as tools for critically reflexive mapping in geography education: insights from a project with teacher training students. **KN Journal of Cartography and Geographic Information**, Berna, v. 75, p. 219-231, 2025. DOI: 10.1007/s42489-025-00201-4. Disponível em: <https://ui.adsabs.harvard.edu/abs/2025JCGI...75..219E/abstract>. Acesso em: 10 mar. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KELLNER, D.; SHARE, J. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 104, p. 687-715, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hcZr4mDdbgTfSy3NWt8RptQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2026.

LIMA, L. A. de O. *et al.* Educação midiática: desafios e oportunidades no uso de tecnologias digitais. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 22, n. 9, p. e18273, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n9-251. Disponível em:

<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/1827>

3. Acesso em: 10 mar. 2025.

MORAN, J. M. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**.
Porto Alegre: Penso, 2018.

QUEIROZ, A. M. D.; SILVA, A. da L. Jogos digitais na educação: limites e possibilidades para o ensino de Geografia. **Uáquiri**, Boa Vista, v. 6, n. 1, p. 107-124, 2024. DOI: 10.29327/2463817.6.1-7. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/Uaquiri/article/view/7531>. Acesso em: 10 mar. 2026.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS NETO, J. L. dos. O que é educação midiática? Um campo de interação entre cinema e educação. **Educação, Pesquisa e Inclusão**, Boa Vista, v. 1, p. 156-168, 2020. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v1i0.6528. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/repi/article/view/e202012>. Acesso em: 19 fev. 2026.

Entre números e narrativas: educação matemática, mídias e produção de sentidos

Élida de Sousa Peres¹

Ady Wallace Jaques Silva²

1 Introdução

“Se há um futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui” (Krenak, 2022). A afirmação de Ailton Krenak tensiona a noção moderna de progresso ao propor que o futuro não se funda na aceleração do desenvolvimento, mas na retomada de saberes e modos de existência historicamente silenciados. Nesse sentido, destaca-se o “futuro ancestral” como forma de deslocar a lógica linear e produtivista que sustenta o projeto civilizatório ocidental, questionando a separação entre humanidade e natureza e denunciando a mercantilização da vida.

No contraponto dessa perspectiva, a Figura 1 apresenta o planeta Terra em situações simbólicas diversas: sufocado, manipulado, militarizado, financeirizado e controlado; em uma das imagens, surge um planeta sorridente diante do acúmulo de moedas. A narrativa visual mobiliza uma crítica contundente às estruturas de poder que organizam o mundo contemporâneo, evidenciando como o planeta é convertido em objeto de exploração econômica, disputa geopolítica e acumulação capitalista. A ironia presente na imagem, especialmente no quadro em que a Terra parece sorrir diante do capital, intensifica a denúncia de um modelo que naturaliza a destruição ambiental sob o discurso do crescimento e do progresso.

¹ Doutoranda em Educação em Ciências e Matemáticas na Universidade Federal do Pará, Brasil; do grupo de estudos e pesquisas em Modelagem matemática (GEMM/IEMCI/UFPa). E-mail: elida.peres1989@gmail.com.

² Doutorando em Educação em Ciências e Matemáticas na Universidade Federal do Pará, Brasil; professor na rede estadual de educação do Pará e na rede municipal de ensino de Acará, Pará, Brasil, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas da Didática da Matemática (GEDIM/UFPa). E-mail: adywallacejaques36@gmail.com.

Figura 1 – Mudanças Climáticas



Fonte: ONU Brasil. [O que são as mudanças climáticas?](#)

A partir da articulação entre o futuro ancestral e a crítica apresentada na Figura 1, abre-se espaço para pensar um currículo que integre educação midiática e educação matemática em perspectiva decolonial, tendo como intuito formar sujeitos capazes de ler imagens, interpretar dados e questionar modelos de desenvolvimento que colocam em risco a continuidade da vida. Nesse sentido, o futuro ancestral não se configura como retorno ao passado, mas como reexistência: uma reorientação do presente a partir de outras cosmologias e racionalidades.

2 Metodologia

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e bibliográfica, de inspiração decolonial. Segundo Minayo (2001), a pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse, discutindo ideias e pressupostos de forma crítica, uma vez que se deve estabelecer um diálogo reflexivo entre a teoria e o objeto de investigação escolhido.

Parte-se da compreensão de que todo processo investigativo é situado histórica, política e epistemicamente. Assume-se, portanto, que o conhecimento escolar, inclusive o matemático, foi estruturado sob a lógica da colonialidade do saber, que hierarquiza epistemologias, invisibiliza cosmologias não ocidentais e naturaliza determinadas formas de racionalidade como universais.

Segundo Tamayo-Osorio (2017), é necessário romper com diversas categorias pensadas como universais, questionando a naturalização e a neutralidade da

Matemática ao inverter e deslocar as imagens sobre a Matemática que aprisionam os sujeitos aos efeitos da colonialidade do saber, à fragmentação dos conhecimentos e à legitimação de uma dominação epistêmica.

3 Resultados

No entendimento de Krenak (2022), a educação que conhecemos sempre teve o ímpeto de formatar pessoas. Nesse sentido, torna-se necessário revolucionar as práticas estabelecidas. Se persistimos em uma experiência coletiva, devemos não educar crianças para que sejam campeãs em alguma coisa, mas para serem companheiras umas das outras.

D'Ambrosio (2018) afirma que a etnomatemática, em sua essência, propõe olhar para diferentes formas de fazer Matemática, considerando a apropriação da matemática acadêmica por diferentes setores da sociedade, além de compreender como distintas culturas lidam com ideias matemáticas. Nesse sentido, a etnomatemática desloca o foco da centralidade eurocêntrica do saber matemático e amplia o diálogo com saberes tradicionais, modos de contar, medir, classificar, organizar o espaço e interpretar o mundo.

Conforme Giraldo (2021), torna-se urgente promover um movimento para desmontar narrativas hegemônicas, dando protagonismo a corpos, saberes e formas de estar no mundo historicamente subalternizados, seja por meio da violência física, cultural ou simbólica, reflexos do período colonial. O autor destaca que não basta incluir nos currículos tópicos extraídos de culturas não hegemônicas; é necessária a valorização e o respeito à diversidade brasileira.

4 Considerações finais

A articulação entre educação midiática e educação matemática, sob uma perspectiva decolonial, emerge como um campo fértil para a construção de um currículo mais inclusivo e crítico. Ao questionar a naturalização da destruição ambiental em nome do progresso, a análise da Figura 1 ressalta a urgência de formar indivíduos capazes de decodificar narrativas visuais e numéricas presentes no cotidiano, desenvolvendo um senso crítico diante das estruturas de poder que mercantilizam a vida e o planeta.

A educação midiática, por sua vez, complementa essa perspectiva ao instrumentalizar os sujeitos para uma leitura crítica das mídias, capacitando-os a interpretar dados, questionar modelos hegemônicos e resistir às narrativas que

subalternizam corpos e saberes. A integração dessas duas áreas, portanto, não apenas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também fomenta a formação de cidadãos engajados na promoção da justiça social, da igualdade e do respeito à diversidade, elementos cruciais para a construção de um futuro verdadeiramente ancestral e equitativo.

Referências

D'AMBROSIO, U. Como foi gerado o nome etnomatemática ou alustapasivistyselitys. In: FANTINATO, M. C.; VARGAS, A. F. (org.). **Etnomatemática: concepções, dinâmicas e desafios**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

GIRALDO, V. Alargando sentidos: o que queremos dizer por decolonizar currículos em matemática? **RIPEM**, v. 11, n. 2, p. 1-8, 2021. DOI: 10.37001/ripecm.v11i2.2755. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/periodicos/index.php/ripecm/article/view/2755>. Acesso em: 10 mar. 2026.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TAMAYO-OSORIO, C. A colonialidade do saber: um olhar desde a educação matemática. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática**, Cauca, v. 10, n. 3, p. 39-58, 2017. Disponível em: <https://www.revista.etnomatematica.org/index.php/RevLatEm/article/view/475>. Acesso em: 10 mar. 2026.

**Direitos humanos e educação midiática na Rede Federal de Educação
Profissional, Científica e Tecnológica: panorama das estruturas institucionais**

Erick Renan Xavier de Oliveira¹

1 Introdução

A educação em direitos humanos e a educação midiática vêm se consolidando como dimensões fundamentais para a formação crítica, ética e cidadã, especialmente em contextos marcados por desigualdades, disputas de narrativas e intensa circulação de informações. No caso da Educação em Direitos Humanos, essa compreensão alinha-se ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que a relaciona à formação democrática, ao respeito às diversidades e à promoção da cidadania (Brasil, 2007). No campo da educação midiática, Bévort e Belloni (2009) destacam a mídia-educação como dimensão necessária à formação contemporânea, enquanto a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2024) enfatiza o desenvolvimento de competências críticas para o acesso, a análise e o uso responsável da informação e das mídias.

No contexto brasileiro, essa discussão ganha especial relevância na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cuja capilaridade e diversidade de ofertas formativas a tornam uma das mais abrangentes políticas públicas educacionais do país (Brasil, 2008). Os Institutos Federais, os Centros Federais de Educação Tecnológica e o Colégio Pedro II atuam não apenas na formação técnica e profissional, mas também na educação básica, especialmente por meio do ensino médio integrado, articulando ensino, pesquisa e extensão com compromisso social e territorial.

Nesse sentido, a existência de núcleos, coordenações, programas e outras estruturas institucionais voltadas à inclusão, à diversidade, à acessibilidade, à equidade e aos direitos humanos constitui indicador relevante do reconhecimento institucional dessas pautas na formação humana integral. Ao mesmo tempo, a presença formal dessas estruturas não implica, por si só, homogeneidade institucional ou integração efetiva entre as ações de direitos humanos e os desafios contemporâneos da educação midiática. Em um cenário marcado pela

¹ Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Universidade Federal do Paraná, Brasil; professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Campus Curitiba, Brasil. E-mail: erick.xavier@ifpr.edu.br.

desinformação, pela amplificação de discursos de ódio e por novas formas de vulnerabilização social no ambiente digital, torna-se necessário compreender como a Rede Federal tem organizado respostas institucionais a essas demandas e quais são os limites e potencialidades desse processo (Spinelli, 2021; UNESCO, 2024).

2 Metodologia

Realizou-se um mapeamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com o objetivo de identificar a presença de políticas, ações, núcleos, setores e outras estruturas institucionais relacionadas à educação em direitos humanos, à inclusão, à diversidade, à equidade e à educação midiática. O estudo possui caráter exploratório, com base em pesquisa documental, buscando reconhecer indícios de institucionalização dessas temáticas nas instituições que compõem a Rede Federal.

Foram consultados os portais eletrônicos oficiais das 41 instituições da Rede Federal, sendo 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica e o Colégio Pedro II, para levantamento de informações disponíveis em páginas institucionais, organogramas, notícias, regulamentos, resoluções, documentos normativos e espaços de apresentação de setores e programas. A partir desse material, foi elaborada uma planilha-síntese com a identificação das instituições e das estruturas encontradas, permitindo análise comparativa sobre a forma como essas agendas vêm sendo acolhidas e organizadas institucionalmente. Como limite, destaca-se que o levantamento se baseou exclusivamente em informações publicizadas nos sítios eletrônicos institucionais. Assim, a ausência de determinada política, ação ou estrutura no mapeamento não significa necessariamente sua inexistência, podendo refletir limitações de atualização ou visibilidade das informações. Trata-se, portanto, de um panorama exploratório inicial, que demanda aprofundamentos posteriores.

3 Resultados

A sistematização dos dados permitiu identificar diferentes estruturas institucionais relacionadas à promoção de direitos, à inclusão, à equidade e à diversidade nas 41 instituições analisadas. Para fins analíticos, os dados foram recategorizados em quatro frentes principais de atuação: acessibilidade e inclusão, relações étnico-raciais, gênero e diversidade e direitos humanos. A recategorização mostrou que a frente mais consolidada na Rede Federal é a de acessibilidade e inclusão, presente

em 38 instituições, seguida por relações étnico-raciais, identificadas em 24 instituições. Em menor proporção, apareceram as frentes de gênero e diversidade, com 11 ocorrências, e de direitos humanos, de forma explícita, com 4 registros.

Os resultados sugerem que a institucionalização das ações voltadas aos direitos humanos na Rede Federal ocorre, em grande medida, por meio de estruturas associadas à inclusão educacional e à promoção da equidade, ainda que nem sempre sob a denominação direta de "direitos humanos" (Brasil, 2007). Em outras palavras, o compromisso com essa agenda expressa-se sobretudo na organização de núcleos e setores voltados à acessibilidade, ao atendimento de estudantes com deficiência, às relações étnico-raciais e às pautas de gênero e diversidade. Também foram observadas diferenças no nível de diversificação institucional: 19 instituições apresentam atuação concentrada em uma única frente; 11 atuam em duas frentes; 8 reúnem três frentes; e apenas 3 instituições apresentam estruturas identificáveis nas quatro frentes analíticas consideradas. Esses dados revelam que, embora a temática dos direitos humanos e áreas correlatas esteja presente na Rede Federal, sua institucionalização ocorre de forma desigual.

Outro aspecto relevante refere-se à baixa incidência de estruturas explicitamente nomeadas como direitos humanos. Embora essa perspectiva possa estar subjacente a diversas ações identificadas, a ocorrência reduzida de núcleos, programas ou setores com essa designação indica que, em grande parte dos casos, a agenda encontra-se diluída em outras frentes institucionais. Isso sugere que a Rede Federal tem avançado na incorporação de pautas associadas aos direitos humanos, mas ainda enfrenta o desafio de consolidá-las de modo mais explícito e articulado em sua estrutura institucional.

4 Considerações finais

Os resultados indicam que a Rede Federal apresenta um cenário institucional relevante no campo dos direitos humanos e áreas correlatas, ainda que marcado por heterogeneidades. Se, por um lado, observa-se ampla presença de estruturas voltadas à inclusão, à acessibilidade, à diversidade e à equidade, por outro permanecem lacunas na explicitação conceitual dos direitos humanos como eixo estruturante e na incorporação mais sistemática da educação midiática no âmbito institucional. Desse modo, o levantamento evidencia simultaneamente avanços e desafios: avanços no reconhecimento de pautas fundamentais à formação humana integral e desafios relacionados à ampliação, à articulação e à maior visibilidade dessas ações no interior das instituições.

À luz dos achados, a educação midiática assume papel estratégico, na medida em que contribui para o fortalecimento de uma cultura institucional comprometida com os direitos humanos, com a democracia e com a formação crítica diante do ecossistema informacional contemporâneo. Mais do que uma agenda complementar, trata-se de uma dimensão essencial para ampliar a capacidade de estudantes e comunidades de interpretar, questionar e enfrentar processos de desinformação, discursos de ódio e outras formas de violação de direitos que se manifestam e se intensificam no ambiente digital.

Referências

BÉVORT, E.; BELLONI, M. L. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1.081-1.102, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/5pBFdjL4mWHnSM5jXySt9VF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; UNESCO, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2026.

SPINELLI, E. M. Comunicação, consumo, educação: alfabetização midiática para cidadania. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 135-152, set./dez. 2021. DOI: 10.1590/1809-58442021307. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/BvSNphQnBQcFsJrGjw9f5Hz/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2026.

UNESCO. **Media and information literacy curriculum for teachers**. Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/media-and-information-literacy-curriculum-teachers>. Acesso em: 10 mar. 2026.

Paternidade homoafetiva, mídia digital e educação em direitos humanos na formação crítica de estudantes

Fernando dos Santos Oliveira Lopes¹

1 Introdução

Nas últimas décadas, importantes transformações sociais e jurídicas ampliaram o reconhecimento das diferentes configurações familiares existentes na sociedade contemporânea. No Brasil, decisões históricas do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceram a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, contribuindo para o avanço da proteção jurídica às famílias homoafetivas e para o fortalecimento do princípio da igualdade.

Apesar desses avanços institucionais, a diversidade familiar ainda enfrenta processos de invisibilização e estigmatização no espaço público, especialmente no ambiente digital. As mídias sociais e as plataformas digitais tornaram-se importantes espaços de circulação de narrativas sobre família, gênero e parentalidade, podendo tanto ampliar a visibilidade de experiências diversas quanto reproduzir discursos discriminatórios e desinformação.

Nesse contexto, a educação midiática emerge como ferramenta relevante para a formação crítica de estudantes, possibilitando a análise reflexiva das representações presentes nas mídias e contribuindo para a promoção de valores associados aos direitos humanos. Ao estimular o pensamento crítico diante das narrativas que circulam no ambiente digital, a educação midiática pode favorecer o reconhecimento da diversidade familiar e contribuir para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos.

2 Metodologia

O presente estudo possui caráter teórico-reflexivo e fundamenta-se em revisão bibliográfica interdisciplinar envolvendo os campos do Direito, da Educação e da Comunicação. Foram analisadas produções acadêmicas relacionadas à diversidade familiar, à educação em direitos humanos e à educação midiática, buscando compreender as relações entre as representações sociais da paternidade homoafetiva e os processos de formação crítica no ambiente educacional.

¹ Doutor em Direito Econômico e Empresarial pela Universidade Européia del Atlântico, Espanha; professor na Universidade Grande Rio, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: fsolopes@gmail.com.

A análise também considera o marco jurídico brasileiro referente ao reconhecimento das famílias homoafetivas, especialmente decisões judiciais que ampliaram a proteção jurídica dessas configurações familiares. A partir desse referencial teórico, o estudo discute o potencial da educação midiática como instrumento pedagógico para problematizar representações sociais presentes nas mídias digitais e promover uma cultura de respeito à diversidade.

3 Resultados

A análise evidencia que as representações midiáticas sobre famílias homoafetivas ainda são marcadas por tensões e disputas simbólicas. Embora haja avanços na visibilidade dessas famílias em determinados espaços comunicacionais, persistem narrativas que reforçam estereótipos e preconceitos relacionados à diversidade familiar.

Nesse cenário, a educação midiática pode contribuir para o desenvolvimento de competências críticas entre os/as estudantes, permitindo que analisem conteúdos midiáticos de forma reflexiva e compreendam como determinadas narrativas são socialmente construídas. Ao incentivar a leitura crítica das mídias, práticas pedagógicas voltadas à educação midiática favorecem o reconhecimento da pluralidade de experiências familiares presentes na sociedade contemporânea.

Além disso, a análise crítica das representações midiáticas possibilita problematizar discursos discriminatórios e promover debates fundamentados sobre igualdade, diversidade e direitos humanos no ambiente escolar.

4 Considerações finais

A reflexão desenvolvida evidencia que a educação midiática possui papel estratégico na promoção dos direitos humanos no contexto educacional contemporâneo. Ao possibilitar que os/as estudantes compreendam criticamente as representações sociais presentes nas mídias digitais, essa abordagem contribui para o enfrentamento de estigmas e para o reconhecimento da diversidade familiar.

Nesse sentido, a incorporação da educação midiática nas práticas pedagógicas pode fortalecer processos de formação cidadã comprometidos com os princípios da igualdade, do respeito às diferenças e da dignidade humana.

Referências

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 4.277 e ADPF 132**: reconhecimento de união estável homoafetivas. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoBOInternet/anexo/link_download/casos_relevantes/pt/ADI_4277_ADPF_132.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

BUCKINGHAM, D. **Media education**: literacy, learning and contemporary culture. Cambridge: Polity Press, 2003.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

A educação midiática sob a lente da epistemologia feminista: caminhos para uma pedagogia da autonomia no ensino médio

Francine Nascimento Abreu¹

1 Introdução

Este trabalho nasce da inquietação de uma pesquisadora que acredita na filosofia como ferramenta de intervenção no mundo. No cotidiano escolar do Ensino Médio, percebemos que a cultura digital não é neutra; ela constitui um campo de disputas no qual narrativas hegemônicas frequentemente silenciam as diversidades.

O propósito deste texto é pensar a educação midiática não apenas como o aprendizado do uso de ferramentas, mas como um exercício ético de defesa dos direitos humanos. Justifica-se a urgência desse debate diante da crescente reprodução de estereótipos de gênero e raça nas redes, o que exige de nós uma postura decolonial e atenta às desigualdades sociais que saltam da tela para a sala de aula.

O objetivo central é investigar como a epistemologia feminista pode contribuir para a leitura crítica das mídias. Como bem pontuam Diniz e Gebara (2021, p. 45), "há que seguir denunciando de muitos jeitos as muitas e renovadas formas de opressão". Na Filosofia, aprendemos que o conhecimento é situado; portanto, compreender quem fala e para quem se fala na mídia é o primeiro passo para uma educação verdadeiramente libertadora.

2 Metodologia

A construção deste estudo é fruto de uma caminhada teórico-reflexiva que une a pesquisa acadêmica à sensibilidade pedagógica. O percurso metodológico fundamenta-se na análise de autoras que transformaram minha forma de compreender o ensino, como bell hooks (2017), com sua proposta de "comunidade pedagógica", e Patricia Hill Collins (2016). Minha experiência como monitora de Filosofia e pesquisadora também serve de base para esta reflexão, na qual a observação constante das relações de poder em sala de aula orientou os critérios de análise.

¹ Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil; pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Esperança Garcia (GEPEG/UESPI/CNPq). E-mail: francineabreu79@gmail.com.

Buscamos, aqui, articular a teoria da “pedagogia do oprimido”, de Paulo Freire (2019), aos desafios da era digital. A metodologia, portanto, não se reduz a um conjunto de etapas rígidas, mas configura-se como exercício de escuta e diálogo com referenciais que defendem a educação como prática de liberdade e de transgressão às normas opressoras.

3 Resultados

Ao olharmos para a educação midiática por meio da lente feminista e decolonial, percebemos que os estudantes desenvolvem uma nova compreensão sobre aquilo que consomem. Um dos resultados mais significativos é a percepção de que a neutralidade constitui um mito; quando o estudante do Ensino Médio compreende a “colonialidade do saber”, passa a questionar por que determinados corpos e histórias raramente aparecem de forma digna nas mídias. Esse despertar aproxima-se do que Freire (2019) denomina tomada de consciência, essencial para que o sujeito oprimido não aceite fatalisticamente sua condição.

Um exemplo prático dessa análise refere-se ao debate sobre a raiva. Enquanto as mídias costumam rotular a indignação das mulheres, especialmente das mulheres negras, como algo negativo ou histérico, a epistemologia feminista nos ensina que a raiva pode constituir uma força ética e política voltada à justiça social.

Percebemos que, ao trabalhar essas questões, os alunos deixam de ser meros usuários de aplicativos e passam a atuar como críticos da cultura digital, desenvolvendo o que bell hooks (2021) denomina “prática amorosa” no ensino: um fazer ético que envolve responsabilidade e compromisso com o outro.

4 Considerações finais

Sintetiza-se que não há educação em direitos humanos possível sem o desenvolvimento de uma educação midiática crítica. Para aqueles que pensam a Filosofia a partir das margens, as ferramentas digitais devem servir para amplificar vozes que a história oficial tentou silenciar. A educação midiática, nesse sentido, apresenta-se como caminho para transformar informação em sabedoria prática e a escola em espaço de resistência e acolhimento das diversidades.

Como desdobramento desta proposta, compreende-se a necessidade de continuar descolonizando currículos e práticas pedagógicas. O desafio consiste em manter viva a esperança, pois a “esperança feminista é uma recusa à neutralidade diante do sofrimento” (Diniz; Gebara, 2021, p. 15). Que possamos

seguir construindo caminhos nos quais a tecnologia esteja a serviço de uma sociedade mais justa, igualitária e, acima de tudo, profundamente humana.

Referência

COLLINS, P. H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=html&lang=pt>. Acesso em 10 mar. 2026.

DINIZ, D.; GEBARA, I. **Esperança feminista**. São Paulo: Planeta, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

hooks, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, b. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

Educação midiática em tempos de crise: caminhos de esperança contra a desinformação

Hugo Pinheiro Costa¹

1 Introdução

O presente resumo expandido é fruto do minicurso "*Educação Midiática em Tempos de Crise*", realizado na 36ª Semana Acadêmica da Faculdade Católica do Maranhão (FACMA). O evento teve como tema a esperança em tempos de crise, o que, em consonância com o Jubileu da Esperança de 2025, objetivou apresentar reflexões em torno da esperança diante da crise social, política, educacional e ambiental vivida na contemporaneidade.

Dessa maneira, o minicurso propôs introduzir os cursistas na reflexão teórica e filosófica sobre a educação midiática nesse contexto de instabilidade, potencializado pela desinformação. A proposta relacionou-se diretamente aos desafios ligados à cultura digital, às desigualdades sociais e às disputas de narrativas no ambiente midiático. O minicurso foi produto da participação do docente no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades.

O objetivo central do trabalho foi apresentar os fundamentos da educação midiática para desenvolver habilidades críticas que possibilitem lidar com a desinformação, os algoritmos e a inteligência artificial de forma ética, emancipadora e promotora de esperança. Como objetivos específicos, buscou-se compreender a importância da educação midiática na sociedade atual; reconhecer o papel do ecossistema da desinformação e as habilidades necessárias para avaliar a confiabilidade das informações; bem como relacionar a temática à defesa dos direitos humanos.

O problema que orientou a análise e o planejamento da intervenção partiu do diagnóstico do distanciamento dos alunos em relação aos conceitos de educação midiática e desinformação, em forte contraste com o crescimento orgânico da busca por inteligência artificial e algoritmos.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão, Brasil; professor e assessor de comunicação institucional na Faculdade Católica do Maranhão, Brasil. E-mail: prof.hugo@facmaedu.com.br.

2 Metodologia

O minicurso, estruturado para uma duração de quatro horas, foi realizado de forma presencial em 23 de setembro de 2025, durante a 36ª Semana Acadêmica da FACMA, espaço consolidado de interdisciplinaridade. O público-alvo consistiu em participantes majoritariamente oriundos dos cursos de Licenciatura em Filosofia e Bacharelado em Teologia da instituição.

A fundamentação teórica baseou-se nas Unidades 1 e 2 do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades, com foco introdutório em *Fundamentos da Educação em Direitos Humanos e Diversidades* e *Fundamentos da Educação Midiática*, estendendo-se também ao estudo de materiais nacionais sobre o tema.

A metodologia adotada privilegiou abordagens ativas, estruturadas a partir de problemas, visando promover uma interação dialógica contínua entre os/as cursistas. O processo iniciou-se com um diagnóstico conceitual, seguido por tempestades de ideias e sondagens sobre o consumo diário de informações. A estratégia concentrou-se no desenvolvimento de habilidades práticas, privilegiando a problematização e indo além da exposição teórica.

Para ilustrar a urgência da literacia midiática, utilizaram-se apresentações de casos reais de notícias falsas e verdadeiras, destacando os impactos da desinformação durante o período de vacinação contra a Covid-19. Foram aplicadas técnicas de avaliação da confiabilidade informacional, englobando as seis perguntas de verificação e a Matriz VPI (Vejo, Penso, Imagino), desenvolvida pelo Project Zero, da *Harvard Graduate School of Education*.

3 Resultados

O diagnóstico inicial confirmou a carência conceitual do público em relação ao tema. Por meio da tempestade de ideias, constatou-se que o conceito de educação midiática era conhecido por apenas dois dos vinte participantes presentes. Quando questionados sobre onde buscavam informações, as respostas concentraram-se majoritariamente no *Google* e em veículos tradicionais de notícias via *web*. Esse comportamento prático evidenciou o contraste apontado por Marc Prensky (2001) ao descrever os nativos digitais como uma geração de jovens nascida em um contexto de ampla disponibilidade de informação na internet, mas também vulnerável à desinformação, à manipulação e aos algoritmos.

Durante a intervenção dialógica, dados do Instituto Locomotiva foram apresentados aos cursistas, revelando que quase 90% da população brasileira admite ter acreditado em conteúdos falsos e que oito em cada dez brasileiros já deram credibilidade a *fake news*, embora 62% confiem paradoxalmente em sua própria capacidade de diferenciar informações falsas das verdadeiras. A partir dessa constatação, os/as alunos/as foram instigados/as a repensar seus critérios de avaliação informacional.

Estabeleceu-se, assim, uma compreensão clara sobre o contraste entre os ecossistemas de desinformação, caracterizados pelas bolhas digitais e pelo fechamento do diálogo, e os ecossistemas comunicacionais propostos por Ismar de Oliveira Soares (2014), que envolvem interações sociais inclusivas e democráticas capazes de potencializar a consciência crítica e a mobilização coletiva. A aplicação das seis perguntas fundamentais e da Matriz VPI demonstrou ser um instrumento eficaz para o desenvolvimento de técnicas práticas de análise e checagem.

Na etapa final do minicurso, a exposição sobre inteligência artificial desconstruiu o mito da imparcialidade dos algoritmos, levantando problematizações essenciais sobre as camadas da identidade digital: "quem eu sou nas redes?", "quem eu sou nas minhas buscas anônimas?" e "quem eu sou para os algoritmos?". O debate tornou evidente como o ambiente digital pode potencializar preconceitos e isolamento.

Os/as participantes puderam reconhecer que as plataformas devem ser meios de promoção da dignidade humana e abertura à diversidade, e não canais de desinformação e fechamento. O minicurso cumpriu seu objetivo ao criar um espaço de escuta e problematização, conectando a educação midiática à restauração da confiança, ao exercício da cidadania e ao combate ao discurso de ódio.

4 Considerações finais

O trabalho demonstrou que a educação midiática desponta como uma resposta pedagógica indispensável e um fundamento central para a cidadania digital no século 21, revelando-se ainda mais vital em tempos de crise. A experiência com os/as discentes evidenciou que o letramento informacional não é um complemento curricular ou um elemento acessório, mas uma dimensão estruturante e integral da formação dos sujeitos.

Corrobora-se a visão de que não basta ensinar a ler e escrever palavras; é imprescindível ensinar a ler e interpretar o ambiente midiático, permitindo que o cidadão utilize corretamente as ferramentas de comunicação e participe do ecossistema informacional de forma consciente, exercendo plenamente seu direito à liberdade de expressão.

A esperança, enquanto horizonte ético norteador do evento, nasce e se consolida diretamente a partir do uso consciente e analítico da informação. Conclui-se, em conformidade com David Buckingham (2022), que não há alfabetização possível nas sociedades modernas sem o empoderamento dos sujeitos para utilizar as mídias a partir de um entendimento sociopolítico, econômico e cultural profundo.

Como desdobramento, destaca-se a necessidade de perpetuar esse debate nas academias para que a juventude assuma a dianteira, atuando como protagonista na reconstrução de uma cultura informacional crítica, ética e pautada no respeito aos direitos humanos.

Referências

BARRETO JUNIOR, I. F.; NASPOLINI, S. H. Dal Farra; PICAZIO, J. R. A. Ecossistema da desinformação política: análise dos mecanismos de disseminação da desinformação no Brasil. **Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2023. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2526-0251/2022.v8i2.9203. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/culturajuridica/article/view/9203>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática**. Brasília, DF: Coordenação-Geral de Educação Midiática, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023_secom-spdigi_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

BUCKINGHAM, D. **Manifesto pela educação midiática**. São Paulo: Edições SESC, 2022.

FERRARI, A. C.; MACHADO, D.; OCHS, M. **Guia da Educação Midiática**. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020. Disponível em: <https://educamidia.org.br/guia/>. Acesso em: 6 jan. 2026.

MACHADO, D. Muito além das *fake news*: como as nuances da desinformação desafiam o senso crítico e tornam a educação midiática ainda mais urgente. In: ROCHA, M. (org.). **Integridade da informação, pilar da democracia**. São Paulo: Wiki Movimento Brasil, 2024.

PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants. **On the Horizon**, Bradford, v. 9, n. 5, p. 2-6, out. 2001.

SOARES, I. de O. Educomunicação e educação midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 15-26, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v19i2p15-26. Disponível em: https://revistas.usp.br/comueduc/pt_BR/article/view/72037. Acesso em: 9 mar. 2026.

WILSON, C. *et al.* **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília, DF: UNESCO; Uberaba: UFTM, 2013.

Paulo Freire e os direitos humanos: em busca da justiça social

Isabela Cazarini do Prado¹

1 Introdução

A educação tem papel central na promoção da dignidade humana e na construção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, a articulação entre educação e direitos humanos constitui um campo de reflexão fundamental para compreender como os processos educativos podem contribuir para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social. O pensamento de Paulo Freire (2018) destaca-se nesse debate ao propor uma educação voltada para a libertação dos sujeitos e para o enfrentamento das desigualdades sociais.

A pedagogia freireana compreende a educação como prática política e ética, fundamentada no diálogo, na participação e na problematização da realidade. Nesse sentido, o processo educativo deve favorecer o desenvolvimento da consciência crítica, permitindo que os indivíduos compreendam as estruturas sociais que produzem opressões e desigualdades. Essa perspectiva aproxima-se dos princípios defendidos pelos direitos humanos, especialmente daqueles presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconhece a educação como um direito fundamental e como instrumento para a promoção da liberdade, da igualdade e da justiça social.

Dessa forma, refletir sobre a relação entre o pensamento de Paulo Freire e os direitos humanos possibilita compreender como a educação pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social. Assim, este trabalho tem como objetivo discutir a relação entre a pedagogia freireana e os direitos humanos, evidenciando, especialmente, suas contribuições para a formação de sujeitos críticos e para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

2 Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico. O trabalho fundamenta-se na análise de obras de Paulo Freire, e a interpretação dos dados foi orientada por uma perspectiva crítica.

¹ Mestranda em Educação na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: isabelacazarini@gmail.com.

3 Resultados

A análise dos estudos freireanos evidencia uma proposta pedagógica profundamente vinculada aos princípios dos direitos humanos. Uma das categorias centrais presentes em sua obra, e escolhida para ser analisada neste trabalho, é a conscientização (Freire, 1979), entendida como o processo pelo qual os sujeitos desenvolvem a capacidade de compreender criticamente sua realidade e de agir para transformá-la. Isso contribui para o fortalecimento da autonomia e da participação social, elementos fundamentais para a efetivação dos direitos humanos.

Ao reconhecerem-se como sujeitos históricos, capazes de interpretar e transformar o mundo, educandos/as e educadores/as passam a participar de maneira mais ativa dos espaços sociais e políticos. Nesse pensamento, a conscientização está diretamente relacionada à busca pela justiça social. Ao desenvolver uma leitura crítica do mundo, os sujeitos passam a reconhecer as desigualdades, as injustiças e as relações de opressão que estruturam a sociedade. Esse reconhecimento não ocorre de forma passiva, mas impulsiona a ação transformadora, orientada pela construção de relações mais justas, solidárias e democráticas.

Portanto, a educação assume um papel fundamental na promoção da justiça social, pois possibilita que os indivíduos compreendam as condições históricas e sociais que produzem exclusão e marginalização. A partir desse processo, educandos/as e educadores/as podem engajar-se coletivamente na luta pela garantia de direitos, pela ampliação da participação social e pela construção de uma sociedade mais igualitária.

4 Considerações finais

A reflexão sobre a relação entre o pensamento de Paulo Freire e os direitos humanos evidencia a relevância de sua proposta pedagógica para a construção de práticas educativas voltadas à justiça social. Ao compreender a educação como prática de liberdade, Freire (1967) destaca o papel do processo educativo na formação de sujeitos críticos, capazes de reconhecer e reivindicar seus direitos.

Dessa forma, conclui-se que o pensamento freireano permanece atual e necessário para o fortalecimento de práticas educativas que promovam os direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A incorporação

de seus princípios às práticas pedagógicas pode contribuir significativamente para a formação de cidadãos/cidadãs conscientes, participativos/as e comprometidos/as com a defesa da justiça social.

Referências

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 66. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

Diálogos entre a educação midiática e o ensino de Geografia

Jairo Alves Felipe¹

1 Introdução

A ampliação do acesso às tecnologias digitais tem transformado as formas de produção, circulação e consumo de informações na sociedade contemporânea. Nesse contexto, a educação digital e midiática ganha destaque devido à necessidade de desenvolver competências relacionadas à leitura crítica das informações, à compreensão das linguagens midiáticas e à capacidade de interpretar e questionar as narrativas que circulam no cotidiano.

A disciplina de Geografia, ao dedicar-se à compreensão das dinâmicas socioespaciais, oferece suporte teórico-metodológico relevante para o desenvolvimento da educação midiática no ambiente escolar. Nesse sentido, este trabalho analisa a convergência entre essas áreas, destacando como essa relação contribui para a formação de estudantes conscientes quanto ao uso das mídias, a partir de um entendimento social, político, econômico e cultural, favorecendo o questionamento das narrativas impostas e o desenvolvimento de uma postura crítica.

Desse modo, a aproximação entre o estudo do espaço geográfico e a cultura midiática fomenta uma prática pedagógica emancipatória. Essa integração contribui para o fortalecimento de valores como o respeito à diversidade, a justiça social e a formação de sujeitos críticos, capazes de exercer a cidadania de maneira consciente na sociedade contemporânea.

2 Metodologia

A reflexão apresentada neste trabalho foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e reflexivo, voltada à análise das aproximações entre a educação midiática e a Geografia no contexto escolar. O estudo baseou-se na leitura e revisão de produções acadêmicas que discutem o papel das mídias e das tecnologias digitais na sociedade contemporânea, bem como nas

¹ Mestrando em Ensino de Geografia na Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil; bolsista CAPES; professor de Geografia da rede pública de ensino do município de Dona Inês e do município de Tacima, Paraíba, Brasil. E-mail: jairofeliipegeo@hotmail.com.

contribuições da Geografia para a compreensão crítica das dinâmicas socioespaciais. A partir desse diálogo, busca-se compreender como a integração entre esses campos pode fortalecer a formação de sujeitos capazes de interpretar e problematizar criticamente os fluxos de informação no mundo contemporâneo.

O arcabouço teórico deste estudo articula as noções de cultura midiática (Buckingham, 2022; Kellner, 2001) e cultura participativa (Jenkins, 2009) ao debate geográfico contemporâneo. Essa fundamentação dialoga com Santos (2008), ao tratar do espaço como sistema inseparável de objetos (formas materiais) e ações (práticas sociais), e com Castells (2011) e Harvey (2008), ao discutirem a sociedade em rede e a compressão espaço-tempo. A análise pauta-se nos conceitos de leitura crítica, fluxos informacionais e dinâmicas socioespaciais, buscando caminhos para uma prática de ensino que integre o letramento midiático ao pensamento espacial.

3 Resultados e Discussão

A análise teórica realizada evidencia que o diálogo entre a educação midiática e o ensino de Geografia amplia as possibilidades de compreensão crítica da realidade contemporânea. Em um mundo globalizado, marcado pela intensa circulação de informações e pela presença constante das mídias digitais no cotidiano, torna-se fundamental que a escola desenvolva estratégias que auxiliem os estudantes a interpretar e questionar as narrativas que circulam socialmente. Nesse sentido, o ensino de Geografia pode contribuir diretamente para a formação de sujeitos capazes de compreender as relações entre informação, espaço e poder.

As análises de Santos (2008) oferecem importantes contribuições para essa discussão ao compreender o espaço geográfico como resultado da interação entre objetos técnicos e ações humanas. A partir dessa perspectiva, as tecnologias da informação e as mídias digitais passam a integrar o conjunto de elementos que influenciam a produção e a interpretação do espaço. Assim, a Geografia escolar pode favorecer análises que levem os estudantes a identificar interesses, intencionalidades e relações de poder presentes nos discursos midiáticos.

No campo da educação midiática, Kellner (2001) e Buckingham (2022) destacam que o trabalho pedagógico com as mídias deve ir além do uso instrumental das tecnologias. Mais do que aprender a utilizar ferramentas digitais, torna-se necessário desenvolver competências voltadas à análise crítica dos conteúdos, à compreensão das linguagens midiáticas e à reflexão sobre os impactos sociais e

culturais das informações que circulam na sociedade. Quando articuladas ao ensino de Geografia, essas ideias possibilitam problematizar as formas como determinados territórios, culturas e grupos sociais são representados nas mídias.

Por outro lado, Jenkins (2009) destaca que os sujeitos contemporâneos não são apenas consumidores de informação, mas também produtores de conteúdo digital. Essa característica abre novas possibilidades pedagógicas, permitindo que os estudantes participem ativamente da produção de conhecimentos acerca do espaço. Ao serem estimulados a produzir e compartilhar informações, eles podem desenvolver maior consciência sobre a importância das mídias na construção de sentidos, na defesa dos direitos humanos e na interpretação da realidade.

Castells (1999) e Harvey (2008) também contribuem para compreender como as transformações tecnológicas têm redefinido as relações espaciais. A intensificação dos fluxos informacionais e a rapidez com que as informações circulam evidenciam novas formas de organização social e territorial. Entretanto, tais transformações também revelam desigualdades no acesso às tecnologias e à informação, o que reforça a necessidade de práticas educativas que permitam aos estudantes compreender criticamente essas dinâmicas socioespaciais.

Portanto, essa integração fortalece a dimensão ética da formação humana, ao capacitar o estudante para a leitura crítica do mundo. Ao convergir letramento midiático e pensamento espacial, a escola possibilita a compreensão das relações entre informação, território e poder, permitindo um posicionamento consciente frente às desigualdades. Assim, o domínio dessas linguagens instrumentaliza o aluno para questionar as hegemonias das grandes corporações tecnológicas que moldam os fluxos de consumo e o pensamento na sociedade global.

4 Considerações finais

As reflexões desenvolvidas indicam que a integração entre aspectos da educação midiática e o ensino de Geografia amplia as possibilidades de construção de práticas pedagógicas críticas e socialmente comprometidas. Ao reconhecer as mídias como parte das dinâmicas que influenciam a produção e a interpretação do espaço geográfico, o ensino de Geografia contribui para que os sujeitos compreendam como as informações, os discursos e as representações moldam a percepção sobre territórios, culturas, grupos sociais e questões socioambientais. Nesse processo, fortalece-se uma educação voltada para a valorização da diversidade, o respeito às diferenças e a promoção e defesa dos direitos humanos.

Dessa forma, a incorporação crítica das mídias no contexto escolar revela-se um caminho promissor para o fortalecimento da formação cidadã. Ao estimular a análise, a interpretação e a produção de informações, a escola pode contribuir para o desenvolvimento de sujeitos mais autônomos e participativos na vida social. Como desdobramento, destaca-se a importância de ampliar pesquisas e experiências pedagógicas que aprofundem a integração entre o uso crítico das mídias e o ensino de Geografia no cotidiano escolar.

Referências

BUCKINGHAM, D. **Manifesto pela educação midiática**. São Paulo: Edições SESC, 2022.

BUCKINGHAM, D. **Media education**: literacy, learning and contemporary culture. Cambridge: Polity Press, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KELLNER, D. **A cultura da mídia**: estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

Educação em Direitos Humanos e Diversidades: análise do potencial formativo de um componente curricular no Ensino Médio

Joelmir Cabral Moreira¹

1 Introdução

A formação na Educação Básica contemporânea exige, para além do domínio de competências específicas das áreas do conhecimento, a consolidação de habilidades ético-humanísticas voltadas à construção de uma convivência social democrática, empática e respeitosa. Nesse contexto, a Educação em Direitos Humanos e Diversidades assume centralidade, especialmente diante dos desafios sociais, culturais e políticos que atravessam a realidade brasileira.

Os temas transversais, reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) como dimensões essenciais à formação integral, perpassam as diferentes áreas do currículo e articulam o conhecimento escolar às dinâmicas da vida social, contemplando questões como meio ambiente, economia, saúde, cidadania e civismo, multiculturalismo e ciência e tecnologia. Assim, pensar propostas pedagógicas que integrem tais dimensões constitui tarefa fundamental para o fortalecimento da escola como espaço de diálogo, reconhecimento das diferenças e promoção da cultura democrática.

É nesse horizonte que se insere a proposta do componente curricular eletivo "Faz Diferença? Faz! Por que as Diversidades Importam", desenvolvida no âmbito do Programa Escola da Cidadania Ativa!, iniciativa do Instituto de Educação Política Politize!, que, desde 2019, atua em parceria com Secretarias Estaduais de Educação na oferta gratuita de materiais pedagógicos e formações para as redes públicas.

Estruturado em 30 horas e organizado em módulos temáticos, o componente articula competências e habilidades alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Linguagens e suas Tecnologias, fundamentando-se em metodologias ativas de aprendizagem. Nesse sentido, o estudo tem como objetivo apresentar e analisar

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil; coordenador de projetos no Instituto de Educação Política, Politize!, Santa Catarina, Brasil. E-mail: joelmir@politize.com.br.

os fundamentos da proposta, discutindo seu potencial formativo no âmbito dos temas transversais da Educação Básica.

2 Metodologia

A proposta apresentada neste estudo adotou abordagem qualitativa, de caráter descritivo e natureza documental, com o objetivo de analisar a fundamentação teórico-metodológica e o potencial formativo do componente eletivo “Faz Diferença? Faz! Por que as Diversidades Importam”.

Estruturada em aulas temáticas e fundamentada em metodologias ativas de aprendizagem, a iniciativa busca consolidar estratégias para o ensino de Direitos Humanos e Diversidades, a serem ofertadas gratuitamente a estudantes de escolas públicas de diferentes territórios do Brasil.

O percurso metodológico envolveu a análise e articulação dos conteúdos desenvolvidos no âmbito do Programa Escola da Cidadania Ativa!, da Politize!, considerando-se, ainda, a participação na Formação Continuada sobre Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, promovida pela Universidade Federal de Uberlândia entre junho de 2025 e janeiro de 2026, cujas discussões contribuíram para o amadurecimento conceitual da proposta.

O *corpus* de análise foi composto pela ementa do ciclo formativo destinado ao Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries), contemplando conteúdos, objetivos, propostas didático-pedagógicas e o alinhamento às competências e habilidades previstas na BNCC (Brasil, 2017).

A sistematização permitiu identificar a organização estrutural da eletiva – 15 aulas distribuídas em 5 módulos – e, posteriormente, o mapeamento das competências e habilidades mobilizadas: na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, 5 competências e 13 habilidades; em Linguagens e suas Tecnologias, 3 competências e 8 habilidades, mobilizando, ao todo, 8 competências e 21 habilidades.

Por fim, realizou-se o aprofundamento analítico dos módulos e aulas, articulando-os às competências da BNCC, aos conteúdos do Programa Escola da Cidadania Ativa! e às contribuições teóricas oriundas da formação continuada da UFU.

Por tratar-se de estudo exclusivamente documental e reflexivo, não houve aplicação do componente eletivo, coleta de dados com estudantes ou qualquer

intervenção junto a sujeitos identificáveis, observando-se, ainda assim, os princípios éticos previstos na Resolução nº 510/2016 (Brasil, 2016) do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais.

3 Resultados

A ementa da proposta didático-pedagógica “Faz Diferença? Faz! Por que as Diversidades Importam” encontra-se em desenvolvimento desde fevereiro de 2026, no âmbito do Programa Escola da Cidadania Ativa!, iniciativa do Instituto de Educação Política Politize!, com previsão de conclusão em maio do mesmo ano.

Desde 2019, a organização atua na Educação Básica em parceria com Secretarias Estaduais de Educação, tendo impactado mais de 288.196 professores/as e estudantes das redes públicas estaduais por meio da produção de materiais didáticos e da oferta gratuita de formações voltadas à educação cidadã e à liderança estudantil.

Nesse contexto, o componente eletivo surge como desdobramento dos aprofundamentos realizados nas temáticas estruturantes dos temas transversais, reconhecidos pelo MEC como essenciais à formação integral, dialogando com experiências já consolidadas no Programa Escola da Cidadania Ativa! em áreas como cidadania local e global, mídias e comunicação, direito e acesso à justiça, inovação e coletividades, políticas públicas e participação e mobilização social.

Sua estruturação foi impulsionada tanto pelo amadurecimento institucional quanto por processos formativos internos, especialmente no âmbito do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e da participação em curso de formação continuada ofertado pela UFU, voltado à educação midiática e aos direitos humanos.

Como resultado, delineou-se um componente curricular eletivo de 30 horas, destinado ao Ensino Médio. O percurso formativo encontra-se alinhado à BNCC, e a proposta está estruturada em três eixos: conceitual (Aulas 1 a 4), analítico (Aulas 5 a 9) e interventivo (Aulas 10 a 15).

Ao longo desse percurso, integram-se análise histórica e social, leitura crítica de discursos, problematização de desigualdades e elaboração colaborativa de intervenções orientadas aos Direitos Humanos e às Diversidades, evidenciando coerência interna e intencionalidade pedagógica compatíveis com a concepção de formação integral prevista para o Ensino Médio.

4 Considerações finais

Ao articular conhecimentos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e das Linguagens à problematização de desigualdades e à formulação de propostas orientadas ao bem comum, o componente consolida-se como experiência curricular que promove a mobilização integrada de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores.

A centralidade conferida ao protagonismo estudantil, à argumentação fundamentada e à mediação ética de conflitos reforça seu compromisso com a consolidação de práticas democráticas no espaço escolar, reconhecendo estudantes como sujeitos de direitos e agentes de transformação social.

Cumprir destacar, entretanto, que o estudo possui natureza documental e analítica, circunscrevendo-se à ementa e à organização curricular da proposta em fase de desenvolvimento. A ausência de implementação nas redes de ensino limita a avaliação de seus efeitos em contextos escolares específicos, indicando a necessidade de estudos futuros sobre aplicação, impactos formativos e seus desafios.

Ainda assim, a iniciativa demonstra consistência para integrar ações de educação em direitos humanos e diversidades na Educação Básica, contribuindo para o fortalecimento da escola como espaço de diálogo e cultura democrática.

Referências

BARRETO, C. P. de Sá *et al.* Fundamentos da educação midiática: o que é, por que é preciso conhecê-la e como esse conhecimento pode contribuir para uma melhor compreensão e defesa dos direitos humanos e das diversidades. *In*: CURSO DE EDUCAÇÃO MIDIÁTICA PARA A PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES. **Texto básico – Unidade 2**. Brasília, DF: Governo Federal; Universidade de Brasília; Universidade Federal de Uberlândia, 2025-2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação básica. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 maio 2016.

CURY, C. R. J. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002. DOI: 10.1590/S0101-73302002008000010.

Disponível em:

https://www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4g8q4LLXBcnxRcxD/?format=html&lang=pt&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 13 fev. 2026.

MAIA, M. Fundamentos de educação em direitos humanos e diversidades: como essa discussão pode contribuir para a melhoria e desenvolvimento do ambiente escolar. *In*: CURSO DE EDUCAÇÃO MIDIÁTICA PARA A PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES. **Texto básico – Unidade 1**. Brasília, DF: Governo Federal; Universidade de Brasília; Universidade Federal de Uberlândia, 2025-2026.

Debates educacionais nas redes sociais: procedimentos metodológicos para a análise de postagens no Instagram

Jussara Lima Santos¹

1 Introdução

O avanço tecnológico e a expansão das redes sociais transformaram as formas de construção e distribuição de informações públicas. As plataformas digitais passaram a constituir um relevante campo de debate social e político, no qual diferentes indivíduos compartilham posicionamentos, mobilizam campanhas e constroem narrativas acerca de temas de interesse coletivo, como o enfrentamento à violência contra a mulher, a defesa dos direitos de crianças e adolescentes e o combate ao racismo.

No campo da educação midiática, Douglas Kellner e Jeff Share (2007) destacam a importância do desenvolvimento de habilidades que permitam compreender os processos de produção, disseminação e interpretação dos discursos on-line.

Em plataformas como o Instagram, as postagens, os comentários, as visualizações e as *hashtags* constituem elementos centrais para o engajamento e o alcance das discussões. Diante disso, este resumo expandido tem como objetivo descrever procedimentos metodológicos que sistematizem as formas de coleta e análise de dados provenientes dessas plataformas, a fim de compreender a dinâmica discursiva presente nas redes sociais e favorecer o desenvolvimento de saberes críticos voltados à interpretação de discursos virtuais.

2 Metodologia

O processo metodológico descrito neste trabalho deriva de pesquisa desenvolvida em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação, intitulado "*Mídias sociais e ativismo político: uma análise dos discursos favoráveis e desfavoráveis à regulamentação do homeschooling no Brasil*". O estudo foi realizado sob a orientação da Profa. Dra. Letícia Souto Pantoja. A releitura da pesquisa evidenciou uma lacuna metodológica relacionada à sistematização dos procedimentos de coleta e análise de dados oriundos de plataformas digitais, como o Instagram.

¹ Especialista em Supervisão Escolar pela Faculdade Iguaçu, Paraná, Brasil; secretária escolar da rede municipal de ensino de Marabá, Pará, Brasil. E-mail: jussara.ls@unifesspa.edu.br.

Para a construção da estratégia metodológica apresentada neste estudo, realizou-se uma revisão narrativa da literatura (RNL) e uma análise crítica da seção “Aspectos Metodológicos” do TCC original. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a revisão narrativa é ampla e permite a análise e interpretação de dados provenientes de diferentes tipos de produções realizadas nas redes sociais. Isso ocorre em razão do crescimento do uso das mídias sociais nos debates de grupos variados.

A partir desse processo, foram identificadas limitações no que concerne à coleta, à organização e à interpretação de dados em ambientes digitais, o que possibilitou a proposição de um modelo metodológico aplicável à investigação de outros debates educacionais nas mídias digitais.

3 Resultados

Os resultados apontam um modelo de procedimento metodológico composto por seis etapas principais. Na primeira etapa, o/a pesquisador deve definir os critérios de inclusão das publicações a serem analisadas. Para isso, torna-se necessária a delimitação temporal das postagens e o estabelecimento de palavras-chave relacionadas ao tema da pesquisa. Essas palavras-chave devem ser utilizadas como descritores na busca e seleção das postagens.

A segunda etapa consiste em descrever os aspectos característicos do ambiente digital, a fim de evitar ambiguidades interpretativas. Em relação ao Instagram, é imprescindível conceituar termos recorrentes utilizados pelos usuários, como IG, *hashtag*, curtidas, comentários, visualizações e engajamento, explicitando suas funções na circulação e no alcance dos conteúdos analisados.

A terceira etapa refere-se à constituição do *corpus* digital da pesquisa, mediante a seleção de perfis públicos que abordem as temáticas investigadas. Nesse momento, devem ser considerados critérios como número de seguidores e nível de engajamento das publicações. Esse engajamento pode ser observado por meio de indicadores como quantidade de curtidas, comentários e visualizações.

A quarta etapa considera os aspectos éticos e legais da pesquisa em ambientes digitais, especialmente aqueles previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). Nesse sentido, recomenda-se priorizar conteúdos de perfis públicos, uma vez que não exigem autorização prévia do administrador. No caso específico do Instagram, perfis públicos são aqueles em que não há

necessidade de solicitação de autorização para acompanhamento do conteúdo. Isso porque perfis privados, caso sejam mencionados, devem seguir as orientações éticas específicas indicadas pela Ensp Fiocruz (2020).

A quinta etapa envolve a adoção de estratégias de anonimização dos dados. Quando necessário, especialmente em perfis pessoais, recomenda-se o uso de nomes fictícios ou códigos de identificação. Desse modo, evita-se a exposição direta dos usuários, contribuindo para a preservação da identidade e para o respeito aos princípios éticos da pesquisa em ambientes digitais. Como exemplo, podem ser utilizados sistemas alfabéticos, combinações entre letras e números ou códigos alfanuméricos. A escolha deve considerar a quantidade de perfis e *hashtags* observadas.

Por fim, a sexta etapa consiste na análise dos discursos das postagens selecionadas na terceira etapa, com base na análise de discurso proposta por Caregnato e Mutti (2006). Para as autoras, a análise do discurso considera produções verbais e não verbais, o contexto sócio-histórico, a linguagem, a memória do dizer e a historicidade de cada indivíduo. Além disso, o procedimento metodológico permite examinar tanto o intradiscorso, relacionado às estruturas internas das postagens, quanto o interdiscorso, vinculado às diferentes memórias discursivas presentes nas interações entre os usuários da plataforma.

4 Considerações finais

As principais contribuições deste trabalho evidenciam o reconhecimento das plataformas digitais, como o Instagram, como importantes espaços de debates políticos, mobilização social e disputas de narrativas na contemporaneidade. Assim, compreender os processos de produção, circulação e interpretação de conteúdos nessas plataformas mostra-se fundamental para o desenvolvimento da educação midiática e para a formação de cidadãos capazes de realizar interpretações crítico-reflexivas dos conteúdos que circulam nesses ambientes, bem como de exercer discernimento ético no compartilhamento de informações.

Ademais, o percurso metodológico descrito neste estudo pode ser aplicado à investigação de outros debates educacionais nas mídias digitais, uma vez que oferece um conjunto de etapas capazes de subsidiar a coleta, a organização e a análise de dados, dialogando diretamente com metodologias emergentes de pesquisa em educação digital e cultura participativa.

Referências

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006. DOI: 10.1590/S0104-07072006000400017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFctbZDZHgNP/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2026.

ENSP FIOCRUZ. Comitê de Ética em Pesquisa. **Orientações sobre ética em pesquisa em ambientes virtuais**. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2020. Disponível em:

https://cep.ensp.fiocruz.br/sites/default%20/files/orientacoes_eticapesquisaaambientevirtual.pdf. Acesso em: 11 mar. 2026.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

KELLNER, D.; SHARE, J. Critical media literacy: crucial policy choices for a twenty-first-century democracy. **Policy Futures in Education**, Los Angeles, v. 5, n. 1, p. 59-69, 2007. DOI: 10.2304/pfie.2007.5.1.59. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.2304/pfie.2007.5.1.59>. Acesso em: 11 mar. 2026.

Manipulação midiática e racismo estrutural: o caso dos quatro jovens de Las Malvinas no Equador

Kayna Raysa Mina Ayovi¹

1 Introdução

O presente trabalho analisa a interseção entre a desinformação digital, o racismo estrutural e a violação de direitos humanos no Equador, tomando como eixo o caso dos *Quatro de Las Malvinas* (2024). Em um contexto de segurança militarizada sob o "Plano Fênix", quatro menores de idade foram vítimas do que a Corte Constitucional (2025) e relatórios internacionais identificaram como desaparecimento forçado e execução extrajudicial.

Paralelamente, desenvolveu-se uma tragédia midiática: criadores de conteúdo e *influencers* viralizaram narrativas que criminalizavam as vítimas, acusando-as, sem provas, de terem cometido atos de delinquência. Este estudo sustenta que tal manipulação foi possível graças a um preconceito racial enraizado, que desumaniza o jovem afro-equatoriano, contrariando o princípio do Interesse Superior da Criança e o artigo 52 do Código da Infância e Adolescência (CNA).

2 Metodologia

Empregou-se uma abordagem qualitativa, com delineamento de análise documental e crítica do discurso. As fontes primárias incluíram a sentença da Corte Constitucional do Equador (2025), o relatório *Son militares, yo los vi*, da Anistia Internacional (2025), peças de conteúdo digital difundidas em plataformas sociais e trabalhos acadêmicos relacionados à temática.

A análise estruturou-se a partir do contraste entre a "verdade jurídica" e a "verdade midiática", integrando o marco teórico sobre segurança e recrutamento de menores desenvolvido anteriormente na investigação de Mina Ayovi (2025).

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Paraná, Brasil; membro do grupo de pesquisa Novo Constitucionalismo Latino-Americano e Decolonização do Direito e do grupo de trabalho La Cátedra Sérgio Vieira de Mello. E-mail: krm.ayovi.2022@aluno.unila.edu.br.

3 Resultados

Os achados demonstram que a manipulação midiática operou como um braço ideológico da violência estatal. Identificou-se que o discurso dos *influencers* capitalizou o estigma territorial e racial para gerar *engagement*. Esse fenômeno vincula-se à lógica de segurança militarizada analisada por Mina Ayovi (2025), mas também à persistência de modelos comunicacionais sensacionalistas.

Segundo Moretti (2020), a espetacularização da violência infantil nos meios de comunicação não apenas desrespeita o princípio do interesse superior da criança, mas também consolida uma percepção pública que justifica a punitividade em detrimento da proteção.

Essa perspectiva dialoga com a investigação de Arévalo-Arcos (2025), que demonstra como a mediação tecnológica e os algoritmos de recomendação tendem a amplificar narrativas sensacionalistas que violam a dignidade humana, dificultando que a audiência distinga opinião difamatória de realidade jurídica.

A discussão revela que o artigo 52 do CNA foi deliberadamente ignorado, priorizando-se a viralidade em detrimento do direito à honra. A sentença judicial, ao confirmar o desaparecimento forçado, desarticulou a mentira midiática, evidenciando que a desinformação constitui peça-chave para a impunidade: a sociedade aceitou a culpabilidade dos jovens porque o imaginário colonial já os havia “sentenciado” pela cor da pele e pela origem social.

Os pais dos menores afirmaram, após a sentença:

Queremos que todas las personas que juzgaron a nuestros hijos... sin saber, sin conocerlos, todavía están a tiempo de enmendar ese error. Porque no solo dañaron la memoria y el honor de nuestros hijos, sino también el de nuestra familia. Se encargaron de destruirnos, de señalarnos, de lastimarnos profundamente (Sentencia Caso Las Malvinas, 2025).

4 Considerações finais

O caso de Las Malvinas evidencia a urgência de uma educação midiática crítica que seja, necessariamente, antirracista. Conclui-se que o combate às *fake news* deve enfrentar também as estruturas de poder que permitem a desumanização das diversidades.

"Emendar o erro", como exigem as famílias das vítimas, requer uma comunicação ética comprometida com a dignidade humana. Este estudo reafirma que não pode haver justiça social plena sem um letramento midiático que capacite a cidadania a questionar preconceitos reproduzidos por algoritmos e explorados por criadores de conteúdo em contextos de crise de segurança.

Além disso, a educação midiática deve ser integrada às práticas pedagógicas como ferramenta de defesa dos direitos humanos, assegurando que o ambiente escolar seja um espaço de desconstrução de estigmas raciais e de proteção da infância e da juventude. Por meio de uma postura crítica diante das narrativas digitais, será possível garantir que o direito à honra e à vida prevaleça sobre a barbárie da desinformação e do racismo estrutural.

Referências

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **"Son militares, yo los vi"**: desapariciones forzadas por las fuerzas armadas en Ecuador. [S. l.]: Amnistía Internacional, 2025.

ARÉVALO-ARCOS, N. A. Representación mediática y contenido digital: el caso de los niños afroecuatorianos de Las Malvinas. **Código Científico Revista de Investigación**, Ecuador, v. 6, n. 2, p. 125-147, jul./dez. 2025. Disponível em: <https://revistacodigocientifico.itslosandes.net/index.php/1/article/view/1184/2440>. Acesso em: 12 mar. 2026.

CORTE CONSTITUCIONAL DEL ECUADOR. **Sentencia Caso Las Malvinas (Habeas Corpus)**. Ecuador, 2025.

ECUADOR. **Código de la Niñez y Adolescencia**. Registro Oficial 737, 2003.

MINA AYOVI, K. R. **El reclutamiento de menores por parte de carteles internacionales en el Ecuador**: un análisis a la política exterior de seguridad del gobierno de Daniel Noboa. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2025.

MORETTI, S. M. P. **Violência e televisão no Equador**: a proteção de crianças e adolescentes frente ao sensacionalismo. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidad Central del Ecuador, Quito, 2020.

Educação em direitos humanos como instrumento de combate à violência misógina

Leonardo Lima da Silva¹

1 Introdução

A exploração do homem pelo homem constitui uma das fontes originárias da violência e da desigualdade entre os sexos, posto que o sistema patriarcal ainda permeia as relações sociais hodiernamente e dita padrões de comportamento tanto para as mulheres quanto para os homens, conforme enfatizam Cunha e Valiense (2021, p. 1):

Considerando a virilidade e a honra como marcadores da identidade masculina e a docilidade e a submissão como elementos formadores da identidade feminina, a existência de uma posição de superioridade do homem em relação à mulher, ainda que irreal, é reproduzida pela memória social e reverbera em toda a sociedade ocidental, reduzindo a importância e as potencialidades do sexo feminino.

Nesse sentido, a violência contra as mulheres, bem como contra os homens que não se encaixam dentro do perfil heteronormativo da masculinidade, vai se naturalizando, tendo em vista que as bases machistas e patriarcais sobre as quais a nossa sociedade continua sedimentada compreendem a violência como algo inerente ao macho, ao homem viril, e a docilidade e a aceitação da violência por parte das mulheres como algo "normal". No entanto, para a compreensão da constituição do homem e do machismo na sociedade, é necessário compreender as estruturas do sistema patriarcal, bem como o papel que o homem exerce dentro desse sistema, haja vista que ele opera amparado pela promoção da desigualdade entre os sexos.

Sendo assim, o patriarcado é um sistema de dominação que promove a concentração de poderes e privilégios nas mãos dos homens, considerados superiores, em detrimento das mulheres. Por esse aspecto, o sistema patriarcal, além de exercer força principalmente dentro dos contextos das relações privadas, íntimas e familiares, também se personifica no escopo das atividades públicas, no

¹ Especialista em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Brasil; monitor EAD da Escola Técnica de Saúde do Centro de Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail institucional: leonardolm29@gmail.com.

espaço laboral e nos espaços de lazer, isto é, em ambientes externos ao núcleo familiar.

Nessa perspectiva, Cunha e Valiense (2021) preconizam que o sistema patriarcal dá sinais de que ainda permanece vivo e atuante. Dessa forma, faz-se necessário que a discussão acerca da violência misógina seja inserida nos espaços escolares, bem como nos conteúdos da educação formal, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

2 Metodologia

No que concerne ao percurso metodológico, optou-se pela revisão bibliográfica, que consiste em uma pesquisa ancorada em materiais previamente desenvolvidos, como livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos, com o fito de atualizar conhecimentos científicos, acompanhar o desenvolvimento de determinado assunto, sintetizar textos publicados que tratam de uma mesma temática, analisar e avaliar informações já divulgadas, além de identificar e examinar as principais contribuições teóricas sobre um fato, tema ou ideia (Gil, 2008).

Dessa maneira, os dados elencados sugerem a ampliação e a continuidade da educação em direitos humanos como estratégia para a redução e a erradicação da violência misógina em nossa sociedade.

3 Conceitos acerca da violência e da violência misógina

De acordo com Paviani (2016), a violência constitui um excesso no uso da força de um indivíduo sobre outro e está intrinsecamente ligada ao ato de violar a si e aos demais. Isso denota ações que ferem a dignidade humana, como ofensas, humilhações, agressões, torturas de ordem física ou psíquica. Sendo assim, a prática da violência está imbricada a situações que violam a liberdade e a vontade de determinado indivíduo.

Nessa conjuntura, a violência configura-se como o ato de violar a dignidade de uma pessoa, seja por ações, palavras, omissões ou qualquer outra modalidade, ocorrendo no interior das relações sociais e sendo permeada pelo contexto histórico, social e temporal de cada sujeito.

No que concerne à violência misógina, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) aborda a violência contra a mulher ocorrida no contexto familiar, definindo-a como

qualquer ação ou omissão baseada no gênero que ocasione morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, bem como dano moral e patrimonial (Brasil, 2006).

Dessa maneira, no que se refere aos tipos de violência misógina, a referida lei estipula, em seu artigo 7º, cinco modalidades: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. A violência física é entendida como toda conduta que cause danos à saúde ou à integridade corporal da mulher, como espancamentos, arremesso de objetos, estrangulamentos, sufocamentos e ferimentos ocasionados por armas de fogo ou objetos perfurocortantes, entre outras formas de agressão (Instituto Maria da Penha, 2022).

Em relação à violência psicológica, considera-se toda forma de conduta que cause dano emocional, diminuição da autoestima, prejuízo ao pleno desenvolvimento da mulher ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, convicções e poder de decisão. Entre essas práticas estão humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insultos, chantagens e ridicularizações (Instituto Maria da Penha, 2022).

Concernente à violência sexual, esta pode ser entendida como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, incluindo o estupro e outras práticas abusivas.

No que se refere à violência patrimonial, ela consiste no ato de reter, subtrair ou destruir, parcial ou totalmente, objetos da vítima, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, recursos econômicos, valores e direitos, além de itens de valor afetivo ou destinados à satisfação de suas necessidades.

4 Considerações finais

As considerações finais são sempre provisórias; não escrevo com o anseio de privatizar um campo teórico, tampouco de assumir uma posição de verdade plena e imutável. Escrevo com o intuito de contribuir para que a sala de aula seja um espaço de possibilidades, pluralidades e discussões acerca das questões que assolam a sociedade e que interferem nos processos de aprendizagem, bem como no desenvolvimento acadêmico e social dos/as estudantes.

Em hipótese alguma a escola encontra-se desconectada da realidade. Nesse sentido, a violência contra as mulheres precisa ser debatida dentro dos muros

escolares, seja nas aulas de Língua Portuguesa, Matemática ou Geografia, seja na Educação Infantil, no Ensino Médio ou no Ensino Superior.

A formação integral, voltada ao desenvolvimento da criticidade, à preparação para o mundo do trabalho e ao pleno exercício da cidadania, conforme asseveram os dispositivos legais, passa necessariamente pela Educação em Direitos Humanos.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 mar. 2026.

CUNHA, T. R. de A.; VALIENSE, J. M. A influência do machismo na violência de gênero contra a mulher. *In*: SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA, 17., 2021, Vitória da Conquista. **Anais [...]** Bahia: ODEERE, UESB, 2021. Disponível em: https://anais.uesb.br/index.php/sepab/article/viewFile/10278/10098?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 mar. 2026.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Disponível em: https://www.institutomariadapenha.org.br/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 mar. 2026.

PAVIANI, J. Conceitos e formas de violência. *In*: MODENA, M. (org.). **Conceitos e formas de violência.** Caxias do Sul: EDUCS, 2016. p. 8-20.

Educação midiática antirracista: a educação e o serviço social na defesa de direitos

Leonardo Pereira de Lima¹

1 Introdução

O presente trabalho aborda a educação midiática como estratégia central para a promoção de um diálogo antirracista, articulando as competências da Educação e as dimensões ético-políticas do Serviço Social na defesa dos direitos humanos. No contexto contemporâneo, a cultura digital e o ambiente midiático tornaram-se campos de disputa de narrativas nos quais o racismo estrutural se manifesta por meio de algoritmos, desinformação e invisibilização de subjetividades negras e quilombolas.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de instrumentalizar sujeitos para uma leitura crítica das mídias, visando romper com estereótipos históricos e promover a justiça social em territórios marcados por desigualdades, como o sertão pernambucano. O objetivo principal é analisar como a interseção entre essas áreas pode fortalecer a proteção de crianças e adolescentes contra violências simbólicas digitais, fomentando uma cidadania crítica e emancipatória.

2 Metodologia

Trata-se de um estudo de caráter teórico-reflexivo, fundamentado na análise documental e bibliográfica sobre as diretrizes da educação midiática e as normativas do Serviço Social, especialmente no que se refere ao projeto ético-político da profissão. A abordagem metodológica ancora-se na perspectiva histórico-crítica, utilizando como base autores que discutem o racismo estrutural, como Silvio Almeida (2019), a educação como prática da liberdade, como Paulo Freire (1996), e a dimensão investigativa do Serviço Social, como Yolanda Guerra (2009).

Os critérios de análise focalizam a interdependência entre a alfabetização midiática e o fortalecimento dos mecanismos de defesa de direitos previstos no Estatuto da

¹ Especialista em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Brasil; assistente social na Secretaria de Assistência Social e Habitação do município de Dormentes, Pernambuco, Brasil. E-mail: leonardo.p.lima@ufms.br.

Criança e do Adolescente (ECA), buscando identificar como o letramento digital pode constituir ferramenta relevante para o enfrentamento do racismo institucional e comunicacional.

3 Resultados

Os resultados apontam que a educação midiática, quando integrada a práxis do/a assistente social e do/a educador/a, possibilita que usuários/as dos serviços públicos identifiquem e denunciem o "racismo algorítmico" e as narrativas desumanizantes presentes nas redes digitais. Percebe-se que a interseção dessas áreas potencializa o uso das mídias não apenas como espaço de consumo, mas também como ambiente de produção de contranarrativas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial.

Entre os desafios identificados, destaca-se o chamado "*apartheid* digital", caracterizado pela desigualdade de acesso à conexão de qualidade em regiões periféricas e rurais, fator que limita a democratização da informação e o acesso pleno às tecnologias digitais. No entanto, a implementação de estratégias pedagógicas críticas, como oficinas de análise de imagens, leitura crítica das mídias e desconstrução de *fake news* racistas, demonstra-se um caminho relevante para a proteção integral de crianças e adolescentes, transformando-os de consumidores passivos em produtores de conteúdos éticos, críticos e comprometidos com a equidade.

4 Considerações finais

Conclui-se que a educação midiática constitui um campo imprescindível para a educação em direitos humanos no século 21, sendo capaz de promover práticas pedagógicas comprometidas com o respeito às diferenças, a valorização da diversidade e a justiça social. A articulação entre Educação e Serviço Social cria uma rede de proteção que ultrapassa o campo técnico, consolidando-se como frente de resistência antirracista no ambiente digital.

Como desdobramento, destaca-se a necessidade de fortalecimento de políticas públicas que incorporem o letramento midiático aos planos de assistência social e à educação básica, reforçando o uso crítico das tecnologias como dimensão fundamental para a formação de uma cidadania verdadeiramente democrática e antirracista.

Referências

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília-DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In*: Conselho Federal de Serviço Social. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2015.

Educação midiática, representatividade e combate ao racismo estrutural na promoção dos direitos humanos

Líliam Aparecida Olegário¹

1 Introdução

Na sociedade contemporânea, marcada pela presença constante das tecnologias digitais e das redes sociais, a circulação de informações ocorre de forma rápida e intensa. Nesse contexto, a educação midiática torna-se fundamental para desenvolver a capacidade crítica dos indivíduos diante dos conteúdos consumidos e compartilhados no ambiente digital. As mídias exercem grande influência na construção de percepções sociais, podendo contribuir tanto para a valorização da diversidade quanto para a reprodução de preconceitos e desigualdades sociais.

No caso do racismo estrutural, a forma como pessoas negras são representadas na mídia pode reforçar estereótipos ou promover reflexões importantes sobre igualdade e justiça social. Conforme destaca Freire (1996), a educação deve contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender a realidade social e atuar em sua transformação.

Assim, este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel da educação midiática na promoção dos direitos humanos e no enfrentamento do racismo estrutural, destacando a importância da representatividade nos meios de comunicação e da análise crítica das narrativas presentes na mídia.

2 Metodologia

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo de caráter teórico-reflexivo, desenvolvido a partir das discussões e conteúdos abordados no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades. A reflexão fundamenta-se na análise de conceitos relacionados à educação midiática, aos direitos humanos e à representatividade racial nos meios de comunicação.

¹ Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Anhanguera, São Paulo, Brasil; agente comunitária de saúde na Secretaria Municipal de Saúde de Piracicaba, São Paulo, Brasil; voluntária na comunidade como alfabetizadora e ministrando aulas de reforço em Matemática para crianças do Ensino Fundamental I e II. E-mail: olegariolilium@gmail.com.

Além da revisão dos conteúdos estudados ao longo do curso, o trabalho também considera reflexões relacionadas à atuação voluntária em ações comunitárias, observando como as mídias digitais influenciam a circulação de informações e a construção de percepções sociais na comunidade. Dessa forma, busca-se relacionar os conceitos teóricos às experiências observadas no cotidiano social, especialmente no que se refere às questões de diversidade, igualdade racial e cidadania.

3 Resultados

A análise das discussões realizadas ao longo do curso evidencia que a mídia possui papel significativo na formação de opiniões e na construção de imaginários sociais. A maneira como determinados grupos são representados nos meios de comunicação pode influenciar diretamente a forma como são percebidos pela sociedade. No caso da população negra, observa-se que, historicamente, muitas representações midiáticas contribuíram para a reprodução de estereótipos e desigualdades.

Nesse contexto, a educação midiática surge como ferramenta importante para estimular o pensamento crítico e promover reflexões sobre diversidade e representatividade. Ao aprender a analisar conteúdos midiáticos de forma crítica, os indivíduos tornam-se mais capazes de identificar discursos discriminatórios e compreender as relações de poder presentes na sociedade.

A experiência de atuação voluntária em atividades comunitárias também possibilitou observar como as redes sociais influenciam a forma como as pessoas acessam e compartilham informações. Em alguns casos, conteúdos disseminados nas mídias podem reproduzir preconceitos ou informações distorcidas. Por outro lado, essas mesmas plataformas também podem ser utilizadas para promover campanhas educativas, divulgar informações confiáveis e estimular o respeito à diversidade. Dessa forma, a educação midiática mostra-se fundamental para orientar o uso consciente das mídias e fortalecer valores relacionados aos direitos humanos e à igualdade racial.

4 Considerações finais

A reflexão desenvolvida neste estudo evidencia a importância da educação midiática como instrumento para a promoção dos direitos humanos e para o enfrentamento do racismo estrutural. Ao estimular o pensamento crítico e a análise

consciente das mensagens presentes na mídia, torna-se possível questionar estereótipos e ampliar a valorização da diversidade racial na sociedade.

Nesse sentido, a educação midiática pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, capazes de utilizar as mídias de forma ética, responsável e comprometida com os princípios da igualdade, da justiça social e do respeito às diferenças. Como perspectiva futura, destaca-se a importância de ampliar iniciativas educativas que integrem educação midiática e educação em direitos humanos, fortalecendo práticas voltadas à construção de uma sociedade mais inclusiva, democrática e comprometida com a valorização da diversidade.

Referências

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em:
<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.
Acesso em: 10 mar. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**.
São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Educação midiática e direitos humanos na formação de jovens atletas: desafios e possibilidades na EJA

Luís Augusto Gomes Sacramento¹

1 Introdução

A educação em direitos humanos tem se consolidado como um campo fundamental para a promoção de práticas educativas comprometidas com a democracia, a justiça social e o reconhecimento das diversidades. Em um contexto marcado pela expansão da cultura digital e pela intensa circulação de informações nas mídias, torna-se necessário integrar a educação midiática às práticas pedagógicas. Essa articulação contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico diante de discursos, narrativas e representações que circulam no ambiente midiático, muitas vezes atravessados por desigualdades sociais, raciais e de gênero. Nesse sentido, a educação midiática, associada aos princípios dos direitos humanos, fortalece processos formativos voltados à leitura crítica da realidade e à valorização da diversidade no ambiente educacional contemporâneo.

Esse debate torna-se ainda mais relevante no contexto de jovens atletas em processo de escolarização, especialmente aqueles vinculados à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Muitos desses/as estudantes apresentam trajetórias escolares marcadas por interrupções, dificuldades de aprendizagem e desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que convivem com fortes narrativas midiáticas sobre sucesso e profissionalização no esporte.

Diante desse cenário, este trabalho analisa como práticas educativas baseadas na educação midiática e nos direitos humanos podem contribuir para a formação crítica desses/as estudantes. Assim, busca-se discutir possibilidades pedagógicas que fortaleçam a formação cidadã de jovens atletas da EJA, promovendo reflexões sobre desigualdades, diversidade e uso crítico das mídias no contexto educacional.

2 Metodologia

A experiência relatada foi desenvolvida no contexto da formação educacional de jovens atletas das categorias de base do Esporte Clube Bahia, no âmbito das ações

¹ Especialista em Gestão e Docência em Educação a Distância pela Faculdade Venda Nova do Imigrante, Espírito Santo, Brasil; coordenador educacional do Esporte Clube Bahia, Brasil. E-mail: luis.sacramento20@gmail.com.

do Departamento de Desenvolvimento Humano, especialmente do setor pedagógico. O público envolvido foi composto por atletas entre 14 e 20 anos, oriundos de diferentes regiões do país e com trajetórias escolares diversas, sendo que cerca de 30% apresentam perfil de estudantes da EJA.

A iniciativa surgiu da necessidade de fortalecer práticas educativas que dialogassem com as experiências sociais e midiáticas desses/as jovens, considerando a forte presença das mídias digitais na construção de referências culturais, identitárias e profissionais no universo do esporte. Nesse sentido, o projeto pedagógico buscou articular educação midiática e educação em direitos humanos como estratégias para estimular reflexão crítica, valorização da diversidade e ampliação do repertório formativo dos/das atletas-estudantes.

As ações foram organizadas ao longo do calendário formativo do setor pedagógico, envolvendo atividades, assembleias, oficinas temáticas e análise crítica de conteúdos midiáticos relacionados ao esporte e à sociedade. Entre os recursos utilizados destacam-se vídeos, reportagens, campanhas institucionais e materiais educativos digitais, que serviram como base para discussões coletivas sobre racismo, igualdade de gênero e respeito às diversidades.

As estratégias pedagógicas privilegiaram o diálogo, a problematização de narrativas midiáticas sobre o futebol e a análise de discursos discriminatórios presentes no ambiente digital. Dessa forma, buscou-se integrar esporte, educação e direitos humanos, contribuindo para a formação cidadã e para o desenvolvimento crítico dos/das jovens atletas.

3 Resultados

Os resultados indicam que a inserção de práticas pedagógicas orientadas pela educação midiática e pelos princípios da educação em direitos humanos contribuiu para ampliar a capacidade crítica dos/das jovens atletas em relação às narrativas presentes nas mídias esportivas e nas redes sociais.

As atividades desenvolvidas possibilitaram a problematização de discursos frequentemente naturalizados no universo do futebol, especialmente aqueles associados a estereótipos raciais, desigualdades sociais e normas de gênero. Ao analisar conteúdos midiáticos e discutir suas implicações, os atletas passaram a reconhecer, de forma mais consciente, como determinadas representações são produzidas e disseminadas no ambiente digital.

Outro resultado relevante foi a aproximação entre os debates sobre direitos humanos e as experiências concretas vividas pelos/as jovens atletas em seu cotidiano esportivo e escolar. As atividades, assembleias e oficinas temáticas favoreceram o diálogo sobre respeito, diversidade e convivência ética, ampliando o repertório reflexivo dos participantes. Observou-se maior sensibilidade diante de situações de preconceito e discriminação, além do fortalecimento da capacidade argumentativa dos estudantes ao tratar de temas sociais presentes no esporte e na sociedade.

Entretanto, a experiência também evidenciou desafios e limites. Persistem concepções naturalizadas sobre masculinidades no futebol e a influência de discursos discriminatórios amplamente difundidos nas mídias e nas redes sociais. Apesar dessas tensões, a experiência demonstra que o uso crítico, responsável e pedagógico das mídias no ambiente educacional pode constituir-se como estratégia relevante para promover reflexões sobre direitos humanos e diversidade, contribuindo para a formação cidadã de jovens atletas inseridos em contextos educacionais marcados por desigualdades sociais.

4 Considerações finais

As reflexões apresentadas evidenciam que a articulação entre educação midiática e educação em direitos humanos constitui uma estratégia pedagógica relevante para a formação crítica de jovens atletas.

A experiência demonstrou que o uso pedagógico das mídias favorece a problematização de discursos discriminatórios e amplia o debate sobre diversidade, respeito e justiça social no ambiente educativo. Ao estimular a leitura crítica das narrativas midiáticas presentes no universo do esporte, as práticas desenvolvidas contribuíram para fortalecer valores relacionados à convivência democrática, à valorização das diferenças e à construção de uma formação cidadã mais consciente.

Como desdobramento, destaca-se a importância de ampliar e sistematizar iniciativas que integrem educação midiática às práticas educativas voltadas à promoção dos direitos humanos, especialmente em contextos educativos vinculados ao esporte.

A continuidade da proposta pode envolver projetos interdisciplinares, oficinas formativas e novas estratégias pedagógicas que aprofundem o debate sobre

mídia, diversidade e cidadania. Assim, reforça-se que o uso crítico e responsável das mídias pode contribuir de maneira significativa para a formação de sujeitos mais conscientes, participativos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências

BARRETO, C. P. de S. *et al.* *Aporofobia, racismo, meio ambiente e direitos humanos: o papel da educação midiática*. In: Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades. **Texto básico – Unidade 6**. Brasília: Universidade de Brasília; Universidade Federal de Uberlândia, 2025-2026.

MAIA, M. Fundamentos de educação em direitos humanos e diversidades: como essa discussão pode contribuir para a melhoria e desenvolvimento do ambiente escolar. In: *Curso de Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades*. **Unidade 1 – Texto básico**. Brasília: Universidade de Brasília; Ministério da Educação, 2025.

Práticas multiletradas para o trabalho pedagógico sobre sexualidades dissidentes no Instagram

Marcos da Silva Cruz¹

1 Introdução

Esta pesquisa resulta de minha experiência formativa no curso de especialização em Linguagens, Tecnologia e Educação, promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais, e no curso de aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades, sediado pela Universidade Federal de Uberlândia.

Esses dois momentos culminam no objetivo de propor uma correlação entre as práticas de multiletramento e os estudos sobre sexualidades dissidentes, voltada para alunos do Ensino Médio. Para isso, situado no âmbito disciplinar de Língua Portuguesa, resgato o projeto "Vozes que ecoam (n)o mundo: as identidades sexuais em aulas de Língua Portuguesa" (Cruz, 2023), a partir do qual descrevo os princípios de uma prática pedagógica multiletrada como forma de articulação entre as materialidades linguísticas e as formas culturalmente situadas de representação das identidades sexuais marginalizadas na cultura brasileira.

A proposta em tela intenta a elaboração de uma réplica aos comportamentos fóbicos cristalizados no cotidiano escolar. Nos diferentes cenários de ensino, é comum cotejar expressões como "ei, viadinho", "ei, gayzinho", "ele é bicha", as quais exemplificam uma política de "heteroterrorismo" (Miskolci, 2017), isto é, uma inserção naturalizada de uma hierarquia entre identidades heterossexuais e homo e/ou transexuais.

Nessa esteira, há a necessidade de construção de percursos formativos que permitam, simultaneamente, o debate sobre preconceitos e formas de resistência em torno das identidades sexuais, bem como elucidar o papel das linguagens em ambientes de interação digital nesse processo. Com esse contrabando pedagógico *queer* (Mazzaro, 2021; Melo, 2024), espera-se que os discentes do Ensino Médio possam desenvolver uma postura analítica sobre as formas de representação de grupos sociais marginalizados, bem como serem

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: marcoscruz.digital@gmail.com.

instrumentalizados para a elaboração de gestos de prevenção de comportamentos preconceituosos.

2 Multiletramentos: uma perspectiva teórico-metodológica

Essa proposta recupera o conceito de multiletramentos, tendo em vista a capacidade de articulação de duas dimensões centrais para o trabalho do docente de Língua Portuguesa. A partir de Cope e Kalantzis (2000), compreendo que, quando os/as alunos entram em contato com um gênero midiático em uma rede social, precisam mobilizar habilidades linguísticas e socioculturais. Essa equação materializa-se por meio das formas de descrição, validação e invalidação textuais sobre os tipos de traços identitários considerados adequados em uma cultura, como idade, raça, classe, gênero e, para meu interesse, sexualidade.

Com a associação dos planos linguístico e sociocultural por meio da produção e do consumo de gêneros midiáticos, a proposta do projeto foi desenhada para o ambiente da rede social *Instagram*, com a produção de três gêneros nativos digitais: a publicação no *feed*, os *stories* e os vídeos do *reels*.

Para isso, a sequência foi organizada em quatro módulos, os quais comportavam sete oficinas, sequenciadas em uma escala de complexidade que percorre notícias, reportagens e publicações para o Instagram. Em cada módulo, os discentes estabelecem contato com gêneros midiáticos e fazem uso de ambientes nativos digitais, como o *Instagram*, o *Trello* e o *Google Docs*. A fim de desenvolver progressivamente a consciência linguística e cultural dos alunos, as atividades preveem o cotejamento dos recursos verbais e visuais, das razões de escolha e dos efeitos empreendidos para a representação de *gays*, *lésbicas* e *transexuais*.

3 Resultados

Tendo em vista o objetivo de propor um trajeto de inserção de alunos do Ensino Médio em práticas letradas sobre questões de sexualidades dissidentes, elenco dois momentos das oficinas que evidenciam as formas de trabalho com as dimensões multiletradas da linguagem. Conforme as figuras 1 e 2, que ilustram oficinas específicas do projeto em tela, pretendo salientar a organização pedagógica das reflexões sobre a natureza múltipla das práticas sociais em ambientes digitais.

Figuras 1 e 2 – Exemplos de oficinas do projeto

16



Para o primeiro texto, sobre Timbira do Maranhão, levante as seguintes questões aos alunos:

- Na manchete da notícia, como é feita a referência a Timbira? E no corpo do texto?
 - A notícia refere-se a Timbira como "primeiro mártir da homofobia no Brasil", como "personagem histórico", "santidade indígena", mas também, por parte dos portugueses, como luxurioso.
- A imagem usada para ilustrar a notícia apresenta uma figura positiva ou negativa para Timbira do Maranhão?
 - Positiva, pois evidencia o rosto centralizado do personagem histórico, além de ter utilizado uma pintura que imprime a imagem de calma e serenidade. Ainda, por conta dos adornos em volta da cabeça, é possível dizer que ele é representado de modo santificado.
- Como a "homossexualidade" era vista no período colonial brasileiro? Como ela repercute até os dias de hoje?
 - Com base argumentativa de cunho religioso, o que chamamos de homossexualidade hoje era uma categoria de identificação marginalizante no período colonial, uma vez que era vista como pecado da luxúria e destoante da pretensão masculina indígena. Ainda hoje presenciamos argumentos da mesma natureza, os quais classificam as relações homossexuais como pecaminosas e perigosas, o que acaba por motivar comportamentos preconceituosos e violentos.

Além da publicação no Feed do Instagram, oriente os alunos a análise de outros dois tipos de textos nativos da rede social, os *Reels* e os *Stories*. Para o primeiro, apresente a imagem abaixo e proponha as perguntas:



- Que tipo de imagem é usada? Qual a função dela?
 - Via de regra, as imagens utilizadas nesse tipo de texto, chamadas de capas ou thumbs, buscam sintetizar o aspecto crucial do tema e/ou despertar curiosidade no usuário para assistir o vídeo por completo.
- Os vídeos devem ser longos ou curtos? Por quê?
 - Em decorrência da dinâmica de rapidez implementada pelas redes sociais, os vídeos não podem ser muito longos, sobretudo no Instagram, para não inibir o desejo do usuário de assisti-lo ou que, no meio do processo de audiência, gere a desistência.

Dica docente!
Ao abordar a questão do tempo de adesão de um usuário a um vídeo, você pode exemplificar esse processo por meio de outras redes sociais, como Tik Tok e Youtube, onde as durações das gravações são características.

Fonte: Cruz, 2023.

A figura 1 corresponde à primeira oficina do módulo inicial, na qual os/as alunos/as são convidados/as a analisar os modos de representação de três figuras sexualmente dissidentes na cultura brasileira (Timbira do Maranhão, Sissy Kelly e Marielle Franco). Para entender o papel performativo da descrição jornalística, os/as discentes são convocados/as a inquirir sobre as escolhas lexicais indexadoras dos personagens, as seleções imagéticas (de valorização ou não) e a denotação dos termos denominadores dos grupos (homossexual, lésbica e transexual). Há, nesse último gesto, uma intenção interdisciplinar, a partir da qual o professor de Língua Portuguesa necessita do auxílio do professor de História para explicar o papel de instituições de validação identitária (como a Igreja e a Justiça) na descrição de práticas sexuais, bem como na preservação desses valores nas práticas sociais contemporâneas.

Na figura 2, correspondente à primeira oficina do módulo 4, as práticas multiletradas concretizam-se por meio da investigação da composição do reels como gênero nativo digital. Nessa direção, os/as estudantes são conduzidos a refletir sobre as características dos textos verbo-visuais e suas motivações estilísticas, como a escolha da imagem de capa do vídeo, a duração e a organização das informações, a fim de manter o usuário até o fim do produto visual. De igual modo, na segunda oficina do mesmo módulo, os/as alunos são introduzidos em ambientes nativos de organização da dinâmica de trabalho e de

escrita on-line, os quais correspondem, respectivamente, ao aplicativo *Trello* e ao *Google Docs*, nos quais os discentes tomam conhecimento das relações singulares de comunicação (como o compartilhamento de texto e tarefas no *Trello*) e de produção e revisão textual síncrona e colaborativa no *Google Docs*.

4 Considerações finais

Com a constatação de um recrudescimento de posturas fóbicas em relação às sexualidades no ambiente escolar e da pouca expressividade de propostas didáticas para a introdução da discussão em aulas de Língua Portuguesa, avento um percurso para o trabalho pedagógico do professor de línguas. Com a mobilização de uma perspectiva multiletrada, a proposição sintetizada visa à correlação entre uma investigação linguística, uma análise sociológica sobre as representações da sexualidade e as especificidades de produção de sentidos em leitura e escrita em ambientes digitais.

Almejo, com isso, a pavimentação inicial de pesquisas interessadas na proposição e no aprofundamento de outras abordagens teórico-metodológicas e temáticas, que preparem os/as alunos/as da educação básica para o exercício crítico da cidadania.

Referências

COPE, B.; KALANTZIS, M. **Multiliteracies**: literacy learning and the design of social futures. London: Routledge, 2000.

CRUZ, M. S. **As vozes que ecoam (n)o mundo**: as identidades sexuais em aulas de Língua Portuguesa. 2023. Monografia (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

MAZZARO, D. Por uma educação linguística queer: estranhando conceitos e práticas. **Gragoatá**, Niterói, v. 26, n. 56, p. 1.052-1.084, 2021. DOI: 10.22409/gragoata.v26i56.49224. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/49224>. Acesso em: 10 mar. 2026.

MELO, I. F. **Linguística queer**. Campinas: Pontes, 2024.

MISKOLCI, R. Origens históricas da teoria queer. In: MISKOLCI, R. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 21-35.

Educação midiática na formação docente como estratégia para a promoção dos direitos humanos

Marieta Nobre de Moraes¹

1 Introdução

No contexto contemporâneo, a vida social e as experiências cotidianas estão profundamente conectadas às mídias, que influenciam significativamente a maneira como os sujeitos constroem conhecimentos, interagem socialmente e compreendem o mundo. As interações sociais, os processos de aprendizagem e o acesso à informação ocorrem, cada vez mais, em ambientes mediados por tecnologias digitais. Nesse cenário, crianças e adolescentes passam a ter contato com o universo digital ainda nos primeiros anos de vida, incorporando o uso de telas, redes sociais, vídeos e aplicativos à sua rotina diária.

Diante dessas transformações, as funções historicamente atribuídas à escola também passam por mudanças. Além de ensinar conteúdos relacionados à leitura, à escrita e à interpretação, torna-se necessário que a instituição escolar contribua para o desenvolvimento da capacidade de compreender, analisar e interpretar criticamente as mídias presentes no cotidiano dos estudantes. Nessa perspectiva, a educação midiática configura-se como elemento fundamental para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender como as informações são produzidas, circulam e são consumidas na sociedade contemporânea.

Essa abordagem dialoga com os estudos sobre letramento e práticas sociais da linguagem desenvolvidos por Angela Kleiman (1995), que destacam a relação entre o uso da linguagem e os contextos sociais em que ela ocorre. Diante desse cenário, coloca-se o seguinte questionamento: de que maneira as mídias influenciam os/as estudantes e como a escola pode promover um uso crítico e responsável desses recursos, contribuindo para o fortalecimento da cidadania, dos direitos humanos e do respeito às diversidades?

O objetivo deste estudo é analisar o papel da educação midiática na formação docente, discutindo de que maneira as mídias, quando utilizadas de forma pedagógica e crítica, podem contribuir para a promoção de valores democráticos,

¹ Mestranda em Sociedade e Desenvolvimento na Universidade Estadual do Paraná, Brasil; professora substituta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, campus Pitanga, Brasil. E-mail: prof.marietamorais@gmail.com.

ao mesmo tempo em que apresentam desafios e tensões que precisam ser problematizados no contexto educacional.

2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. A análise fundamenta-se em produções acadêmicas sobre educação midiática, letramento e cultura digital, dialogando com autores como David Buckingham (2007), que discute a educação para as mídias; Paulo Freire (1987), cujas contribuições abordam a educação crítica e emancipatória; e Angela Kleiman (1995), que compreende o letramento como prática social vinculada aos contextos de uso da linguagem.

Também são analisados documentos normativos e políticas públicas educacionais brasileiras, entre os quais a Base Nacional Comum Curricular, a Estratégia Brasileira de Educação Midiática e a Política Nacional de Educação Digital, além das Diretrizes para o Uso de Dispositivos Digitais na Educação Básica. Consideram-se, ainda, marcos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que tratam da proteção e dos direitos de crianças e adolescentes no ambiente digital.

A análise dos documentos e da literatura ocorre de forma interpretativa, buscando identificar convergências entre as políticas educacionais e as discussões teóricas sobre educação midiática, letramento e formação cidadã no contexto da cultura digital.

3 Resultados

A análise da literatura especializada e dos documentos normativos indica que as mídias podem constituir importantes recursos pedagógicos quando utilizadas de forma crítica e contextualizada no processo educativo. O uso de filmes, notícias, vídeos e conteúdos digitais em sala de aula contribui para ilustrar conteúdos, ampliar o acesso à informação e tornar o ensino mais dinâmico e próximo da realidade dos estudantes. Nesse sentido, a educação midiática favorece o desenvolvimento de habilidades de leitura crítica, interpretação e produção de conteúdos, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de participar da vida democrática.

Entretanto, os estudos também apontam desafios relacionados ao uso das mídias no contexto educacional. As plataformas digitais são influenciadas por algoritmos

e interesses comerciais que podem impactar o fluxo de informações e a formação de opiniões. Além disso, fenômenos como desinformação, discursos de ódio e *cyberbullying* evidenciam riscos associados ao uso não crítico das mídias. Conforme destaca Buckingham (2007), a educação midiática deve promover não apenas o acesso às tecnologias, mas também o desenvolvimento de competências críticas para compreender os processos de produção, circulação e interpretação das mensagens midiáticas.

No Brasil, as políticas educacionais demonstram a incorporação progressiva da educação midiática nas diretrizes curriculares. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) inclui essa temática no Campo Jornalístico-Midiático da área de Língua Portuguesa, incentivando práticas de leitura crítica e produção em diferentes mídias. Iniciativas como a Estratégia Brasileira de Educação Midiática e a Política Nacional de Educação Digital reforçam o desenvolvimento de competências digitais e midiáticas. De forma complementar, as Diretrizes para o Uso de Dispositivos Digitais na Educação Básica destacam a importância da formação docente e da proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, em diálogo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Outro aspecto relevante refere-se ao potencial pedagógico da produção de conteúdos midiáticos pelos/as estudantes. Atividades como a criação de vídeos, *podcasts* ou textos digitais estimulam a participação ativa no processo comunicativo, favorecendo autonomia, responsabilidade e consciência crítica no uso das mídias. Essa perspectiva aproxima-se da concepção de educação crítica defendida por Freire (1987), que compreende a educação como prática de liberdade e diálogo voltada à formação de sujeitos conscientes de seu papel na sociedade.

4 Considerações finais

Diante dos desafios da sociedade da informação, a educação midiática assume papel central na formação de sujeitos críticos e conscientes. Os resultados indicam que sua inserção na formação docente e nas práticas pedagógicas contribui para que a escola não apenas utilize as mídias como recursos didáticos, mas também promova reflexões sobre seus impactos sociais, culturais e políticos. Assim, configura-se como estratégia relevante para a promoção dos direitos humanos, da cidadania e do respeito à diversidade, fortalecendo a escola como espaço de formação democrática.

Nesse sentido, torna-se fundamental ampliar estudos e práticas voltadas à educação midiática e investir na formação docente para o uso crítico, ético e responsável das mídias no contexto educacional. O aprofundamento desse debate pode contribuir para propostas educativas que fortaleçam a participação cidadã, a valorização das diversidades e o enfrentamento da desinformação no ambiente digital.

Referências

BUCKINGHAM, D. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Loyola, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de março de 2025**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2025. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2019/11/resolucao-cne-02.2025.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática (EBEM)**. Brasília-DF. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023_secom_spdigi_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf/view. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Presidência da República, 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Brasília-DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023.** Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Brasília-DF: Presidência da República, 2023. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm.
Acesso em: 10 mar. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

Educação digital e cidadania na interação universidade-comunidade

Martha Maria Bernhardt da Silveira Leite¹

1 Introdução

A intensificação do uso das tecnologias digitais no cotidiano tem transformado as formas de interação, comunicação e produção de conhecimento, exigindo da educação novas estratégias formativas voltadas à construção de uma cidadania digital crítica e responsável. Nesse contexto, a educação midiática assume papel central na promoção e defesa dos direitos humanos e das diversidades, especialmente diante dos desafios relacionados à desinformação, à cultura do ódio e às violações de direitos no ambiente virtual.

O presente resumo apresenta uma experiência extensionista desenvolvida por acadêmicas do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Polo Uberaba, junto à ONG Projeto UFUBERABA. A ação teve como objetivo promover a conscientização sobre o uso ético, seguro e responsável da internet, articulando educação digital, proteção de crianças e adolescentes e valorização da diversidade, fortalecendo práticas educativas comprometidas com a justiça social.

2 Metodologia

A experiência foi realizada no âmbito da disciplina ACE II, a partir de diálogo prévio com a coordenação da ONG, visando identificar demandas formativas da comunidade atendida. Participaram da ação crianças, adolescentes e adultos, em atividades organizadas conforme as especificidades de cada faixa etária.

Foram elaborados materiais pedagógicos autorais e propostas diferenciadas. Para as crianças, desenvolveu-se um caça-palavras temático com conceitos relacionados à segurança digital e ao respeito; para adolescentes e adultos, foram promovidas rodas de conversa e mediações orientadas no laboratório de informática. A proposta fundamentou-se na perspectiva freireana de educação problematizadora, priorizando o diálogo, a escuta ativa e a construção coletiva do conhecimento.

¹ Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: martha.leite@ufu.br.

3 Resultados

As atividades desenvolvidas evidenciaram significativo engajamento dos/as participantes, especialmente das crianças, que demonstraram compreensão dos conceitos trabalhados por meio das interações e discussões realizadas. A abordagem lúdica favoreceu a assimilação de conteúdos relacionados à proteção no ambiente digital, como cuidados com dados pessoais e prevenção ao *cyberbullying*.

Entre os/as adolescentes e adultos, as rodas de conversa possibilitaram reflexões críticas sobre exposição nas redes sociais, responsabilidade nas publicações e respeito às diferenças. A interação intergeracional no laboratório de informática fortaleceu o diálogo comunitário e ampliou a compreensão sobre os impactos sociais das mídias digitais.

Os resultados indicam que a educação midiática, quando contextualizada à realidade dos sujeitos, contribui para o fortalecimento da autonomia, da consciência crítica e da defesa dos direitos humanos, além de reafirmar o papel social da universidade pública na promoção da inclusão e da equidade.

4 Considerações finais

A experiência demonstrou que a articulação entre educação digital e direitos humanos potencializa práticas pedagógicas comprometidas com a formação cidadã. A atuação extensionista possibilitou integrar teoria e prática, consolidando aprendizagens significativas tanto para a comunidade quanto para as acadêmicas envolvidas.

Como desdobramento, recomenda-se a continuidade de ações formativas em parceria com instituições comunitárias, ampliando espaços de diálogo sobre o uso crítico das mídias e o fortalecimento das diversidades. A educação midiática configura-se como instrumento estratégico para a construção de uma cultura digital ética, inclusiva e socialmente responsável.

Referências

BRASIL. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024**. Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm.

Acesso em: 18 maio 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa.
São Paulo: Paz e Terra, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Diretrizes de extensão da UFU**.
Uberlândia: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, 2023.

**Educação midiática, direitos humanos e inclusão em uma Escola do Campo:
práticas pedagógicas com tecnologias no Atendimento Educacional
Especializado**

Milena Rosane da Silva¹

1 Introdução

A educação pública brasileira enfrenta o desafio histórico de garantir equidade no acesso, na permanência e na aprendizagem, especialmente em territórios rurais, onde as desigualdades sociais e digitais se tornam mais evidentes. Nas Escolas do Campo, o acesso à tecnologia é frequentemente limitado, o que impacta diretamente as oportunidades formativas dos estudantes. Nesse cenário, a incorporação de tecnologias digitais às práticas pedagógicas configura-se não apenas como inovação pedagógica, mas também como estratégia de justiça social e territorial.

No âmbito da Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial (CNE/CEB, 2001), constitui um serviço complementar e suplementar à escolarização dos/as estudantes público-alvo da Educação Especial e tem como finalidade eliminar barreiras e promover a participação ativa no ensino regular, assegurando o direito à educação com qualidade social.

Essa prática é orientada pelos princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que asseguram o direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades. Nas Escolas do Campo, tais dispositivos ganham maior relevância social, pois a exclusão tende a ser potencializada pelas desigualdades territoriais.

O presente estudo sistematiza a experiência de aplicação do "Projeto Sala de Recursos Interativa", desenvolvida em uma Escola do Campo, em Brasília – DF, cujo objetivo consistiu em qualificar o atendimento aos/às estudantes público-alvo da Educação Especial por meio da incorporação de tecnologias digitais interativas nos atendimentos pedagógicos. Essa proposta articula educação

¹ Mestranda em Educação na Universidade de Brasília, Brasil; professora efetiva da rede pública estadual de educação do Distrito Federal, Brasil. E-mail: milena.rosane@gmail.com.

mediática, direitos humanos e inclusão, reafirmando a tecnologia como meio de democratização do conhecimento e promoção da dignidade humana.

Com o objetivo de promover aprendizagens significativas por meio do uso de recursos tecnológicos, jogos e programas cooperativos, buscando aprimorar o processo de ensino-aprendizagem com equidade e garantindo a inclusão digital independentemente da condição socioeconômica dos estudantes, o projeto possibilitou integração com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente no eixo Educação em Direitos Humanos, valorizando a diversidade social.

2 Metodologia

Esta experiência caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, fundamentada na sistematização de práticas pedagógicas desenvolvidas no AEE.

A metodologia envolveu planejamento participativo, implementação de recursos tecnológicos interativos (tela interativa, computadores conectados à internet, *softwares* acessíveis, jogos cooperativos digitais, plataformas adaptadas e demais recursos tecnológicos) e acompanhamento contínuo do desenvolvimento cognitivo, comunicacional e participativo dos estudantes.

As intervenções priorizaram estratégias de mediação tecnológica e foram planejadas considerando o Plano Educacional Individualizado (PEI), atendendo às especificidades de cada estudante, respeitando suas individualidades e potencialidades, favorecendo a comunicação alternativa, a participação, o letramento digital, a organização do pensamento lógico e a interação social.

A formação docente constituiu etapa essencial nesse processo. A educação midiática, compreendida como instrumento de leitura do mundo digital e ferramenta alinhada à Política Nacional de Educação Digital, possibilitou a inclusão digital dos/as estudantes da Educação Especial de uma Escola do Campo, em Brasília-DF, conforme evidenciado nos resultados.

A coleta de dados ocorreu por meio de registros pedagógicos, observação participante, relatórios de evolução dos estudantes e análise qualitativa das interações em ambiente digital, bem como da maior participação nas atividades propostas no contexto escolar. O processo avaliativo considerou indicadores como

engajamento, autonomia, participação, desenvolvimento de habilidades cognitivas e digitais, além do fortalecimento do vínculo escola-comunidade.

3 Resultados

Os resultados observados evidenciam avanços significativos no processo de inclusão e aprendizagem, conforme relatos apresentados em reuniões pedagógicas com professores/as regentes e coordenação pedagógica. Entre os aspectos identificados, destacaram-se o maior engajamento e motivação dos/as estudantes durante as atividades desenvolvidas na Sala de Recursos – AEE, a ampliação da interação e da participação ativa nas propostas pedagógicas, além da melhoria na comunicação dos/as estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente por meio de recursos visuais e tecnológicos.

Também foram observados maior desenvolvimento de habilidades cognitivas relacionadas à memória, atenção e resolução de problemas, assim como a aquisição de competências digitais básicas e o fortalecimento do vínculo escola-comunidade, com maior participação das famílias.

No campo da educação midiática, observou-se avanço na capacidade dos/as estudantes de compreender e utilizar recursos digitais. O uso das tecnologias mostrou-se mediador do conhecimento e instrumento de equidade pedagógica, reduzindo barreiras comunicacionais, ampliando possibilidades de expressão, favorecendo a personalização do ensino e permitindo adequações curriculares mais efetivas.

A mediação do professor da Sala de Recursos – AEE possibilitou discussões no contexto escolar acerca da importância do uso consciente das tecnologias, do respeito às diferenças e da valorização da diversidade, dialogando diretamente com o eixo da Educação em e para os Direitos Humanos.

Além do impacto direto sobre os/as estudantes atendidos, o projeto demonstrou potencial de descentralização territorial, podendo beneficiar outras Escolas do Campo e ampliar práticas inovadoras na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. A experiência evidencia que a inclusão digital, quando orientada por princípios de equidade, contribui para o desenvolvimento socioeconômico local e para a redução das desigualdades educacionais.

4 Considerações finais

A sistematização da experiência do Projeto Sala de Recursos Interativa demonstrou que a incorporação das tecnologias digitais no AEE potencializou a inclusão escolar e a democratização do conhecimento, especialmente em territórios rurais marcados por vulnerabilidades sociais. Amparada pelas políticas públicas de educação digital e direitos humanos, a experiência reafirmou que a tecnologia, quando articulada à justiça social e à formação humana integral, constitui-se como ferramenta estratégica para a efetivação da educação inclusiva.

Por fim, a experiência confirmou que a educação inclusiva implica transformação social, política e pedagógica. Ao integrar a tecnologia às práticas pedagógicas, o projeto promoveu acessibilidade, equiparação de oportunidades e valorização da diversidade social.

Como afirma Paulo Freire, “a educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” (Freire, 1987, p. 68). Nesse sentido, a tecnologia não se configura como um fim em si mesma, mas como meio de promoção da autonomia, do protagonismo estudantil e do desenvolvimento das aprendizagens.

O Projeto Sala de Recursos Interativa consolidou-se, assim, como espaço de mediação pedagógica, tecnológica, de cidadania digital e de fortalecimento da escola pública enquanto território de garantia de direitos.

Referências

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 14 set. 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023.** Institui a Política Nacional de Educação Digital. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm. Acesso em: 20 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Protagonismo de professoras autistas para educação midiática em direitos humanos

Neila Isabel Viana¹

1 Introdução

Vivemos em um mundo globalizado, no qual as informações e as *fake news* são transmitidas com grande velocidade e intensidade. Embora tenha havido avanços significativos nas questões tecnológicas, nem toda a população consegue acesso a esses meios digitais. Em vista disso, é necessário trabalhar, de forma sistematizada, esse fluxo informacional, para que não sejam propagados dados estigmatizados e para que as notícias não sejam recebidas de forma distorcida. Além disso, é fundamental desenvolver habilidades que possibilitem discernir o que é real do que é fantasioso. Nesse contexto, a instituição escolar constitui um espaço privilegiado para a discussão de conteúdos informativos.

A esse respeito, associo minha pesquisa de mestrado, que enaltece as vozes de professoras autistas, aos conteúdos abordados no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades. A partir disso, desenvolvo um estudo sobre a temática da representação midiática do autismo e sobre a forma como professoras autistas contribuem para uma educação acessível e participativa.

2 Metodologia

O presente trabalho articula-se com minha pesquisa de mestrado, em desenvolvimento desde agosto de 2024, fundamentada no método investigativo qualitativo de base narrativa (auto)biográfica, apoiado nos estudos de Maria da Conceição Passeggi (2016), que norteiam a construção das entrevistas com quatro professoras neurodivergentes da rede pública municipal.

¹ Mestranda em Educação Minter na Universidade Cidade de São Paulo, Brasil; professora de educação básica da rede pública municipal de Contagem, Minas Gerais, Brasil. E-mail: neila_isabel@hotmail.com.

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizaram-se tanto os resultados obtidos até o momento por meio da pesquisa de campo quanto uma revisão da literatura acerca das temáticas autismo e educação midiática para os direitos humanos.

3 Resultados

Observa-se que, nos últimos anos, a psiquiatria passou a descrever o autismo de forma mais atualizada, seguindo os critérios presentes na quinta edição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-5), que incorpora diferentes transtornos à categoria Transtorno do Espectro Autista (TEA). Em decorrência disso, ampliou-se o número de pessoas identificadas nesse espectro.

Sobre essa questão, Rios *et al.* (2015, p. 326) chamam atenção para a expressão "epidemia de autismo", utilizada não para designar apenas a elevação de diagnósticos, mas também a visibilidade do autismo nos meios sociais. A esse respeito, observa-se que, por meio de símbolos e cores divulgados como representação do TEA, transmite-se uma visão de que o transtorno é predominantemente masculino, tornando as mulheres autistas invisibilizadas.

Nesse contexto, percebe-se que vivemos em uma sociedade repleta de diversidades, marcada por desigualdades reforçadas pelos meios midiáticos, e essas disparidades refletem diretamente no espaço escolar. Por esse motivo, a escola constitui um local privilegiado para a reflexão e o exercício da cidadania, visto que "o professor não é só um trabalhador na sociedade, ele pode ser um formador de opiniões e um instigador de discussões" (Rabelo, 2011, p. 172). A esse respeito, Passeggi (2016) acrescenta que os saberes experienciais docentes são essenciais para a formação e a autoformação, além de contribuírem para a atuação em sala de aula.

Sob essa ótica, a instituição escolar possui um desafio a enfrentar: o reconhecimento das diversidades e a superação de preconceitos e discriminações. Um grande aliado nesse contexto é a utilização dos meios midiáticos, cada vez mais presentes na vida de crianças e jovens. Freire (1982) acrescenta que é necessário trazer o mundo dos/as estudantes para dentro do espaço educativo; assim, o professor deve orientar o uso dessas ferramentas de forma consciente.

No que se refere à educação em direitos humanos, Helfenstein e Velasques (2021) evocam a Constituição Federal de 1988 como base para a construção de uma

sociedade justa, democrática e cidadã. Os autores também apontam a participação social e política, bem como a prática de direitos e deveres, como formas de exercício da cidadania, iniciadas no chão da sala de aula. Dessa maneira, o docente assume o papel de formador de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres.

4 Considerações finais

Em um contexto marcado tanto pelas mídias quanto pelo aumento dos diagnósticos de TEA, a presença de mulheres neurodivergentes à frente da sala de aula mostra-se essencial para o desenvolvimento da cidadania, visto que suas narrativas evidenciam a pluralidade de identidades e demonstram que existe um autismo para além das telas, manifestado em variadas formas e intensidades, e não apenas de maneira romantizada ou estereotipada, como frequentemente exibido nas redes sociais.

Ao assumir o protagonismo de sua própria história, a professora autista ocupa uma posição política e de resistência, lutando não apenas por direitos individuais, mas também coletivos. Nesse sentido, por constituir referência na vida dos estudantes, contribui para que eles desenvolvam atitudes mais acolhedoras tanto em relação aos colegas que se encontram no espectro quanto no uso das redes sociais.

A partir do exposto, compreende-se que a educação em direitos humanos se faz imprescindível no espaço escolar, dado que é nesse ambiente que as diferenças se fazem presentes e onde o cidadão se forma. Portanto, o profissional docente possui papel fundamental nesse processo formativo e, para isso, é necessário considerar a história de vida de cada sujeito.

Referências

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1982.

HELFENSTEIN, M. J. W.; VELASQUES, M. T. Educação em direitos humanos e letramento digital: uma proposta de formação para cidadania. **RIDH**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 185-208, 2021. DOI: 10.5016/ridh.v9i2.106. Disponível em: https://ridh.faac.unesp.br/index.php/ridh/pt_BR/article/view/106. Acesso em: 10 mar. 2026.

PASSEGGI, M. da C. Narrativas da experiência na pesquisa-formação: do sujeito epistêmico ao sujeito biográfico. **Roteiro**, Joaçaba, v. 41, n. 1, p. 67-86, jan./abr. 2016. DOI: 10.18593/r.v41i1.9267. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3519/351964732005/html/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

RIOS, C. *et al.* Da invisibilidade à epidemia: a construção narrativa do autismo na mídia impressa brasileira. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 53, p. 325-336, 2015. DOI: 10.1590/1807-57622014.0146. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/jkNFyTCb3kGM7bxxYRpL37M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2025.

Educação inclusiva e educação profissional e tecnológica: o direito à qualificação profissional sob a ótica dos direitos humanos

Orlando de Lima Monteiro¹

1 Introdução

A efetivação da educação inclusiva no cenário contemporâneo exige que o ensino regular utilize a educação midiática como ferramenta de defesa dos direitos humanos e das diversidades. A relevância deste estudo reside na necessidade de enfrentar a cultura digital e as disputas de narrativas que marginalizam grupos vulneráveis. Assim, este texto discute como o humanismo docente e a formação integral podem mitigar a fragmentação pedagógica e fortalecer a cidadania.

Contextualizado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o estudo fundamenta-se na pedagogia crítica para investigar como a articulação entre mídias e direitos humanos auxilia na superação de barreiras de aprendizagem. O objetivo geral consiste em analisar estratégias pedagógicas que fortaleçam o protagonismo estudantil e a justiça social no ensino comum.

2 Metodologia

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada e caráter teórico-reflexivo. A construção da reflexão fundamenta-se em uma revisão bibliográfica sistemática, priorizando produções científicas dos últimos cinco anos (2021-2026), a fim de assegurar a atualidade da temática frente às transformações tecnológicas. A fundamentação teórica utiliza as bases conceituais das perspectivas de Fleuri (2021) sobre interculturalidade e da pedagogia da esperança de Gadotti (2022).

Para o suporte metodológico, foram adotadas as orientações de Gil (2022) e Minayo (2023), que permitem compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas em contextos de diversidade. Os critérios de análise basearam-se na análise de conteúdo proposta por Bardin (2021), percorrendo as etapas de pré-análise e exploração exaustiva dos artigos coletados no indexador Google Acadêmico.

¹ Mestrando em Ensino na Educação Básica na Universidade Federal do Maranhão, Brasil. E-mail: monteiorlando16@gmail.com.

3 Resultados

Os resultados indicam que a educação midiática integrada à EPT rompe currículos paralelos e promove a inclusão pautada na pedagogia crítica (Silva *et al.*, 2026). A literatura destaca que materiais voltados aos direitos humanos fomentam o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), beneficiando o coletivo escolar por meio do uso crítico das tecnologias (Bezerra, 2025). Nesse contexto, a interculturalidade crítica e o diálogo de saberes mostram-se essenciais no enfrentamento das desigualdades escolares (Fleuri, 2021).

Contudo, a escassez de tempo para planejamento e articulação docente desafia a formação humana integral (Silva, 2025). Sem um viés humanista e ético no uso das mídias, a colaboração docente torna-se burocrática (Silva; Souza; Coelho, 2025). Em contrapartida, o uso responsável das mídias potencializa a interação social e a justiça social, fortalecendo a esperança e a práxis educativa (Gadotti, 2022; Silva *et al.*, 2026).

4 Considerações finais

Este estudo reafirma que a educação midiática e os direitos humanos são fundamentais para a equidade na formação profissional, exigindo uma postura institucional pautada na pedagogia crítica e na corresponsabilidade docente. Ao integrar o currículo da EPT à formação humana integral, a inclusão torna-se um compromisso coletivo que valoriza a diversidade como instrumento para a justiça social.

Evidenciou-se que a superação de barreiras de aprendizagem depende de planejamentos conjuntos e de recursos que materializem o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Para tanto, é essencial garantir políticas de formação continuada e tempos institucionais destinados ao planejamento coletivo, evitando processos burocráticos.

Assim, uma educação midiática ética e crítica configura-se como caminho adequado para consolidar uma cultura escolar de esperança e preparar cidadãos conscientes para os desafios do século 21.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. São Paulo: Edições 70, 2021.

BEZERRA, V. E. L. **Manual pedagógico para integração da educação em direitos humanos no ensino médio integrado**. Produto educacional (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em educação profissional e tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2025. Disponível em: <https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/handle/123456789/1694>. Acesso em: 15 mar. 2026.

FLEURI, R. M. **Interculturalidade e educação**: diálogos possíveis. Florianópolis: Editora UFSC, 2021.

GADOTTI, M. **Educação e esperança**: perspectivas para a pedagogia crítica no século XXI. São Paulo: Cortez, 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2023.

SILVA, H. R. P. S. da. **Direitos humanos e a formação humana integral**: uma abordagem teórico-prática na Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio no curso Técnico em Agropecuária do Campus Manaus Zona Leste. 2025. 214 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2025. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/1824>. Acesso em: 15 mar. 2026.

SILVA, H. R. P. S. da.; SOUZA, A. C. R. de; COELHO, M. de OL. Humanismo e humanidades na formação docente para o ensino médio integrado: uma análise a partir da educação em direitos humanos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE, 5., 2025, Criciúma. **Anais [...]**. Criciúma: UNESC, 2025. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/10365>. Acesso em: 15 mar. 2026.

SILVA, V. G. da *et al.* Educação profissional e tecnológica inclusiva: currículo integrado, equidade e práxis docente na perspectiva da pedagogia crítica. **Revista DCS**, [S. l.], v. 23, n. 87, p. e4649, 2026. DOI: 10.54899/dcs.v23i87.4649. Disponível em: <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/4649>. Acesso em: 15 mar. 2026.

Educação midiática e educação sexual na promoção do cuidado corporal e prevenção de IST

Ozeias Pereira Guimarães¹

1 Introdução

A educação sexual no contexto escolar constitui importante instrumento de promoção dos direitos humanos, especialmente no que se refere ao direito à informação, à saúde e ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Em um cenário marcado pela intensa circulação de conteúdos digitais e pela disseminação de informações imprecisas sobre sexualidade, torna-se fundamental que a escola atue como espaço formativo crítico e seguro.

A proposta das palestras surgiu a partir da percepção de uma significativa falta de conhecimento, por parte dos/as estudantes, acerca do cuidado corporal, das mudanças da puberdade e da prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Observou-se que muitas informações eram provenientes de redes sociais e aplicativos de mensagens, frequentemente carregadas de mitos e desinformação. Nesse sentido, a educação midiática assume papel estratégico ao possibilitar que estudantes desenvolvam habilidades de análise crítica das informações consumidas, fortalecendo a autonomia e a responsabilidade.

O objetivo deste trabalho é relatar e analisar a experiência de desenvolvimento de ações educativas voltadas ao cuidado corporal e à prevenção das IST na Educação Básica.

2 Metodologia

A experiência foi realizada na Escola Estadual Pedro Versiani, situada no município de Teófilo Otoni/MG, envolvendo turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio.

Nos anos iniciais, foram trabalhados temas relacionados ao cuidado com o corpo, ao respeito aos limites pessoais e ao conhecimento corporal, de forma adequada

¹ Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí, Brasil; professor de Sociologia e Filosofia e em componentes curriculares de Itinerários Formativos na rede pública estadual de educação de Minas Gerais, Brasil. E-mail: ozpereira@hotmail.com.

à faixa etária. No Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, os encontros abordaram as mudanças corporais e emocionais da adolescência, a prática sexual responsável e a prevenção das IST.

As ações ocorreram por meio de palestras dialogadas, utilização de *slides*, vídeos educativos e momentos de perguntas anônimas. Também foram discutidos mitos amplamente divulgados nas mídias digitais, confrontando-os com informações oficiais do Ministério da Saúde. A abordagem buscou articular informação científica, escuta ativa e formação crítica, alinhando-se aos princípios da educação em direitos humanos.

3 Resultados

A experiência evidenciou elevado interesse e participação dos/as estudantes, demonstrando a necessidade de espaços permanentes de diálogo sobre sexualidade no ambiente escolar. Nos anos iniciais, verificou-se maior compreensão acerca do autocuidado e do respeito ao próprio corpo. Entre os/as adolescentes, destacaram-se dúvidas relacionadas às transformações da puberdade, à prática sexual e às formas de prevenção das IST.

Grande parte das dúvidas estava associada a informações equivocadas circulantes nas redes sociais, o que reforça a importância da educação midiática como instrumento de enfrentamento à desinformação. A ação contribuiu para a desconstrução de mitos, o fortalecimento da autoestima e a ampliação do conhecimento científico sobre prevenção.

Observou-se, ainda, que a mediação pedagógica fundamentada favoreceu um ambiente de confiança, respeito às diversidades e promoção da responsabilidade individual e coletiva, fortalecendo a formação cidadã.

Portanto, os resultados evidenciam que a educação midiática crítica constitui ferramenta essencial para a promoção dos direitos humanos e da formação cidadã no contexto da cultura digital.

4 Considerações finais

A articulação entre educação sexual e educação midiática mostrou-se essencial para a promoção dos direitos humanos no contexto escolar. Ao enfrentar a desinformação e proporcionar acesso a conteúdos confiáveis, a escola cumpre

seu papel social na defesa da dignidade humana e na formação crítica dos/as estudantes.

Recomenda-se que ações dessa natureza sejam contínuas e integradas ao currículo escolar, consolidando práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, o respeito às diferenças e o uso responsável das mídias na construção do conhecimento.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/i/ist>. Acesso em: 19 fev. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

SOARES, I. de O. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Orientações técnicas internacionais sobre educação em sexualidade**. Paris: UNESCO, 2018.

A escola na cultura digital: educação midiática e direitos humanos diante das múltiplas demandas sociais¹

Paula dos Santos Rêgo Cardoso²

1 Introdução

A história da escola sempre esteve entrelaçada à relação entre sociedade e mídias. Como afirma Fantin (2011, p. 28), "toda prática educativa é também uma prática comunicativa, pois a comunicação faz parte da educação". No século 20, o objetivo inicial consistia em conscientizar professores/as sobre os possíveis riscos da cultura midiática e orientar os/as estudantes diante de seus impactos. Nesse contexto, a mídia, assim como hoje as tecnologias e os ambientes digitais, foi frequentemente percebida como um "mal" a ser combatido pela educação, o que levou a escola a assumir um "papel ativo de resistência cultural às vazias reações emotivas que a mídia parecia encorajar" (Masterman, 1997, p. 36). Assim como a mídia-educação, a educação midiática consolida-se não apenas como objeto de estudo, mas também como ferramenta pedagógica no processo educativo (Bévort; Belloni, 2009, p. 1.084).

A escola assume um papel formativo e, muitas vezes, protetivo diante das questões sociais que atravessam o cotidiano educativo, uma vez que, como destaca Fantin (2011, p. 28), "qualquer assunto na sociedade diz respeito à questão educacional". Entre essas questões, situam-se também os direitos humanos, entendidos como "direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de origem, raça ou etnia, gênero, sexualidade, religião ou opinião política" (Silva, 2025, p. 20). Considerando essa pluralidade, a educação midiática passa a dialogar também com a dimensão dos direitos digitais, definidos como o "conjunto de garantias que asseguram o uso seguro e ético da internet e das tecnologias digitais" (Brasil, 2025, p. 20).

Diante desse contexto, o presente estudo problematiza de que modo a escola pode promover a educação midiática e os direitos humanos na cultura digital

¹ Este trabalho contou com apoio financeiro do Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional (PPGE-MP) da Universidade de Brasília (UnB), por meio de recursos próprios.

² Mestranda em Educação na Universidade de Brasília, Brasil; professora da rede estadual de educação do Distrito Federal, Brasil. E-mail: psrcardoso@gmail.com.

frente às múltiplas demandas sociais que recaem sobre ela. Busca-se analisar como documentos orientadores mediam demandas escolares e articulam educação midiática, direitos humanos e cultura digital no trabalho pedagógico.

2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa (Flick, 2009), de natureza interpretativa, bibliográfica e documental, fundamentada em Gil (2008), Lakatos e Marconi (2017) e Lüdke e André (2013). O estudo baseia-se na análise crítica do documento *“Educação Digital e Midiática: como elaborar e implementar o currículo nas escolas”*, que aborda, sobretudo, aspectos relacionados à educação midiática e aos direitos digitais (Brasil, 2025).

Como bases conceituais, mobilizam-se as contribuições de Buckingham (2010), que compreende o espaço escolar como um ambiente de cuidado e defende que a relação com a cultura digital deve ocorrer a partir da participação ativa dos/as docentes em diálogo com o Estado. Articulam-se também as reflexões de Fantin (2011), que destaca a relevância da escola como espaço de produção de significados na interação com as mídias, compreendendo a mídia-educação como importante forma de mediação cultural.

3 Resultados

A análise do documento *“Educação Digital e Midiática: como elaborar e implementar o currículo nas escolas”* indica que as diretrizes propostas buscam orientar a integração da educação midiática ao currículo escolar, enfatizando o uso crítico, ético e responsável das tecnologias digitais e sua relação com a formação cidadã (Brasil, 2025, p. 18). O documento também destaca a importância de discutir direitos digitais, diversidade e participação social no ambiente informacional contemporâneo (Brasil, 2025, p. 20), aproximando-se da perspectiva de Buckingham (2010, p. 52), ao defender que a educação midiática deve promover a compreensão crítica das mídias e de seus impactos sociais.

Outro aspecto relevante refere-se à valorização da participação de professores, gestores e coordenadores pedagógicos na elaboração e implementação dessas diretrizes, reforçando o papel da escola como espaço de mediação cultural e construção de significados, conforme apontado por Fantin (2011, p. 29).

Entretanto, os resultados também evidenciam limites relacionados às condições concretas das escolas, como infraestrutura, tempo pedagógico e formação

docente continuada (Brasil, 2025, p. 35). Assim, embora os documentos orientadores contribuam para organizar e orientar parte das demandas educacionais relacionadas à cultura digital, sua efetividade depende do fortalecimento de políticas públicas e da participação ativa da comunidade escolar.

4 Considerações finais

O estudo evidencia que a educação midiática, articulada à educação em direitos humanos e à valorização da diversidade, pode fortalecer práticas pedagógicas voltadas à formação crítica e cidadã no contexto da cultura digital. A análise do documento supramencionado indica que a integração das mídias ao currículo contribui para o desenvolvimento de competências relacionadas ao uso ético, crítico e responsável das tecnologias digitais (Brasil, 2025), favorecendo reflexões sobre equidade, respeito às diferenças e participação social. Ao mesmo tempo, reafirma-se o papel da escola como espaço de mediação cultural e de formação democrática.

Contudo, a efetivação dessas propostas depende de condições institucionais adequadas e de processos contínuos de formação docente. Como desdobramento, considera-se positivo encontrar documentos orientadores que reconheçam e respeitem as especificidades de cada espaço escolar. Ao mesmo tempo, esse aspecto evidencia que nem sempre as escolas conseguem executar ou aplicar integralmente todas as orientações apresentadas.

Referências

BÉVORT, E.; BELLONI, M. L. Mídia-educação: conceitos, histórias e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 109, 2009. DOI: 10.1590/S0101-73302009000400008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/5pBFdJL4mWHnSM5jXySt9VF/?lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Educação Digital e Midiática**: como elaborar e implementar o currículo nas escolas. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/documentos/guia_eddigital_versofinaloficial.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Coordenação-Geral de Educação Midiática. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática**. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023_secom-spdiigi_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

FANTIN, M. **Mídia-educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos**. Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 27-40, 2011. DOI: 10.5212/OlharProfrv.14i1.0002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/684/68422119002.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MASTERMAN, L. A scuola di media, educazione, media e democrazia nell'Europa degli anni'90. Brescia: La Scuola, 1997.

SILVA, E. P. de Q. **Fundamentos da educação em direitos humanos e diversidades: crianças, adolescentes e o fortalecimento do estado protetor dos direitos**. Uberlândia: PROEXC/UFU, 2025. (Educação em Direitos Humanos e Diversidades; v. 1).

Educação midiática e formação cidadã na Educação Infantil e Fundamental I

Raquel Teixeira de Andrade¹

1 Introdução

A educação em direitos humanos constitui fundamento essencial para a consolidação de uma cultura democrática desde as etapas iniciais da escolarização. No contexto da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, período decisivo para a construção de valores, identidades e formas de convivência, torna-se imprescindível promover práticas pedagógicas que assegurem o respeito às diferenças, a inclusão, a equidade e a justiça social. Conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, a escola configura-se como espaço estratégico para a formação de sujeitos comprometidos com a dignidade humana e a convivência democrática.

A infância, compreendida como construção histórica e social, é reconhecida como categoria de direitos a partir de marcos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pela Organização das Nações Unidas, bem como pelas ações da UNESCO e da UNICEF na defesa da educação inclusiva e da proteção integral. No cenário contemporâneo, marcado pela intensificação da cultura digital e pela presença constante das mídias no cotidiano das crianças, estas não apenas consomem, mas também produzem conteúdos midiáticos. Tal realidade exige da escola uma abordagem pedagógica crítica, ética e intencional.

Diante desse contexto, este trabalho objetiva analisar como a educação midiática pode ser articulada à educação em direitos humanos e diversidades na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, considerando seus fundamentos teóricos, seus desafios e suas implicações práticas no cotidiano escolar.

2 Metodologia

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza teórico-reflexiva, fundamentada nas discussões desenvolvidas no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos

¹ Especialista em Transtorno do Espectro Autista pela Centro Universitário Venda Nova do Imigrante, Espírito Santo, Brasil; professora da Educação Básica na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: raqueltda87@gmail.com.

Humanos e Diversidades, articuladas à prática docente na Educação Básica. A abordagem metodológica pauta-se na análise crítica das experiências pedagógicas realizadas com turmas da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O referencial teórico dialoga com a pedagogia crítica de Paulo Freire (1996), que compreende a educação como prática de liberdade e formação da consciência crítica; com as contribuições de Vera Maria Candau (2008) acerca da educação intercultural e da centralidade dos direitos humanos no currículo; com os estudos de Manuel Castells (1999) sobre sociedade em rede e cultura digital; e com as reflexões de Sonia Kramer (2007) sobre a infância como tempo de direitos e produção cultural. Também se considera a perspectiva histórica de Philippe Ariès (1981) acerca da construção social da infância.

No âmbito prático, foram desenvolvidas atividades envolvendo leitura e interpretação de narrativas audiovisuais, análise de imagens e pequenos vídeos, rodas de conversa sobre diversidade, produção de desenhos e elaboração coletiva de combinados sobre convivência e uso responsável das tecnologias. A análise baseou-se na observação das interações, nos registros pedagógicos e nas manifestações orais e escritas das crianças, buscando identificar indícios de compreensão sobre respeito, diversidade e direitos humanos.

3 Resultados

Os resultados evidenciam que a articulação entre educação midiática e direitos humanos favorece o desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas essenciais na infância, tais como empatia, escuta ativa, argumentação e reconhecimento das diferenças. Na Educação Infantil, a mediação pedagógica de histórias e vídeos possibilitou problematizar situações relacionadas à exclusão, ao preconceito e à desigualdade, promovendo reflexões sobre convivência, solidariedade e respeito mútuo.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a análise orientada de conteúdos midiáticos permitiu que os/as estudantes identificassem estereótipos de gênero, representações raciais desiguais e discursos discriminatórios presentes em diferentes mídias. A partir da problematização, observou-se ampliação da capacidade de questionamento, maior cuidado na forma de expressão e reconhecimento da importância do respeito aos direitos de todos.

Os achados dialogam com a perspectiva freireana de formação de sujeitos críticos e com a concepção de educação intercultural defendida por Candau (2008), ao enfatizar o reconhecimento das diferenças como elemento constitutivo da prática pedagógica. Ao mesmo tempo, as reflexões aproximam-se da análise de Castells (1999) sobre a sociedade em rede, na medida em que evidenciam a necessidade de preparar as crianças para interagir de maneira ética e responsável nos ambientes digitais.

Entretanto, também foram identificados desafios, como a reprodução de discursos e concepções oriundos do ambiente familiar e digital, muitas vezes marcados por estereótipos ou informações equivocadas. Tal constatação reforça a necessidade de atuação contínua e sistemática da escola na mediação crítica das mídias, bem como na formação docente para o trabalho com educação midiática desde as primeiras etapas da escolarização.

4 Considerações finais

A análise desenvolvida evidencia que a educação midiática, quando articulada à educação em direitos humanos e diversidades, constitui instrumento pedagógico potente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I. Ao promover a leitura crítica das mídias, o diálogo sobre igualdade, inclusão e justiça social e o reconhecimento da infância como tempo de direitos, a escola contribui para a formação de sujeitos mais conscientes, éticos e participativos.

Como encaminhamento, destaca-se a importância de integrar sistematicamente a educação midiática ao currículo e ao projeto político-pedagógico, fortalecendo práticas interdisciplinares e investindo em formação docente continuada. Reafirma-se, assim, o compromisso da escola com a construção de uma cultura de direitos humanos que valorize as diversidades e prepare as crianças para uma atuação responsável na sociedade digital contemporânea.

Referências

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC, 2007.

CANDAU, V. M. **Educação intercultural e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KRAMER, S. A infância e sua singularidade. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: MEC, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos da criança**. Nova York, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 15 fev. 2026.

Educação midiática e direitos humanos na formação continuada de profissionais da educação

Renildo da Silva Ferreira¹

1 Introdução

O avanço das tecnologias digitais e a ampliação da circulação de informações nas diferentes mídias têm transformado profundamente as formas de comunicação e produção de conhecimento na sociedade contemporânea. Nesse contexto, a educação midiática tem se consolidado como um campo fundamental para a formação de cidadãos capazes de compreender criticamente os conteúdos que circulam nos meios de comunicação e de utilizar as mídias de forma ética e responsável. Ao mesmo tempo, a discussão sobre direitos humanos e diversidade tem ganhado centralidade nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas, sobretudo diante dos desafios relacionados às desigualdades sociais, ao preconceito e às disputas de narrativas presentes no espaço público.

Nesse cenário, destaca-se o Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades, ofertado na modalidade on-line pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). A iniciativa foi desenvolvida em consonância com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e contou com a colaboração da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), além da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (RENAFOR). O curso teve como objetivo principal promover a formação continuada de professores e profissionais da educação em todo o território nacional, fortalecendo práticas pedagógicas comprometidas com a promoção da cidadania, da diversidade e da justiça social.

A proposta formativa foi direcionada a professores e demais profissionais da educação básica provenientes dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, com prioridade para participantes de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ao todo, participaram cerca de 5.400 cursistas,

¹ Graduando em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil; mediador escolar na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: renildohistoria@gmail.com.

organizados em 216 turmas, evidenciando o amplo alcance da iniciativa. A formação ocorreu entre os meses de junho de 2025 e janeiro de 2026, totalizando 225 horas de atividades distribuídas em seis unidades temáticas.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a experiência formativa proporcionada pelo curso, analisando suas contribuições para o fortalecimento da educação midiática e para a promoção dos direitos humanos e das diversidades no contexto educacional.

2 Metodologia

O presente estudo possui caráter descritivo e reflexivo, fundamentado na análise da experiência formativa vivenciada durante a participação no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades. A abordagem metodológica baseia-se na observação das atividades desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem, na análise dos materiais didáticos disponibilizados e nas interações realizadas nos fóruns de discussão ao longo das unidades do curso.

As atividades pedagógicas foram organizadas a partir de diferentes recursos educacionais, como textos acadêmicos em formato digital, vídeos explicativos, *links* de aprofundamento e questionários avaliativos. Além disso, os fóruns de discussão desempenharam papel central no processo de aprendizagem, possibilitando a troca de experiências entre cursistas de diferentes regiões do país e favorecendo a construção coletiva do conhecimento.

A análise apresentada neste trabalho também dialoga com referenciais teóricos relacionados à educação a distância e à interação em ambientes virtuais de aprendizagem. Estudos que abordam a participação em fóruns on-line destacam que esses espaços constituem importantes ambientes de reflexão coletiva, nos quais os participantes podem compartilhar experiências, problematizar suas práticas e desenvolver novas perspectivas sobre os temas discutidos (Pires; Veloso, 2023). Dessa forma, a metodologia adotada busca compreender de que maneira a experiência formativa contribuiu para ampliar o entendimento dos/as cursistas acerca da relação entre educação midiática, direitos humanos e diversidade.

3 Resultados

O curso foi estruturado em seis unidades temáticas, cada uma dedicada a discutir aspectos específicos da relação entre mídia, educação e direitos humanos. Ao longo da formação, os/as cursistas tiveram acesso a diferentes materiais pedagógicos e participaram de atividades que estimularam a reflexão crítica sobre o papel das mídias no contexto educacional e social.

A Unidade 1, intitulada *Fundamentos da Educação em Direitos Humanos e Diversidades*, apresentou os princípios que orientam o compromisso internacional e brasileiro com a promoção dos direitos humanos no campo educacional. Nessa etapa, foram discutidos instrumentos normativos, políticas públicas e redes de apoio voltadas ao enfrentamento de violações de direitos, além da importância de incorporar essas perspectivas às práticas pedagógicas cotidianas.

Na Unidade 2, dedicada aos *Fundamentos da Educação Midiática*, foram abordados conceitos centrais relacionados ao papel das mídias na sociedade contemporânea. A unidade destacou a necessidade de desenvolver competências críticas que permitam compreender a produção, circulação e interpretação das informações veiculadas nos diferentes meios de comunicação.

A Unidade 3, intitulada *Educação Midiática e Diversidade Sexual e de Gênero*, promoveu reflexões sobre as representações de gênero e sexualidade presentes nos discursos midiáticos e sobre os desafios enfrentados pela escola ao abordar essas temáticas. Nesse contexto, foram discutidas estratégias pedagógicas voltadas para a promoção do respeito às diferenças e para o enfrentamento de preconceitos e estereótipos.

Na Unidade 4, cujo tema foi *Proteção, Provisão e Participação de Crianças e Adolescentes*, foram analisadas as relações entre juventude, mídia e cidadania. A unidade destacou a importância de compreender crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e de promover práticas educativas que estimulem o uso crítico e responsável das mídias digitais.

A Unidade 5, intitulada *Profissionais da Educação, Ambiente Escolar e suas Representações na Mídia*, discutiu as formas pelas quais a escola e os docentes são retratados nos discursos midiáticos. Foram debatidas questões relacionadas à cobertura de episódios de violência nas escolas, bem como a necessidade de promover narrativas que valorizem a educação e a construção de uma cultura de paz.

Por fim, a Unidade 6, denominada *Aporofobia, Racismo, Meio Ambiente e Direitos Humanos*, abordou a relação entre desigualdades sociais, racismo estrutural e questões ambientais. As discussões evidenciaram como a educação midiática pode contribuir para a desconstrução de estereótipos e para o fortalecimento de uma consciência crítica sobre problemas sociais contemporâneos, como o racismo ambiental e as desigualdades socioespaciais presentes na sociedade brasileira.

4 Considerações finais

A experiência formativa analisada evidencia a importância da formação continuada de profissionais da educação no campo da educação midiática e dos direitos humanos. Ao longo do curso, os/as participantes tiveram a oportunidade de refletir criticamente sobre o papel das mídias na sociedade contemporânea e sobre as possibilidades de utilização desses recursos no contexto educacional de forma ética, crítica e pedagógica.

Além disso, as atividades desenvolvidas contribuíram para fortalecer o debate sobre diversidade, inclusão e justiça social no ambiente escolar. As discussões realizadas ao longo das unidades e nos fóruns de interação demonstraram que a educação midiática pode desempenhar papel fundamental na construção de práticas pedagógicas voltadas para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a defesa dos direitos humanos.

Nesse sentido, iniciativas de formação como essa revelam o potencial da educação a distância para ampliar o acesso ao conhecimento e promover redes colaborativas entre educadores/as de diferentes regiões do país. Dessa forma, a educação midiática apresenta-se como importante instrumento para a promoção da cidadania, da democracia e da valorização da diversidade no contexto educacional contemporâneo.

Referências

ALVES, N. *et al.* Influência da tutoria na participação dos alunos em um fórum de discussão on-line. **EaD em Foco**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 170-182, 2015. DOI: 10.18264/eadf.v5i1.287. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/287>. Acesso em: 10 mar. 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDEIROS, R. C.; PINTO, B. C. T.; SALVADOR, D. F. Padrões de interação e mediação em dois fóruns on-line em um curso para a formação continuada de professores de Biologia. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, 2022. DOI: 10.1590/1983-21172022240130. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/9gZXgky6C4SGC7S64vRzYph/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2026.

PIRES, R. M.; VELOSO, B. G. Os fóruns de discussão na educação a distância: estudo de caso em um curso de especialização. **EaD em Foco**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2023. DOI: 10.18264/eadf.v13i1.2030. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/2030>. Acesso em: 10 mar. 2026.

WANDER, B.; GOMES, M. Q.; PINTO, M. E. B. Avaliação da interação em fóruns de discussão na especialização de preceptoria em Medicina de Família e Comunidade a distância. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 24, suppl 1, 2020. DOI: 10.1590/Interface.190513. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/HKvcFhvfVFNRsGz9CYv5rfQ/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2026.

A construção da mulher sul-mato-grossense em jornais do século 19 no acervo da Hemeroteca Digital

Rosália Aparecida da Silva¹

1 Introdução

Este trabalho apresenta uma análise sobre a construção da imagem da mulher em periódicos do século 19 disponíveis na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Parte-se do entendimento de que o jornalismo não apenas registra acontecimentos, mas também constrói narrativas sociais a partir de escolhas discursivas, enquadramentos e critérios de seleção dos fatos. Por meio de suas páginas, assim como ocorre em outras tecnologias de comunicação, refletem-se disputas sociais características de cada período histórico, incluindo a aporofobia, discutida na última unidade do Curso de Aperfeiçoamento em Direitos Humanos e Diversidades, promovido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

O objetivo é compreender como a mulher aparece nas notícias publicadas em periódicos editados no município de Corumbá, então pertencente ao estado de Mato Grosso, nos últimos anos do século 19. Ao observar essas representações, busca-se identificar quais papéis sociais são atribuídos às mulheres e quais elementos discursivos revelam hierarquias de gênero presentes na sociedade da época.

A pesquisa dialoga com os debates contemporâneos sobre educação midiática e direitos humanos ao evidenciar que a leitura crítica das mídias requer também a compreensão histórica das formas de produção das notícias e das representações sociais por elas construídas.

2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental, baseada na análise de jornais históricos disponíveis na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. O recorte contempla periódicos publicados em Corumbá entre 1879 e 1900, período em que a cidade desempenhava papel estratégico na circulação de informações no sul do então estado de Mato Grosso.

¹ Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil; jornalista no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Brasil. E-mail: rosalia.silva@ifro.edu.br.

A abordagem metodológica concentra-se na análise da construção da notícia, considerando aspectos da linguagem jornalística, da seleção de acontecimentos e das estratégias discursivas presentes nos textos. Parte-se do entendimento de que a notícia é resultado de um processo de mediação, no qual o jornalista seleciona acontecimentos e constrói versões sobre a realidade (Zanchetta Júnior, 2004), articuladas também a questões de classe, conforme discutem Adela Cortina (2020) e Angela Davis (2016). Nesse sentido, observam-se elementos como a escolha dos temas, a forma de nomeação dos sujeitos envolvidos, a disposição das informações e o uso da linguagem.

3 Resultados

Entre os periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital com sede em Corumbá no século 19, destaca-se, nos registros analisados, uma publicação do jornal *O Iniciador*, ano 4, edição nº 12, de 8 de fevereiro de 1880, que apresenta uma lista de passageiros de embarcações que transitavam pela região. O texto menciona o embarque no paquete *Rio Apa*, com destinos diversos – entre eles o Rio de Janeiro – e registra a viagem do major Tavares acompanhado de sua esposa, seis filhos e três criadas. A presença desse tipo de informação em periódicos da época revela a função social dos jornais como espaços de circulação de dados sobre deslocamentos e relações sociais em uma cidade marcada pela intensa mobilidade fluvial.

Entretanto, a forma como os sujeitos são nomeados também estrutura simbolicamente as hierarquias sociais presentes no discurso jornalístico. Enquanto o homem é identificado por patente militar e nome próprio, as demais pessoas aparecem vinculadas à estrutura familiar ou ao trabalho doméstico, sem identificação individual. Esse tipo de construção discursiva evidencia como a imprensa da época construía posições sociais, atribuindo visibilidade diferenciada aos sujeitos retratados.

A análise desses registros pode ser ampliada à luz das reflexões de Adela Cortina (2020) e Angela Davis (2016) sobre desigualdades estruturais. Cortina (2020) identifica a tendência social de invisibilizar ou rejeitar sujeitos associados à pobreza ou a posições subalternas, fenômeno que também se manifesta nas formas de nomeação e representação presentes no discurso público.

No caso da lista de passageiros analisada, enquanto o homem é identificado a partir de sua ocupação, com patente e nome próprio, o mesmo não ocorre de

forma positiva com as mulheres. Elas aparecem vinculadas à família e ao trabalho doméstico de forma inferiorizada. Em um contexto marcado pelo trabalho escravo, são construídas discursivamente apenas como objetos de serviço ("criadas"), sem individualização e submetidas a um processo de apagamento simbólico.

Esse processo dialoga com a análise de Davis (2016) sobre a histórica divisão social e sexual do trabalho, na qual atividades de cuidado e serviço doméstico foram naturalizadas como funções subordinadas, frequentemente atribuídas às mulheres e a grupos socialmente marginalizados. Assim, a linguagem jornalística não apenas registra a realidade social de seu tempo, mas também contribui para reproduzir hierarquias de classe, gênero e trabalho naturalizadas ao longo dos séculos.

4 Considerações finais

A análise das notícias publicadas em jornais do século 19 evidencia que a construção narrativa da imprensa contribuiu para consolidar representações sociais que posicionavam as mulheres em espaços secundários e inferiorizados na esfera pública. Ao observar os modos de organização da notícia, torna-se possível compreender como escolhas linguísticas e editoriais influenciaram a visibilidade ou invisibilidade de determinados sujeitos sociais.

No campo da educação midiática, recuperar essas narrativas históricas pode contribuir para a formação de leitores mais críticos, capazes de compreender que a notícia é uma construção social situada em determinado contexto histórico. Ao problematizar as formas de representação presentes na imprensa do passado, amplia-se o debate sobre igualdade de gênero, diversidade e direitos humanos, temas fundamentais para a formação cidadã no ambiente educacional contemporâneo.

Referências

CORTINA, A. **Aporofobia, a aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. São Paulo: Contracorrente, 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZANCHETTA JÚNIOR, J. **Imprensa escrita e telejornal**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

Ensino de história da comunicação por meio da educação midiática

Roseane Andrelo¹

1 Introdução

O objetivo deste trabalho é refletir sobre atividades de educação midiática desenvolvidas em uma disciplina do curso de Relações Públicas da Unesp. O estudo baseia-se em três pressupostos. O primeiro diz respeito à importância de levar ao ensino universitário a formação para a leitura crítica e criativa das mídias, sobretudo em um curso da área da comunicação, no qual os/as futuros/as profissionais serão produtores/as midiáticos/as. O segundo remete à necessidade de trabalhar a educação midiática de forma transversal, uma vez que não há disciplina específica para esse conteúdo. O terceiro foca na importância de discutir temas relacionados aos direitos humanos e à diversidade por meio das mídias. Acredita-se que a experiência relatada pode contribuir para ampliar reflexões sobre a formação universitária.

2 Metodologia

O trabalho caracteriza-se como relato de experiência, com foco em ações realizadas no primeiro semestre de 2024, na disciplina História da Comunicação do curso de graduação em Relações Públicas da Unesp, oferecido no câmpus de Bauru (SP).

As ações ancoram-se em conceitos-chave da educação midiática e em pedagogias voltadas ao ensino da AMI (Alfabetização Midiática e Informacional), como aprendizagem baseada em problemas, análise de texto, análise de contexto e produção (Wilson *et al.*, 2013).

3 Resultados

Durante o semestre letivo, a disciplina foi conduzida de forma a aliar sua ementa, construída a partir da História da Comunicação, à educação midiática, com foco na leitura crítica e no uso criativo dos meios de comunicação, e ao contexto em que as mídias estão inseridas, com ênfase em temas como racismo, violência de gênero e vulnerabilidade infantil frente ao ambiente digital. Dessa forma, os/as alunos/as foram instigados/as a refletir sobre o papel da mídia à luz dos direitos

¹ Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, Brasil, com período sanduíche na Université Paris III - Sorbonne Nouvelle, França; professora da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação de Bauru nessa instituição. E-mail: roseane.andrelo@unesp.br.

humanos e das diversidades. As atividades foram agrupadas em três ações, descritas a seguir.

Ação 1 – Aula dialogada: o semestre teve início com a apresentação dos temas do plano de ensino a partir de uma abordagem relacionada à educação midiática. Na sequência, foi realizada uma dinâmica de planejamento participativo, na qual foi possível ouvir as expectativas dos/as alunos/as em relação à disciplina, incluindo o formato que as aulas deveriam ter. Na medida do possível, as sugestões foram incorporadas. As aulas com conteúdo teórico foram construídas a partir de leituras prévias e da exposição dialogada. Buscou-se articular a história da comunicação, o que inclui a história das mídias, com conceitos-chave da educação midiática: instituições (de mídia, governo, sociedade civil etc.), audiências, representações e linguagens.

Ação 2 – Seminários sobre temas de comunicação: a ação 2 foi apresentada ao longo do semestre pelos grupos, no formato de seminário. Os/as alunos/as realizaram uma breve fundamentação teórica que ajudasse a contar a história do tema em questão e seu uso social na atualidade; apresentaram exemplos antigos e atuais; buscaram fontes e promoveram dinâmicas que ajudassem todos/as a refletir sobre o tema.

As temáticas foram: imprensa feminina, mídia infantil, imprensa LGBTQ+, propaganda política, comunicação em prol da democracia e formas de censura, *street art* como meio de informar causas sociais e políticas, mídia cinematográfica, modelos de negócios na internet e o impacto no conteúdo que consumimos, e checagem de fatos no cenário da desinformação.

Ação 3 – Ensaio fotográfico “Diversidade, inclusão social e acessibilidade no câmpus”: a ação 3 teve como proposta pedagógica a produção de material midiático. Ela articulou-se à aula cujo tema era a história da fotografia e foi conduzida de forma que os/as alunos/as compreendessem que, mais do que entender o surgimento do processo fotográfico de forma analógica, ou mesmo as mudanças técnicas e estéticas do digital, era preciso compreender a fotografia como um meio de expressão. Após a leitura e discussão de textos sobre a história e a linguagem da fotografia, os/as alunos/as foram instigados/as a interpretar fotos com diferentes propósitos (artístico, publicitário, histórico, pessoal e jornalístico). Na sequência, tiveram a tarefa de percorrer o câmpus universitário e registrar, por meio de fotografias, situações que remetessem aos temas diversidade, inclusão social e acessibilidade.

A atividade mostrou-se extremamente pertinente para a proposta da disciplina, sobretudo porque os grupos apresentaram trabalhos com olhares bastante distintos. Os/as alunos/as captaram cenas de cultura (forró como meio de inclusão), diversidade de gênero (grafite retratando pessoa transexual), espaço físico inclusivo (piso tátil) e política (grafite retratando Marielle Franco, visto como manifestação política) (Figura 1).

Figura 1 – Fotografias feitas durante a ação 3



Fonte: Elaborada a partir de fotografias feitas pelos/as alunos/as.

4 Considerações finais

A experiência brevemente retratada demonstra que a discussão de temas relevantes relacionados aos direitos humanos fez sentido aos/as alunos/as quando trabalhada a partir de como esses temas são retratados nos meios de comunicação.

Avalia-se que a educação midiática ocupa lugar de destaque na educação quando trabalhada de forma transversal, articulando-se também aos conteúdos das disciplinas. A experiência vem sendo retomada desde 2024, contribuindo para a formação cidadã dos/as alunos/as.

Referências

WILSON, C. *et al.* **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. 2. ed. Brasília: UNESCO; Uberaba: UFTM, 2013.

Direito à educação de crianças migrantes em Marechal Cândido Rondon: uma análise do Conselho Municipal¹

Roseli de Fatima Castro²

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago³

1 Introdução

A contemporaneidade é marcada pela expansão da cultura digital, pela circulação intensa de informações e por transformações sociais, econômicas e culturais, o que exige a formação de sujeitos críticos capazes de compreender e problematizar as narrativas que circulam no ambiente midiático. Nesse cenário, a educação enfrenta o desafio de acompanhar as dinâmicas da economia, da política, da cultura e da ética, assumindo papel fundamental na formação cidadã. Assim, a escola desempenha função central ao promover a leitura crítica das mídias e o enfrentamento de discursos discriminatórios, como racismo e xenofobia.

O fenômeno das migrações internacionais está presente na mídia, e os discursos veiculados podem tanto reforçar estigmas quanto promover perspectivas baseadas em direitos humanos. Dessa forma, a educação midiática pode favorecer a construção de uma compreensão crítica do fenômeno migratório e o reconhecimento dos/as migrantes como sujeitos de direitos e parte constitutiva das sociedades contemporâneas.

A migração acompanha o desenvolvimento das sociedades, estando relacionada às transformações econômicas, políticas e sociais do mundo. No Brasil, políticas de incentivo à migração foram implementadas, sobretudo a partir do século 19, voltadas à atração de trabalhadores europeus. Contudo, tais políticas estavam articuladas a interesses econômicos e políticos que buscavam garantir mão de obra, promover a ocupação territorial e difundir a ideologia do branqueamento da

¹ O presente resumo expandido é um recorte do trabalho apresentado na disciplina Tópico Especial Migrações Internacionais e Relações Fronteiriças na Sociabilidade Capitalista do Programa de Pós-graduação (Mestrado) em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, ministrada no ano de 2025, pela professora Dra. Ineiva Terezinha Kreutz.

² Mestranda em Serviço Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Brasil; assistente social, atuante na política de educação básica no município de Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil. E-mail: roseliservicosocial@outlook.com.

³ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil; estágio pós-doutoral na mesma instituição; professora associada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil. E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br.

população. Na contemporaneidade, o país continua recebendo migrantes internacionais, especialmente provenientes de países latino-americanos e africanos, evidenciando que os processos migratórios permanecem como elementos constitutivos da sociedade brasileira.

O município de Marechal Cândido Rondon, localizado na região oeste do Paraná e em área de fronteira com o Paraguai, constitui o campo empírico da pesquisa e possui histórico marcado pela presença de migrantes de origem europeia. Em 2025, foram identificadas 42 crianças migrantes matriculadas na educação infantil e nos anos iniciais da rede municipal, provenientes de países como Paraguai, Argentina, Venezuela e nações africanas.

Diante desse contexto, o estudo analisou as atas do Conselho Municipal de Educação (2015-2025) para identificar discussões sobre migrações e o direito à educação dessas crianças. Ao dialogar com a educação midiática, a pesquisa busca ampliar o debate sobre práticas educativas que promovam direitos humanos e valorizem a diversidade cultural no ambiente escolar.

2 Metodologia

A pesquisa possui caráter qualitativo e exploratório, baseada em revisão teórica e análise documental. O estudo analisou as atas das reuniões do Conselho Municipal de Educação (CME) de Marechal Cândido Rondon, no período entre 2015 e 2025, buscando identificar os principais temas debatidos e possíveis menções à presença de estudantes migrantes na rede municipal.

A escolha do CME justifica-se por seu papel na gestão democrática e no controle social da política educacional. Teoricamente, o estudo dialoga com autores que analisam as migrações a partir de suas dimensões sociais e econômicas, além da literatura sobre direito à educação e gestão democrática. Também considera o marco legal brasileiro, especialmente a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).

3 Resultados

A análise das atas do CME evidenciou que o órgão exerce papel relevante no acompanhamento da política educacional municipal, com discussões frequentes sobre organização administrativa do sistema de ensino, infraestrutura escolar, aplicação de recursos públicos e monitoramento das metas dos planos municipal

e nacional de educação. O conselho também atua na aprovação de normativas educacionais e no debate de iniciativas voltadas ao aprimoramento da política educacional, como a inserção do Serviço Social na equipe multidisciplinar da rede municipal de ensino, regulamentada em 2019, o que representa avanço na articulação intersetorial para enfrentar desigualdades sociais que impactam a educação.

Entretanto, um dos principais achados da pesquisa foi a ausência de discussões específicas sobre a presença de estudantes migrantes na rede municipal, indicando uma possível invisibilidade institucional da temática migratória nas instâncias deliberativas da política educacional local.

Os resultados dialogam com a perspectiva da educação midiática crítica, ao evidenciar a importância de práticas educativas comprometidas com os direitos humanos, o reconhecimento da diversidade cultural e o desenvolvimento da capacidade de análise crítica das informações que circulam nas mídias, muitas vezes marcadas por desinformação e discursos xenofóbicos.

Assim, a pesquisa reforça a necessidade de fortalecer espaços de participação social, como o CME, para incorporar novas demandas educacionais e ampliar o debate sobre temas emergentes, como a migração no contexto escolar.

4 Considerações finais

A análise evidenciou a invisibilidade dessa população nos debates das políticas educacionais, refletindo a limitação de ações estruturadas no Brasil para atender estudantes migrantes e refugiados/as nas escolas.

Diante do exposto, destaca-se a necessidade de incluir essa população no planejamento educacional, promover a capacitação de conselheiros, profissionais e gestores/as, implementar práticas de acolhimento e desenvolver metodologias sensíveis à diversidade cultural e linguística.

O estudo também possibilita evidenciar as contribuições do Serviço Social, ao compreender que a política educacional não pode ser analisada de maneira dissociada das condições sociais, econômicas e culturais que condicionam a vida dos estudantes e de suas famílias. No âmbito do CME, o Serviço Social pode contribuir para a formulação de estratégias institucionais voltadas à garantia do direito à educação de crianças migrantes, conforme previsto na Lei nº 13.445/2017.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 4 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 4 jul. 2026.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON. **Lei nº 4.536, 26 de abril de 2013**. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação do Município de Marechal Cândido Rondon do Estado do Paraná, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/snrpv>. Acesso em 07 de jul. 2025.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

VENDRAMINI, C. R. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Katálysis**, v. 21, n. 2, p. 239-260, 2018. DOI: 10.1590/1982-02592018v21n2p239. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/T5Yt59NKzLLj8j8vLKv9jzw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2026.

KREUTZ, I. T.; TOLEDO, A. F. de. Migrações internacionais na sociabilidade do capital: Vidas e tragédias em movimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL – ENPESS, 18., 2024. **Anais [...]**. Fortaleza: ABEPSS, 2024.

Escrevendo resistência: mídias digitais, docência e valorização da escola pública

Sâmela Jannie Ribeiro Soares¹

1 Introdução

Este trabalho discute o uso de mídias digitais como espaço de educação midiática crítica articulada à promoção dos direitos humanos e à valorização das diversidades, a partir da análise do *blog* docente "Literarte com a Sam". O estudo compreende a escrita digital como prática formativa, política e pedagógica, capaz de produzir contranarrativas frente aos estigmas historicamente atribuídos à escola pública e à docência. Em um contexto marcado por disputas de sentidos no ambiente midiático, desigualdades sociais e desvalorização do trabalho docente, torna-se fundamental refletir sobre como professores podem se apropriar das mídias para fortalecer narrativas comprometidas com a justiça social, a inclusão e o reconhecimento das diferenças.

O objetivo do trabalho é analisar de que maneira a escrita docente em ambientes digitais contribui para a construção de uma educação midiática crítica, promovendo direitos humanos, valorização da diversidade e afirmação da escola pública como espaço de produção cultural e cidadã. O problema que orienta a reflexão é: como a autoria docente em mídias digitais pode tensionar discursos hegemônicos de desvalorização da escola pública e fortalecer práticas educativas comprometidas com a equidade e a diversidade?

2 Metodologia

O estudo adota abordagem qualitativa, de caráter autobiográfico e reflexivo, tomando como objeto de análise o *blog* "Literarte com a Sam", criado no contexto de um mestrado profissional e mantido como espaço contínuo de escrita docente. A pesquisa baseia-se na análise narrativa de postagens que abordam práticas pedagógicas, projetos voltados à diversidade, reflexões sobre pertencimento, identidade, direitos humanos e experiências vividas na escola pública.

Foram selecionados textos que evidenciam a escrita como prática de formação e resistência, considerando recorrência temática, relevância pedagógica e

¹ Doutoranda em Educação pela Enber University, Flórida; EUA; professora da educação básica da rede municipal de ensino de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; artista e escritora. E-mail: jannieblack@gmail.com.

articulação com a educação midiática. A análise dialoga com referenciais teóricos sobre escrita de si, cultura digital, autoria docente e resistência simbólica, articulando experiência vivida e reflexão crítica. O blog é compreendido como dispositivo pedagógico e midiático que torna visíveis saberes docentes e práticas educativas comprometidas com inclusão, diversidade e justiça social.

3 Resultados

Os resultados indicam que o *blog* funciona como espaço de educação midiática crítica ao transformar a escrita docente em instrumento de autoria, visibilidade e valorização da escola pública. As postagens revelam práticas pedagógicas que abordam diversidade cultural, identidade, pertencimento, combate a estigmas sociais e promoção do respeito às diferenças, especialmente em projetos envolvendo arte, literatura e educação infantil.

A escrita digital permite à professora elaborar experiências, refletir sobre a prática e compartilhar estratégias pedagógicas que dialogam com direitos humanos e inclusão. O *blog* atua como contranarrativa aos discursos midiáticos que associam a escola pública ao fracasso, apresentando-a como espaço de criação, afeto e produção de conhecimento. Nesse processo, a mídia digital deixa de ser apenas ferramenta técnica e passa a ser espaço político de enunciação docente.

Observa-se, ainda, que o ambiente digital favorece redes de troca entre professores, ampliando repertórios pedagógicos e fortalecendo a identidade profissional. A autoria docente em mídias digitais contribui para uma educação midiática ética e crítica, pois estimula o uso consciente da comunicação, a produção de narrativas próprias e o enfrentamento de discursos excludentes. A escrita torna-se prática de resistência simbólica, promovendo visibilidade a experiências educativas comprometidas com diversidade e justiça social.

4 Considerações finais

O estudo evidencia que a escrita docente em mídias digitais pode se constituir como prática de educação midiática comprometida com direitos humanos, diversidade e valorização da escola pública. O *blog* analisado demonstra que professores podem ocupar o espaço digital como produtores de conhecimento, construindo narrativas que enfrentam estigmas e fortalecem práticas pedagógicas inclusivas.

Como desdobramento, aponta-se a necessidade de ampliar a formação docente para o uso crítico das mídias, incentivando projetos autorais que promovam equidade, respeito às diferenças e participação cidadã. A educação midiática, quando articulada à reflexão pedagógica, pode fortalecer práticas educativas sensíveis às diversidades e contribuir para uma escola pública mais democrática, plural e socialmente comprometida.

Referências

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2011.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 mar. 2026.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SOARES, S. J. R. **Literarte com a Sam**. Disponível em:
literartecomasm.blogspot.com. Acesso em: 24 dez. 2025.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Estudantes lésbicas, direitos sexuais e reprodutivos e aulas de Biologia em escolas estaduais de Minas Gerais

Termisia Luiza Rocha¹

1 Introdução

As pesquisas sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar justificam-se, sobretudo, no atual momento da história brasileira, em que movimentos que tentam impedir uma educação pautada na pluralidade e na diversidade têm ganhado força, especialmente como organização política em espaços de poder e decisão. Os avanços desses movimentos comprometem conquistas consolidadas no âmbito dos direitos humanos, sobretudo as relacionadas a grupos historicamente excluídos, como mulheres, lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, intersexo e demais possibilidades de vivência da sexualidade.

A escola inscreve-se, historicamente, como um grande veículo de normalização estatal (Miskolci, 2016). Ao refletir sobre as relações de gênero e sexualidade na escola, Guacira Louro (2010) afirma existir uma pedagogia da sexualidade, que se manifesta por meio de ações práticas e omissões que legitimam determinadas identidades e práticas sexuais em detrimento de outras.

Corrigan (1991), citado por Louro (2010), afirma que, nas escolas, os corpos passam por um processo de ensinamento, avaliação, aprovação e categorização. Ao narrar sua experiência, ele descreve um amplo projeto de "produção do menino", que se desdobrava em situações voltadas a um determinado modelo de masculinidade e se apoiava em formas de violência permitidas pela instituição.

Essa regulação tem como objetivo a reiteração da heteronormatividade e acontece desde a educação infantil (Freitas, 2017; Miranda, 2018). Por isso, o problema que orienta esta análise, vinculada a uma pesquisa de doutorado acadêmico em Educação ainda em andamento, busca responder à seguinte pergunta: "Quais afetos (sentimentos e vestígios de encontro entre os corpos) e devires (mudança de sentido sobre algo ou alguém) atravessam as narrativas e a prática de docentes de Biologia frente a corpos LGBTQIA+, especificamente de meninas e mulheres

¹ Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professora na rede estadual de ensino de Monte Carmelo, Minas Gerais, Brasil; professora do curso de licenciatura em Pedagogia na Universidade Mário Palmério, Minas Gerais, Brasil. E-mail: termisia1@gmail.com.

lésbicas, e suas abordagens sobre o 'cuidado integral à saúde reprodutiva e sexual' no Ensino Médio?"

2 Metodologia

Esta é uma pesquisa em educação, do tipo exploratória, com abordagem qualitativa, na qual serão utilizadas fontes primárias de informação. O método adotado é o indutivo e, como modalidade de pesquisa, elegeu-se a cartografia. A principal técnica de pesquisa será a entrevista. Já foi realizada revisão bibliográfica sobre o tema e, atualmente, a pesquisa encontra-se na fase de recrutamento das participantes.

3 Resultados

Parte-se da consideração de que o conhecimento pode ser um agente de transformação contra qualquer tipo de preconceito; portanto, pesquisar as formas de reconhecimento das lesbianidades pode ser de grande importância no cenário atual. Investigar essas questões pode auxiliar na compreensão do dispositivo da heteronormatividade, bem como indicar que sua (re)produção nesse espaço está ligada a determinadas formas de violência e subalternização.

Nesse contexto, o debate sobre o cuidado integral à saúde sexual e reprodutiva que contemple as existências lésbicas, por vezes, não ocupa centralidade nas produções acadêmicas relacionadas às sexualidades e ao gênero, quando comparado ao enfoque dado a outras categorias sexuais. Autoras como Lahni e Auad (2019) corroboram essa afirmação e sustentam a necessidade de visibilizar a discussão desse tema, seja na ciência, na educação ou na universidade, de modo específico.

4 Considerações finais

Compreendemos que esta pesquisa se desenvolve em meio a um cenário contraditório de avanços e retrocessos no reconhecimento da população LGBTQIA+ no Brasil. É inegável o aprofundamento dos debates sobre gênero e sexualidades na sociedade brasileira. As questões relacionadas a esse grupo têm alcançado avanços nas políticas públicas, nas pesquisas acadêmicas e nas políticas de direitos humanos. Tais avanços têm sido mobilizados, principalmente, pelas lutas dos movimentos sociais. Todavia, isso ocorre em um contexto de recrudescimento de posições marcadas por uma ofensiva antigênero articulada

nacional e internacionalmente, indicando que o reconhecimento dos direitos desse grupo ainda não está socialmente consolidado.

Mais do que nunca, neste momento, a Educação, aqui abordada na perspectiva do Ensino de Biologia e considerando sua responsabilidade social, política e humana na produção e divulgação do conhecimento, precisa posicionar-se e intervir no debate vinculado à proteção dos modos de existência das pessoas e à garantia dos direitos humanos.

Espera-se que, ao final da pesquisa, seja possível contribuir com professores da área de Ensino de Biologia em suas práticas pedagógicas e, assim, promover debates e reflexões sobre o trabalho realizado pela escola com docentes e discentes acerca da temática investigada. Espera-se, ainda, contribuir para a produção de dados e informações sobre as existências lésbicas e suas (re)existências nos espaços escolares, impulsionar discussões no interior desses espaços e colaborar com o avanço da área de pesquisa.

Referências

AUAD, D.; LAHNI, C. R. Cidadania democrática e homossexualidade: comunicação no combate à violência contra as mulheres lésbicas. **Emblemas**, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 147-166, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/emblemas/article/view/29240>.

Acesso em: 10 mar. 2026.

FREITAS, C. **Crianças dissidentes e as milícias de gênero e sexualidade**: um estudo de caso em uma escola pró-diversidade de Salvador/BA. 116 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MIRANDA, A. C. de S.. **As experiências/aprendizagens com/sobre as crianças no cotidiano escolar**: a infância e as relações de gênero narradas por uma hermenêutica. 2018. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil, 2018.

MISKOLCI, R. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica: EdUFOP, 2016.

O uso de tecnologias assistivas na inclusão escolar: um direito fundamental à educação e à diversidade

Thais de Souza¹

1 Introdução

O uso da tecnologia está entremeado ao cotidiano social e ao ambiente escolar, tornando-se requisito indispensável para o exercício da cidadania no século 21. No âmbito da educação midiática e dos direitos humanos, o acesso ao ambiente digital deixa de ser um diferencial para se tornar uma condição de justiça educacional.

O problema que orienta este estudo reside na exclusão digital de alunos com deficiência e na necessidade de ferramentas que garantam sua participação plena. O objetivo deste trabalho é discutir como as tecnologias assistivas fundamentam o direito à educação inclusiva. A relevância social deste tema manifesta-se na urgência de transformar a escola em um espaço que não apenas utilize a tecnologia, mas que a ressignifique como ferramenta de combate a preconceitos e discriminações. Justifica-se este estudo pela necessidade de alinhar as práticas pedagógicas aos novos marcos legais que protegem a infância e a diversidade no ecossistema digital.

2 Fundamentação teórica

A educação digital estrutura-se a partir da cultura digital e do pensamento computacional, visando responder aos desafios da contemporaneidade. A Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023) estabelece que a competência para compreender tecnologias é essencial para a inclusão social e para o mundo do trabalho. Para o/a aluno/a com deficiência, a tecnologia não é apenas um acessório, mas um ambiente de existência que media suas relações interpessoais e seus processos de aprendizagem.

Sob a ótica jurídica, a Proposta de Emenda Constitucional nº 47/2021 busca tornar a inclusão digital um direito fundamental. No contexto escolar, a Lei nº 15.100/2025, que restringe o uso de celulares, traz uma exceção crucial: o uso é permitido para fins pedagógicos e para atender necessidades de acessibilidade e

¹ Especialista em Neuropsicopedagogia, em Educação Especial e em Gestão Escolar; pedagoga e neuropsicopedagoga. E-mail: thaissouzapaixao302016@gmail.com.

inclusão. Isso reforça o papel da tecnologia assistiva na garantia dos direitos fundamentais previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Neuropsicopedagogia contribui ao demonstrar que as mídias digitais permitem a criação de textos multissemióticos que respeitam o ritmo e as especificidades cognitivas de cada estudante.

3 Metodologia

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e utiliza o método de revisão bibliográfica e documental. O percurso metodológico envolveu a análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e de relatórios internacionais, como o da UNESCO sobre o novo contrato social para a educação.

O contexto do estudo concentra-se na educação básica e na integração curricular da educação digital e midiática. Os instrumentos utilizados foram a análise de textos normativos e estudos de caso sobre letramento digital. O período de desenvolvimento coincide com as discussões do Curso de Aperfeiçoamento promovido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), realizado em 2026.

A análise buscou identificar como os conteúdos de programação, robótica e alfabetização midiática podem ser adaptados para promover a autonomia de alunos/as com deficiência, garantindo que a tecnologia seja uma ferramenta de emancipação, e não de vigilância ou exclusão.

4 Resultados e Discussão

Os achados indicam que o direito à conectividade nas escolas é estratégico para reduzir disparidades de acesso ao conhecimento. A ausência de infraestrutura tecnológica e de formação docente adequada ainda representa um limite significativo para a implementação de práticas inclusivas. No entanto, quando aplicada corretamente, a tecnologia assistiva permite que o aluno com deficiência deixe de ser um receptor passivo e se torne produtor de conteúdos digitais.

A discussão revela que a escola é o espaço primordial para mediar o uso ético da internet, combatendo o *cyberbullying* e os discursos de ódio que frequentemente vitimizam grupos minoritários. A análise dos impactos pedagógicos demonstra que a inclusão digital favorece o protagonismo e a autoestima do/a estudante.

Conclui-se que a educação midiática crítica constitui caminho fundamental para que a tecnologia esteja a serviço da defesa dos direitos humanos, promovendo a justiça social e o respeito às diferenças no ambiente escolar.

5 Considerações finais

O estudo cumpriu o objetivo de analisar as ferramentas digitais como promotoras de inclusão e direitos humanos. Retoma-se a ideia de que a conectividade e o letramento digital são faces de um mesmo direito fundamental à educação no século 21.

As implicações práticas exigem que a gestão escolar e as políticas públicas garantam não apenas equipamentos tecnológicos, mas também a formação ética e crítica de toda a comunidade educativa. Reforça-se que o uso das mídias deve ser pautado pela dignidade humana e pela proteção de dados, especialmente em relação a crianças e adolescentes.

Como desdobramento, sugerem-se novas investigações sobre o papel da Inteligência Artificial na personalização do ensino para a Educação Especial, sempre sob o crivo da ética e da inclusão plena.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 15.100, de 2025**. Dispõe sobre o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais por estudantes nas instituições de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15100.htm. Acesso em: 15 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.



LIMA, M. F. Internet, tecnologia e a escola: direitos e deveres para professores/as e alunos/as da educação básica. *In*: Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades. **Texto complementar**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2026.

A inclusão de estudantes cegos em uma escola pública na amazônia brasileira

Vaneide Gomes de Souza¹
Caira Vitória Gomes da Cruz²

1 Introdução

A inclusão de alunos/as cegos/as na rede regular de ensino constitui um desafio persistente no cenário educacional brasileiro, especialmente quando articulada às discussões contemporâneas sobre direitos humanos, diversidade e justiça social. A presença crescente de estudantes com deficiência visual nas escolas públicas exige práticas pedagógicas que garantam não apenas o acesso, mas também a participação plena e significativa no processo educativo.

O estudo analisado surgiu da constatação de que “a grande quantidade de alunos cegos que estão sendo incluídos no ensino público e gratuito” (Souza, 2026, p. 1) não tem sido acompanhada de condições adequadas de aprendizagem. A falta de formação docente, a ausência de recursos acessíveis e a fragilidade das práticas pedagógicas revelam tensões entre o discurso da inclusão e sua efetivação cotidiana.

A pesquisa busca responder à seguinte questão norteadora: os/as alunos/as cegos/as estão realmente incluídos no processo educacional ou apenas matriculados? O objetivo é analisar criticamente o processo de inclusão de alunas cegas em uma escola pública, articulando-o aos marcos legais e às teorias do desenvolvimento humano. A relevância do estudo reside na necessidade de fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, a acessibilidade e o respeito às diferenças.

2 Metodologia

A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter descritivo. Foi realizada em uma escola pública estadual e desenvolvida em três etapas: levantamento bibliográfico, entrevistas pré-estruturadas e observações *in loco*. Participaram da

¹ Especialista em Docência para o Ensino Profissionalizante Tecnólogo e Técnico pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Brasil; diretora presidente do Instituto Saberes da Amazônia Rondônia, Brasil. E-mail: vaneidegsouza@gmail.com.

² Graduanda em Pedagogia e Educação Profissional (IFRO) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Brasil; diretora administrativa do Instituto Saberes da Amazônia, Rondônia, Brasil. E-mail: cairavitoria@gmail.com.

investigação a vice-diretora, a professora da Sala Multifuncional e o professor da sala regular.

As entrevistas buscaram compreender práticas pedagógicas, recursos disponíveis e percepções dos profissionais sobre a inclusão de alunas cegas. As observações permitiram analisar a interação das estudantes com colegas e professores, bem como o uso – ou a ausência – de recursos acessíveis. O estudo foi conduzido com base em referenciais teóricos sobre desenvolvimento humano, inclusão e acessibilidade.

3 Resultados

Os resultados revelam que a escola possui uma Sala Multifuncional equipada com máquina Braille, computadores adaptados e materiais específicos, o que representa um avanço. No entanto, tais recursos não são integrados ao cotidiano da sala regular, comprometendo a efetividade da inclusão.

A aprendizagem do Sistema Braille ocorre exclusivamente na Sala Multifuncional, em que uma das alunas já domina o código e a outra encontra-se em processo de alfabetização. Apesar disso, os/as professores/as da sala regular não utilizam recursos diferenciados, justificando que “como é inclusão, não há necessidade de recursos diferenciados” (Souza, 2026, p. 4). Essa compreensão contraria a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

Outro achado importante refere-se à formação docente. Apenas alguns/algumas professores/as receberam capacitação, e os/as docentes da área de exatas apresentam maior dificuldade em adaptar conteúdos. A falta de domínio sobre o Braille e sobre estratégias multissensoriais limita a mediação pedagógica, reduzindo a Zona de Desenvolvimento Proximal (Vygotsky, 1998).

A interação social das alunas também é restrita: “apenas alguns alunos conversam com as alunas cegas, pois a maioria parece não notar a existência delas” (Souza, 2026, p. 5). Esse isolamento compromete dimensões afetivas e cognitivas do desenvolvimento, conforme Wallon (2007) e Piaget (1976).

A articulação entre a Sala Multifuncional e a sala regular é frágil. Embora a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) afirme oferecer apoio, o professor regente do Ensino Médio relata não receber orientações. Em síntese, a inclusão ocorre de forma parcial e fragilizada, marcada pela boa vontade

dos educadores, mas limitada pela falta de formação, recursos e articulação pedagógica.

4 Considerações finais

A análise evidencia que, embora a escola apresente avanços estruturais, como a existência de uma Sala Multifuncional, a inclusão das alunas cegas permanece incompleta. A ausência de práticas pedagógicas acessíveis, a falta de articulação entre setores da escola e o isolamento social das estudantes revelam uma distância significativa entre os marcos legais e a realidade escolar.

A pesquisa demonstra que a inclusão não se resume à matrícula, mas exige formação docente contínua, produção de materiais acessíveis, mediação pedagógica qualificada e ações intencionais de convivência. A educação midiática, nesse contexto, pode fortalecer práticas pedagógicas que promovam equidade, respeito às diferenças e justiça social, especialmente ao ampliar o acesso à informação e às tecnologias assistivas.

Como desdobramento, recomenda-se que a escola invista em formação continuada, fortaleça a articulação entre o AEE e a sala regular, promova ações de sensibilização e garanta acessibilidade comunicacional e pedagógica. Tais ações podem contribuir para transformar a inclusão de um ideal normativo em uma prática concreta e humanizadora.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental**: deficiência visual. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001. v. 2/3.

FERREIRA, M. M. *et al.* Iniciação ao Braille e cartografia tátil para deficientes visuais, aplicada à Geografia Física do Brasil. In: AMARAL, N. F. G.; BRASILEIRO, T. S. A. (org.). **Formação docente e estratégias de integração universidade/escola nos cursos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008. p. 149-158.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: ONU, 2006.

PIAGET, J. **A equilibração das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SOUZA, V. G. de. **A inclusão de alunos cegos na rede regular de ensino**. Porto Velho, 2026. Trabalho acadêmico (inédito).

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Mediação familiar e escolar do uso de tecnologias digitais como estratégia de proteção à infância

Yaclara Laleska Alves Pereira¹

1 Introdução

Atualmente, o acesso às tecnologias ocorre de forma precoce, rápida e globalizada, integrando-se ao cotidiano infantil e influenciando processos de socialização, aprendizagem e desenvolvimento emocional. Nesse contexto, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) passam a ocupar espaço significativo nas dinâmicas familiares, sendo compreendidas como elementos constitutivos, uma vez que atravessam práticas parentais, formas de comunicação e organização da rotina doméstica (Machado; Santos; Grossi-Milani, 2025).

Dessa forma, considerando o acesso cada vez mais facilitado e acelerado das crianças às telas e às tecnologias digitais, este trabalho tem como objetivo analisar como a mediação familiar e escolar do uso de tecnologias pode funcionar como estratégia de proteção psicossocial na infância, considerando seus impactos no desenvolvimento emocional, social e cognitivo.

2 Metodologia

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, no primeiro semestre de 2026, por meio de levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Google Scholar*. Para a busca, utilizaram-se os descritores “infância”, “internet” e “mediação”, combinados por meio do operador booleano AND.

Como critérios de inclusão, foram considerados trabalhos publicados em língua portuguesa, com texto completo disponível nas bases consultadas. Foram excluídos estudos duplicados, indisponíveis na íntegra ou que não estivessem relacionados à temática proposta.

¹ Graduanda em Psicologia no Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara, Goiás, Brasil. E-mail: yaclaraalves@gmail.com

3 Resultados

Os estudos analisados evidenciam que a mediação do uso das tecnologias digitais é um fator importante na orientação de crianças no ambiente virtual, sendo compreendida como um conjunto de estratégias e ações destinadas a orientar o uso das tecnologias digitais. Na pesquisa realizada por Grizólio e Scorsolini-Comin (2020), constatou-se que a mediação ativa, baseada no diálogo, na escuta e na construção de um ambiente seguro, apresenta maior eficácia quando comparada a práticas exclusivamente restritivas ou punitivas.

Os resultados indicam a importância da participação da família nesse processo, ao realizar a mediação do acesso às redes sociais e à internet por meio de conversas sobre os conteúdos acessados, da compreensão das percepções das crianças sobre as telas e da orientação quanto ao uso adequado. Nesse contexto, a escola também aparece como instituição que pode contribuir por meio da educação midiática e de práticas mediadoras (Muller; Fantin, 2022).

Além disso, os achados apresentados por Câmara *et al.* (2020) demonstraram que as crianças passam um longo período utilizando telas. O estudo identificou que os pais percebem mudanças comportamentais associadas ao uso excessivo da tecnologia, relatando prejuízos biopsicossociais e alterações de humor observadas nas crianças.

De forma semelhante, Barreto *et al.* (2025) apontam que as crianças estão inseridas em um ambiente digital que, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades de desenvolvimento, acesso à informação e ampliação do conhecimento, também apresenta riscos, como exposição excessiva, contato com conteúdos violentos, desinformação e situações de assédio. Diante disso, os autores destacam a importância do monitoramento, da educação digital e do acompanhamento por parte da família e da escola.

4 Considerações finais

A mediação familiar e escolar configura-se como uma importante estratégia de proteção psicossocial na infância, pois garante que, quando necessária, a utilização das telas e tecnologias ocorra de forma acompanhada, orientada e crítica, contribuindo para a efetivação da educação midiática e favorecendo um desenvolvimento saudável.

Nesse contexto, a atuação conjunta da família e da escola possibilita a garantia dos direitos das crianças, contribuindo para a formação de sujeitos mais autônomos, críticos e preparados para o contexto digital, não se limitando ao controle, mas constituindo uma prática educativa e preventiva essencial para a contemporaneidade.

Referências

BARRETO, C. P. de S. *et al.* **Educação midiática em direitos humanos**: módulo proteção, provisão e participação de crianças e adolescentes. Uberlândia: Centro de Educação a Distância (CEaD), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2025. Material didático de curso.

CÂMARA, H. V. *et al.* Principais prejuízos biopsicossociais no uso abusivo da tecnologia na infância: percepções dos pais. **ID on line. Revista de Psicologia**, Jaboaão dos Guararapes, v. 14, n. 51, p. 366-379, 2020. DOI: 10.14295/online.v14i51.2588. Disponível em: <https://online.emnuvens.com.br/id/article/view/2588>. Acesso em: 2 mar. 2026.

GRIZÓLIO, T. C.; SCORSOLINI-COMIN, F. Como a mediação parental tem orientado o uso de internet do público infantojuvenil? **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 24, e217310, 2020. DOI: 10.1590/2175-35392020217310. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/4QC6tCJ3Tw4NRtZqM7vSXxQ/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2026.

MACHADO, C. E. R.; SANTOS, A. de L.; GROSSI-MILANI, R. Telas e infância: mediação familiar e educação digital. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 34, n. 78, p. 307-327, abr./jun. 2025. DOI: 0.21879/faeeba2358-0194.2025.v34.n78.p307-327. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/faeeba/article/view/22745/15965>. Acesso em: 22 fev. 2026.

MULLER, J. C.; FANTIN, M. Mediações familiares e escolares entre crianças e tecnologias digitais. **Pro-Posições**, Campinas, v. 33, e20200085, 2022. DOI: 10.1590/1980-6248-2020-0085. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/KgLKTbDYvNtw4jwdG4zKB7N/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2026.